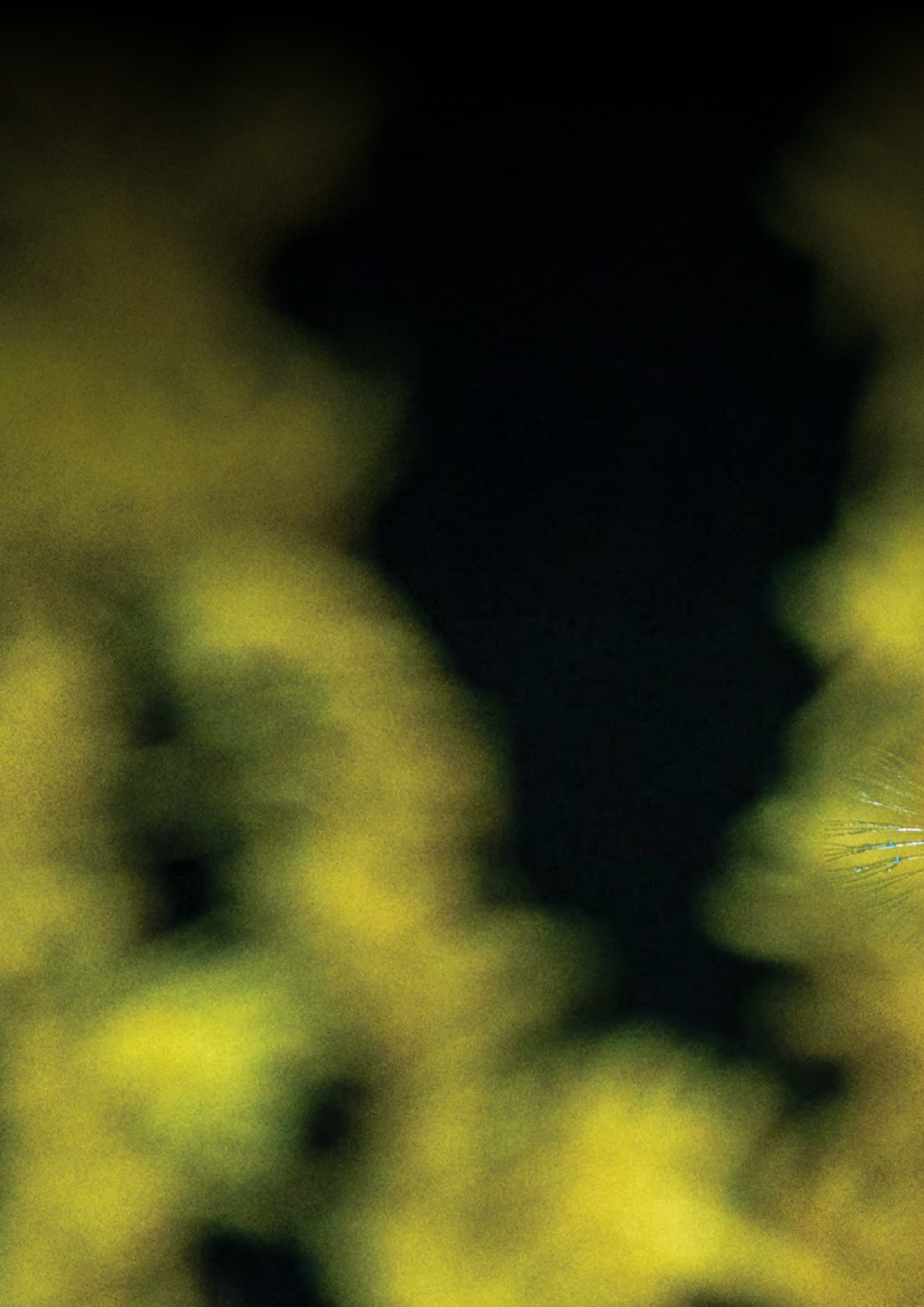
Oceanário de Lisboa

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

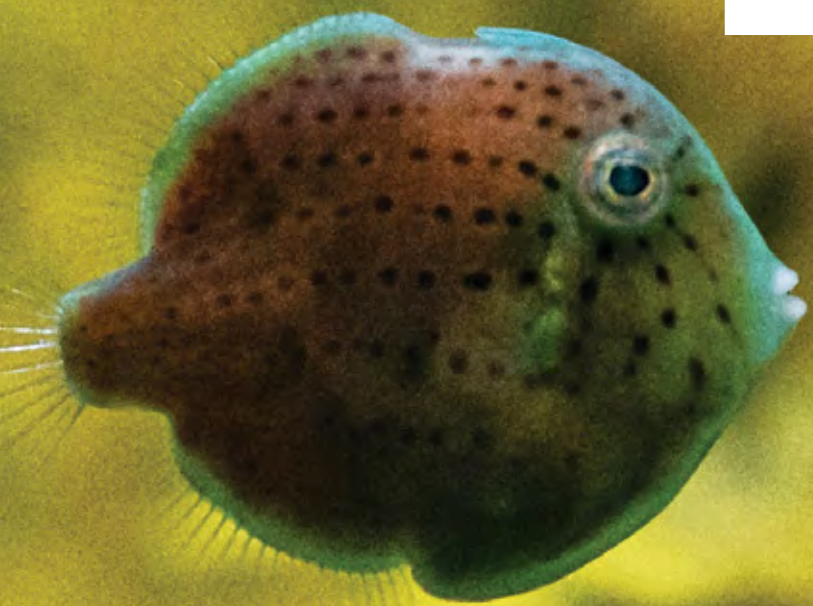
18



Oceanário de Lisboa

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

18



´ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE 6

VISÃO E MISSÃO 9

ÓRGÃOS SOCIAIS 11

O ANO DE 2018 DO OCEANÁRIO DE LISBOA 12

2018 EM NÚMEROS 20

ENQUADRAMENTO 25

VISITANTES 29

ESPAÇOS E EXPOSIÇÕES 39

COLEÇÃO 47

CONHECIMENTO SOBRE AS ESPÉCIES 51

CIÊNCIA E INVESTIGAÇÃO 57

PROJETOS DE CONSERVAÇÃO 63

EDUCAÇÃO E LITERACIA DO OCEANO 57

COMUNICAÇÃO E ENVOLVIMENTO 93

GESTÃO E MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO 99

SEGURANÇA, QUALIDADE E AMBIENTE 103

RECURSOS HUMANOS 105

RESPONSABILIDADE SOCIAL 109

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA 115

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 125

PERSPETIVAS PARA 2019 127

NOTA FINAL 127

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 131

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA 134

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL 135

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 12

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA 137

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 138

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO 201

´MENSAGEM DO PRESIDENTE

2018 foi um ano de comemoração e investimento.

Comemoração porque o Oceanário celebrou 20 anos de serviço publico de elevada qualidade, em prol da conservação dos Oceanos.

Assumimos que esta celebração teria que para além de honrar o passado, valorizar o presente e garantir o futuro.

Assim, no dia 22 dois de Maio, celebramos o nosso aniversário sob dois temas principais – o agradecimento aos colaboradores pelos excelentes resultados diariamente atingidos, e o reforçar dos valores de atuação do Oceanário de Lisboa.

Investimos mais de 5 milhões de euros no equipamento, sendo 2018, de longe, o ano de maior investimento de todos os 20 anos passados.

Investimos nos nossos valores, que acreditamos serem o garante do nosso futuro. Inauguramos uma nova loja e restaurante no piso zero do Oceanário. Uma loja e um restaurante diferentes, sob a marca "SeaTheFuture", que em 2020 pretendemos ter 95% dos produtos sustentáveis.

Seremos assim coerentes, fazendo também nós, aquilo que advogamos, permitindo aos nossos visitantes ter uma experiência diferenciada em que o consumo não implica degradação ambiental.

Passados 20 anos chegaram também duas novas Lontras ao Oceanário, numa operação de grande complexidade e sucesso, que nos irá permitir continuar a sensibilizar de forma eficiente o nosso público para a fragilidade do ecossistema do Pacífico norte durante os próximos 20 anos.

Tocamos mais de 158.000 crianças como os nossos programas educativos e com a Fundação Oceano Azul, colocamos o nosso know-how ao serviço de um programa inovador – "Educar para uma Geração Azul", que ambiciona tornar o tema do Oceano uma presença constante em todo o primeiro ciclo do ensino nacional.

Em 2018 voltamos a aumentar o número de visitantes, mais de 1,4 milhões, e aumentamos a faturação em 9% para mais de 18,5M€. Pela terceira vez consecutiva, fomos considerados o melhor aquário do mundo pelo site TripAdvisor, apesar de termos tido, mais de 3 meses com obras de grande impacto na visita.

Acredito que este ano que terminou prestámos uma justa homenagem aos 20 anos de história da instituição. No futuro, o Oceanário irá conseguir ter cada vez mais impacto, cada vez mais relevância, ao serviço do Oceano.

Que daqui a 20 anos possamos celebrar 40 anos de serviço prestado com a mesma satisfação com que celebramos 2018.

José Soares dos Santos

´VISÃO

A conservação do Oceano é uma responsabilidade de todos.

´MISSÃO

Promover o conhecimento do Oceano, sensibilizando os cidadãos em geral para o dever da conservação do Património Natural, através da alteração dos seus comportamentos.

´ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DE ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Tiago Ferreira de Lemos

Secretário

Nuno de Deus Pinheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos

Vogais

João Miguel Meister Falcato Pereira

Tiago Filipe Olavo de Pitta e Cunha

Pedro Miguel de Frias Torres Curto Simões

David José Ferreira Azevedo Lopes

FISCAL ÚNICO

Efetivo

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS - SROC, S.A.

representada por João Carlos Miguel Alves ou Luís Miguel Gonçalves Rosado

Suplente

Rui Abel Serra Martins

2018
NO OCEANÁRIO DE LISBOA

´JANEIRO

REINTRODUÇÃO DE 23 AVES MARINHAS AO HABITAT NATURAL PELO CENTRO DE REABILITAÇÃO DE ANIMAIS MARINHOS DO ECOMARE

O Centro de Reabilitação de Animais Marinhos (CRAM), do ECOMARE da Universidade de Aveiro, reintroduziu 23 aves marinhas no seu habitat natural, após terem recuperado de contaminação por óleo. Este, que é o maior centro de resgate e salvamento de animais marinhos da Europa, conta com o apoio da Sociedade Portuguesa de Vida Selvagem e do Oceanário de Lisboa.

´FEVEREIRO

INTRODUÇÃO DE UM TUBARÃO-ZEBRA NO AQUÁRIO CENTRAL

O Oceanário de Lisboa procedeu à introdução de um novo tubarão-zebra (*Stegostoma fasciatum*) no aquário central. Esta espécie encontra-se classificada como "Vulnerável" pela União Internacional para a Conservação da Natureza. Este indivíduo, nascido no aquário The Deep, em Inglaterra, em dezembro de 2015, integra o programa europeu de reprodução desta espécie.

MARÇO

DUAS NOVAS LONTRAS-MARINHAS CHEGAM AO OCEANÁRIO

O Oceanário de Lisboa recebeu duas novas lontras-marinhas, Odi e Kasi, que nasceram no Alasca, em 2017. Os dois machos juvenis vieram do Alaska Sealife Center, um centro de recuperação de animais marinhos que resgatou e reabilitou estas lontras que não poderiam ser devolvidas ao seu habitat natural. O apoio do Oceanário de Lisboa foi vital para garantir todos os cuidados necessários para a sobrevivência dos dois animais após o seu resgate. Estiveram em quarentena 30 dias, em constante monitorização, até estarem perfeitamente adaptadas às novas condições. A introdução no habitat do Pacífico e a aproximação às duas lontras-marinhas fêmeas já existentes no Oceanário de Lisboa, Micas e Maré, foram um sucesso.

´ABRIL

SENSIBILIZAÇÃO PARA A PROTEÇÃO DOS CAVALOS-MARINHOS

O Vaivém Oceanário participou na «Semana da ria Formosa», com o objetivo de sensibilizar para a problemática das populações de cavalos-marinhos na ria Formosa, que já foram das maiores do mundo e que hoje estão ameaçadas. As ações contaram com a presença da campeã mundial de *bodyboard* Joana Schenker que, junto dos mais novos, alertou para esta ameaça.

´MAIO

20 ANOS OCEANÁRIO DE LISBOA

No âmbito do 20º aniversário do Oceanário de Lisboa, foi realizado um evento comemorativo a 22 de maio de 2018, que contou com a presença de cerca de 300 convidados. Os canais generalistas da televisão portuguesa (RTP, SIC e TVI) realizaram a abertura do jornal da noite em direto do aquário central.

No fim de semana seguinte, foi preparado um conjunto de atividades gratuitas para todos os que visitaram o Oceanário de Lisboa, nomeadamente: presença do Vaivém Oceanário, workshops de «Plasticologia marinha», atividade «Mergulho no Oceanário», entre outras.

REQUALIFICAÇAO DO ÁTRIO

Inaugurada em maio de 2018, a nova configuração do átrio, com a instalação da fachada de vidro, permite melhorar o nível de conforto nesta zona central do percurso da visita e possibilita uma maior utilização deste espaço, disponibilizando novas áreas para a instalação de novos conteúdos expositivos.

ESPAÇOS DE LOJA E RESTAURAÇÃO RENOVADOS

Com o objetivo de criar nos vários espaços um ambiente inovador, que melhor envolva os visitantes com os valores e missão da instituição, o Oceanário de Lisboa abriu, em maio de 2018, um piso zero completamente renovado, com um novo espaço de loja, restaurante e cafetaria.

OCEANÁRIO DE LISBOA ASSUME COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

No âmbito da sua missão de sensibilizar para a sustentabilidade do oceano e de promover a sua conservação, o Oceanário de Lisboa assumiu o compromisso de, em três anos, 95% dos produtos da loja serem sustentáveis. Nesse sentido, criou o movimento #SEATHEFUTURE que tem como objetivo redesenhar o futuro do oceano, passando pela proteção do capital natural marinho através de uma sociedade ativa na promoção de um consumo sustentável e na alteração de comportamentos.

´JUNHO

DIA MUNDIAL DOS OCEANOS: VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO

No Dia Mundial dos Oceanos, o Oceanário de Lisboa recebeu a visita do Senhor Primeiro-Ministro António Costa. Nesta visita, reforçou a importância do oceano para o Homem e do papel do Oceanário de Lisboa na formação de uma geração azul.

LANÇAMENTO DA 2ª EDIÇÃO DO FUNDO PARA A CONSERVAÇÃO DOS OCEANOS

O Oceanário de Lisboa e a Fundação Oceano Azul lançaram a 2ª Edição do FUNDO para a Conservação dos Oceanos, um fundo de 150 mil euros para apoiar projetos científicos que contribuam para a conservação de espécies marinhas que se encontrem classificadas como "Criticamente em Perigo", "Em Perigo" e "Vulnerável" na Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), tendo como tema «Espécies Marinhas Ameaçadas. Da Ciência para a Consciência».

OCEANÁRIO DE LISBOA CRIA NOVA FUNÇÃO DEDICADA À AVALIAÇÃO DO RISCO DE EXTINÇÃO DE ESPÉCIES MARINHAS

Estabelecimento de parceria com a Species Survival Commission (SSC), da União Internacional para a Conservação da Natureza, através da criação de uma nova função no Oceanário de Lisboa de "IUCN Marine RED LIST Officer". Este elemento estará 100% dedicado à avaliação do risco de extinção de espécies marinhas, desempenhando um papel essencial no aumento do número de espécies avaliadas.

´JULHO

OCEANÁRIO DE LISBOA E FUNDAÇÃO OCEANO AZUL RELANÇAM A CAMPANHA «O QUE NÃO ACABA NO LIXO ACABA NO MAR»

O Oceanário de Lisboa e a Fundação Oceano Azul lançaram a segunda edição da campanha «O que não acaba no lixo acaba no mar». A iniciativa teve como objetivo sensibilizar todos os portugueses para o importante papel que cada um tem na redução do lixo no oceano, através da alteração de comportamentos. A campanha de comunicação foi realizada em televisão e meios digitais.

ENERGIA ELÉTRICA 100% LIMPA

No segundo semestre de 2018, o Oceanário de Lisboa adotou uma política de consumo de energia elétrica 100% limpa. Esta Energia Verde tem origem exclusivamente em fontes de energia certificadas, 100% renováveis, que se caracterizam pelo máximo respeito pelo meio ambiente, reduzindo as emissões de CO_2 associadas.

´AGOSTO

OCEANÁRIO DE LISBOA APRESENTA A EXPOSIÇÃO «KEEP THE OCEANS CLEAN»

A exposição «Keep the oceans clean» apresentou instalações artísticas feitas a partir de lixo marinho encontrado em praias e retirado do mar. A exposição, da autoria de João Parrinha e Xandi Kreuzeder do "Skeleton Sea – Arte do Mar", esteve patente no átrio principal do Oceanário de Lisboa.

ELEITO MELHOR AQUÁRIO DO MUNDO PELO TRIPADVISOR

O Oceanário de Lisboa foi considerado, pela terceira vez, o Melhor Aquário do Mundo pela Travelers' Choice do TripAdvisor. O Tripadvisor é o maior site de viagens do mundo com mais de 535 milhões de avaliações e opiniões. Os galardões Travelers' Choice, do portal de viagens TripAdvisor, premeiam os melhores do mundo, segundo as avaliações dos seus utilizadores.

´SETEMBRO

EXPOSIÇÃO «SHARKS, UMA MISSÃO DE BRIAN SKERRY»

Uma das mais emblemáticas exposições da National Geographic esteve patente no novo átrio do Oceanário de Lisboa. «Sharks, uma missão de Brian Skerry», é uma extraordinária viagem ao mundo dos tubarões e chegou, pela primeira vez, à Europa, com o objetivo de consciencializar o público para o perigo de extinção destes animais.

PROJETO-PILOTO «EDUCAR PARA UMA GERAÇÃO AZUL»

Foi lançado o programa- piloto «Educar para uma geração azul», que tem como objetivo contribuir para a formação de uma geração azul, comprometida com a sustentabilidade e com a conservação do oceano.

NOVA OCEAN LEADER: JOANA SCHENKER

Joana Schenker, campeã mundial e pentacampeã nacional de bodyboard tornou-se em 2018 a nova ocean leader do Oceanário de Lisboa e da Fundação Oceano Azul. Através da sua história e dos desafios enquanto bodyboarder, pretende inspirar os jovens a terem uma atitude proativa na conservação do oceano.

Schenker School Tour é o projeto de Joana Schenker, iniciado em setembro, que visita escolas do Algarve, partilhando a sua experiência nas praias de Portugal e as suas preocupações com o lixo marinho.

NOVO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO

A 19º edição do Programa de Educação apresenta mais de 30 atividades originais e desafiantes, destinadas ao público escolar. A nova programação tem como destaque as alterações climáticas, pois torna-se urgente alertar para a importância da conservação do oceano. Pretende-se sensibilizar as crianças e os jovens para o problema das alterações climáticas, e incentivar a alteração de comportamentos.

A apresentação do Programa de Educação aos professores foi realizada em outubro, no «Dia Aberto ao Professor», para cerca de 120 docentes, de todos os níveis de ensino.

´OUTUBRO

VISITA DOS REIS DOS BELGAS

O Oceanário de Lisboa teve a honra de receber os Reis dos Belgas, no âmbito da sua visita de Estado a Portugal. O Rei Philippe e a Rainha Mathilde ficaram a conhecer as atividades desenvolvidas pelo Oceanário de Lisboa e pela Fundação Oceano Azul.

´NOVEMBRO

ENTREGA DO PRÉMIO DA 2ª EDIÇÃO DO FUNDO PARA A CONSERVAÇÃO DOS OCEANOS

O Oceanário de Lisboa e a Fundação Oceano Azul atribuíram 150 mil euros aos melhores projetos da 2ª edição do FUNDO para Conservação dos Oceanos. Os projetos vencedores da 2ª edição foram:

Whale Tales Project: financiamento de 50 mil euros ao projeto proposto pela ARDITI – Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação, que se dedica ao estudo do cachalote (Physeter macrocephalus), cujo estatuto de conservação é "Vulnerável".

Eel Trek: financiamento de 100 mil euros ao projeto proposto pela Fundação Gaspar Frutuoso, que tem como objetivo o estudo da migração da enguia-europeia (Anguilla anguilla), classificada como "Criticamente em Perigo".

DEZEMBRO

VAIVÉM OCEANÁRIO REGISTA RECORDE ANUAL DE VISITANTES

O Vaivém Oceanário visita os municípios de Portugal para sensibilizar escolas e público em geral para a conservação do oceano. Em 2018, o Vaivém Oceanário teve o melhor ano de sempre, tendo recebido mais de 32 mil visitantes. Desde 2005, o Vaivém Oceanário já visitou 223 municípios de todos os distritos do país, incluindo regiões autónomas, levando a missão do Oceanário de Lisboa a mais de 265 mil participantes.

NOVA APP: AUDIOGUIAS OCEANÁRIO DE LISBOA

Foi lançada uma nova App que pretende melhorar a experiência de todos os visitantes. Através desta App, é possível usufruir de um audioguia, disponível em seis idiomas, e descobrir todas as curiosidades dos habitantes do Oceanário de Lisboa.

PROGRAMA RTP «20 ANOS OCEANÁRIO»

Em direto do Oceanário de Lisboa, a RTP realizou um programa de seis horas de duração com reportagens e entrevistas a diferentes intervenientes da história da instituição, tendo sido uma oportunidade para destacar o posicionamento e trabalho do Oceanário de Lisboa enquanto instituição de conservação.

2018
EM NÚMEROS

´VISITANTES

1 438 744 (+6%)

´ÍNDICE SATISFAÇÃO DO VISITANTE

89%

´AVALIAÇÃO TRIPADVISOR

Melhor Aquário do Mundo

´INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO DO OCEANO

427 mil euros

| PARTICIPANTES ATIVIDADES EDUCATIVAS |

158 137 (-6%)

´VISUALIZAÇÕES DE FILMES DO OCEANÁRIO

4,5 milhões (+83%)

´APOIO A PROJETOS DE CONSERVAÇÃO

465 mil euros

´PROJETOS DE CONSERVAÇÃO

16

´RENDIMENTOS OPERACIONAIS

18,7 M€ (+9%)

´RESULTADO LÍQUIDO

1,9 M€ (-25%)

´INVESTIMENTOS NO EQUIPAMENTO

5,1 M€ (+191%)

´2018 EM NÚMEROS

RESULTADOS	2018	2017	VARIAÇÃO %
Rendimentos Operacionais	18.661	17.171	9%
Gastos Operacionais	14.909	12.584	18%
EBITDA	5.920	6.766	-13%
EBIT	3.752	4.587	-18%
Resultados Antes de Impostos	2.464	3.334	-26%
Resultado Líquido	1.879	2.494	-25%

	2018	2017	VARIAÇÃO %
Margem Operacional* (%)	20%	27%	-7%
Margem EBITDA* (%)	32%	39%	-8%
CAPEX	5.075	1.746	191%
EBITDA menos CAPEX	845	5.020	-83%

SITUAÇÃO FINANCEIRA	2018	2017	VARIAÇÃO %
Ativo Liquído	50.069	48.765	3%
Passivo	41.010	41.584	-1%
Capital Próprio	9.060	7.181	26%

	2018	2017	VARIAÇÃO %
Nº Visitantes*	1.438.744	1.360.582	6%
Bilheteira	15.928	14.903	7%
Preço médio do bilhete (€)	11,07	10,95	1%
N.º de Participantes Prog. Educação *	158.137	168.040	-6%
Receita Participantes Prog. Educação	608	545	11%

(milhares de euros, exceto *)

´ENQUADRAMENTO

Os indicadores de confiança e de clima económico em Portugal, embora mantendo níveis elevados, apresentaram em 2018 sinais de desaceleração. De acordo com as previsões mais atuais, a economia portuguesa terá crescido cerca de 2,1% e a taxa de desemprego registado uma redução de 2%, passando de 9% em 2017 para 7% no final de 2018. Complementarmente, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, a taxa de inflação média fixou-se em 1,0%, representando uma desaceleração face à inflação de 1,4% de 2017. De notar que, tal como aconteceu em anos anteriores, os preços dos serviços aumentaram a um ritmo superior aos dos bens (1,7% vs. 0,5%).

Tais condições favoráveis em Portugal parecem ter tido reflexo na atividade do Oceanário de Lisboa, que em 2018 registou mais 5% de visitantes nacionais que no ano anterior.

No que se refere à evolução do turismo, setor fundamental para o Oceanário de Lisboa, a Organização Mundial de Turismo (OMT) estima que o número de turistas internacionais tenha chegado aos 1,4 mil milhões em 2018, superando as previsões para 2020 dois anos mais cedo. De acordo com os dados da OMT, o turismo mundial voltou a crescer 6% em 2018, tal como tinha acontecido no ano anterior. Este aumento está relacionado com o crescimento na Europa, onde as chegadas internacionais subiram 6%, mas também o Médio Oriente, onde a subida atingiu os 10%, e África, que registou um aumento de 7%.

Em Portugal, o turismo esteve em desaceleração, o que já não acontecia há vários anos. Entre janeiro e novembro de 2018, o número de hóspedes voltou a aumentar face ao período homólogo do ano anterior, ainda que a um ritmo muito mais lento, enquanto o número de dormidas terá mesmo registado uma redução. Apesar deste abrandamento, os proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros continuaram a aumentar, o que significa que os turistas pagam cada vez mais para ficar em Portugal.

Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) dão conta de que a hotelaria nacional recebeu nos primeiros 11 meses do ano um total de 19,9 milhões de hóspedes, representando uma subida de 1,6% face a igual período do ano anterior, tendo, no entanto, o número de dormidas registado uma quebra homóloga de 0,2%. Relembre-se que em 2017, o número de hóspedes aumentava perto de 9%, enquanto o número de dormidas subia mais de 7%.

A impedir uma desaceleração ainda mais acentuada do turismo em Portugal está o mercado interno (hóspedes residentes portugueses), que continua a crescer, com um aumento de 3,9%. Por outro lado, os

residentes no estrangeiro aumentaram apenas 0,2%.
É sobretudo o mercado europeu que está a contribuir para esta desaceleração, já que o número de turistas vindos de mercados como o Brasil e os Estados Unidos continua a aumentar a ritmo acelerado. Numa altura em que o Brexit está a ser ultimado e, segundo os operadores do turismo, já tem impacto negativo sobre o setor nacional, o mercado britânico, o principal em Portugal, caiu mais de 6% nos primeiros onze meses de 2018.

Dados da Associação do Turismo de Lisboa até setembro apontam para um crescimento do turismo na cidade de Lisboa de 2,5%, bastante abaixo da taxa de crescimento de 14% verificada no mesmo período de 2017. Dos cerca de 2,7 milhões de visitantes estrangeiros recebidos, destaca-se o aumento de turistas provenientes do Brasil e dos Estados Unidos da América, com taxas de crescimento de 4% e 18%, respetivamente.

Neste contexto, o Brasil foi o primeiro mercado emissor de turistas estrangeiros para Lisboa, logo seguido de França (2º), Estados Unidos (3º) e Espanha (4º). A Alemanha e o Reino Unido mantiveram o 5º e 6º lugar, respetivamente. É importante realçar que os principais mercados emissores europeus diminuíram face a 2017: Reino Unido (-7%), Itália (-3%), França (-2%) e Espanha (-2%).

Acompanhando a desaceleração verificada no turismo de Lisboa, também o Oceanário de Lisboa viu o ritmo de crescimento do número de visitantes estrangeiros abrandar, registando em 2018 um aumento de 6%, quando em 2017 tinha verificado uma taxa de crescimento de 27%.

Em 2018, um total de 1.438.744 pessoas visitaram as exposições do Oceanário de Lisboa, voltando a registar o seu melhor ano de sempre em número de visitantes, com mais 78.000 visitantes que no ano anterior.

Tal nível de visitação, em conjunto com os princípios de rigor e exigência aplicados na gestão, permitiu gerar rendimentos operacionais de 18,7 milhões de euros, 9% superiores aos registados no ano anterior.

Num ano marcado pela concretização de obras importantes no equipamento, que permitiram tornar o grande átrio do Oceanário de Lisboa num espaço interior que poderá acolher novas exposições e que permitiram renovar e modernizar as áreas da loja e de restauração do piso zero, aumentando a área disponível de visitação e circulação e proporcionando uma experiência mais agradável, foi ainda possível aumentar os recursos financeiros aplicados na conservação dos oceanos e na literacia azul e apurar um resultado operacional (EBITDA) de 5,9 milhões de euros e um resultado líquido de 1,9 milhões de euros.

Considerado pela terceira vez, em 2018, o Melhor Aquário do Mundo pela Travelers' Choice do TripAdvisor, o maior site de viagens do mundo, o Oceanário de Lisboa vê uma vez mais reconhecida na satisfação dos seus visitantes a estratégia de qualidade e excelência adotada e o empenho dos colaboradores em integrar competências científicas, expositivas e de envolvimento de públicos, que reforçam o posicionamento inequívoco do Oceanário de Lisboa como instituição de referência de nível nacional e internacional.

´VISITANTES

´NÚMERO DE VISITANTES

1 438 744 (+6%)

´ÍNDICE SATISFAÇÃO

89%

´PERCEÇÃO SOBRE O OCEANÁRIO DE LISBOA

INSTITUIÇÃO DE CONSERVAÇÃO

29% (+3%)

CUMPRE A MISSÃO

97%

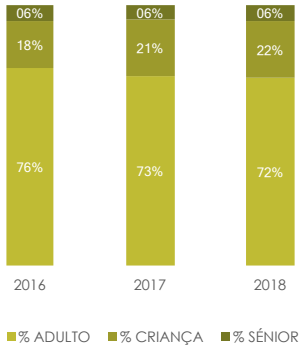
Em 2018, 1.438.744 visitantes de 185 países e estados passaram pelas exposições do Oceanário de Lisboa, tendo sido, mais uma vez, o ano com maior número de visitantes de sempre. Desde a sua abertura, mais de 23 milhões de visitantes puderam, através de uma experiência única e exclusiva, aprofundar os seus conhecimentos sobre os oceanos.

A liderança do equipamento, eleito novamente em 2018 pelo *site TripAdvisor* como o Melhor Aquário do Mundo, reflete a satisfação dos visitantes.

O número total de visitantes em 2018 foi 5,8% superior ao número de visitantes de 2017.

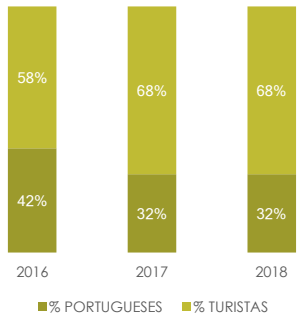
Os gráficos seguintes permitem-nos observar a evolução da tipologia de visitantes por idade e por nacionalidade, ao longo dos últimos três anos.

VISITANTES POR IDADES



A distribuição etária dos visitantes do Oceanário de Lisboa em 2018 foi diferente da verificada nos dois anos anteriores, verificando-se um crescimento de 18% em 2016 para 22% em 2018 do peso relativo das crianças até aos 12 anos que visitaram o Oceanário de Lisboa no volume total de visitantes do ano. O peso relativo dos visitantes com mais de 13 anos (adultos e séniores) passou, assim, de 82% em 2016 para 78% em 2018.

VISITANTES POR NACIONALIDADE

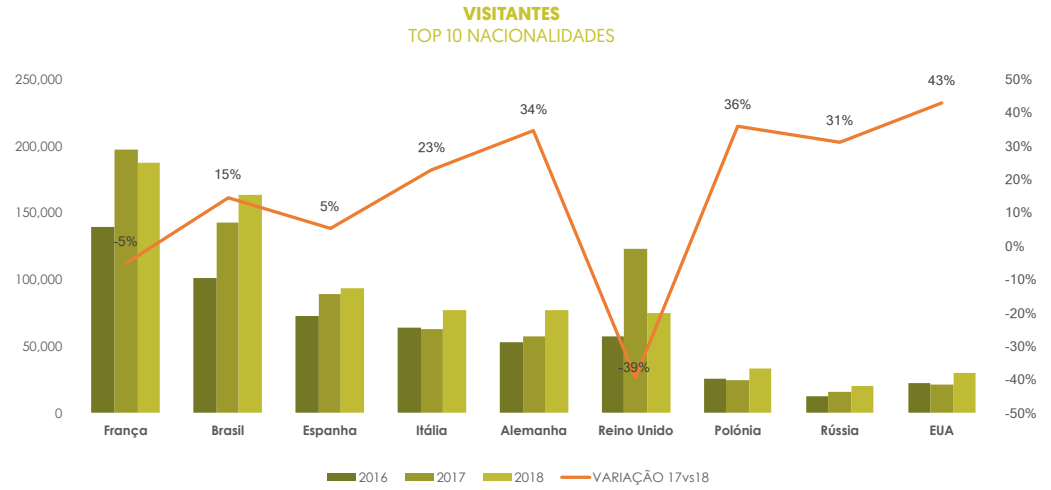


Ao longo de 2018, o Oceanário de Lisboa foi visitado por 459.194 portugueses e 979.550 visitantes estrangeiros, registando um aumento de 5% de visitantes nacionais e 6% de visitantes turistas, face ao ano anterior, mantendo em 2018 o rácio de visitantes portugueses (32%) e turistas (68%) verificado no ano anterior.

O turismo na cidade de Lisboa registou um aumento de 2,5% no período de janeiro a setembro de 2018 face a igual período do ano anterior (dados do Observatório do Turismo de Lisboa). Neste período, registaram-se 2.699.390 visitantes estrangeiros na cidade. O Oceanário de Lisboa recebeu, no mesmo período, 787.115 visitantes estrangeiros, tendo a sua taxa de captação de turistas resultado em 29%, representando um aumento face à taxa de captação de 28% conseguida em 2017.

Da análise de visitantes por nacionalidade conclui-se que no top 5 dos visitantes que mais visitaram o Oceanário de Lisboa se encontram os turistas provenientes de: França, Brasil, Alemanha, Espanha e Itália, sendo França e Brasil os países com mais visitantes no Oceanário de Lisboa.

Face a 2017, observou-se um acréscimo de 15% nos visitantes de nacionalidade brasileira, uma ligeira quebra de 5% nos visitantes franceses e uma acentuada diminuição de visitantes provenientes do Reino Unido (-40%).



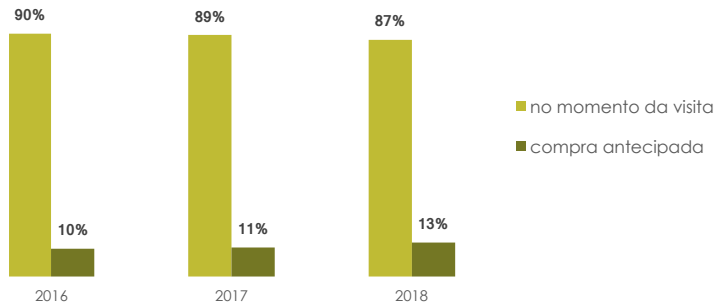
O Oceanário de Lisboa deu continuidade em 2018 ao desenvolvimento de uma dinâmica comercial dirigida especificamente ao mercado do turismo, que registou mais um ano de crescimento na cidade de Lisboa e assumiu, ao longo dos últimos anos, novas características de tipologia, disponibilidade financeira, interesses e preferências.

A estratégia focou-se no reforço do investimento em relações públicas junto dos principais opinion makers do turismo e no desenvolvimento de soluções de venda de bilhetes com diversos parceiros para potenciar os negócios B2B, como por exemplo as agências de viagens e operadores turísticos.

´VENDA DE BILHETES

A aquisição de bilhetes nas instalações do Oceanário de Lisboa continua a ser a prática mais frequente entre os visitantes. Apesar disso, é de realçar que em 2018 a percentagem de aquisição de bilhetes realizada através de canais alternativos, que permitem a compra antecipada dos bilhetes de entrada, registou um crescimento de 1,7% face ao ano anterior.

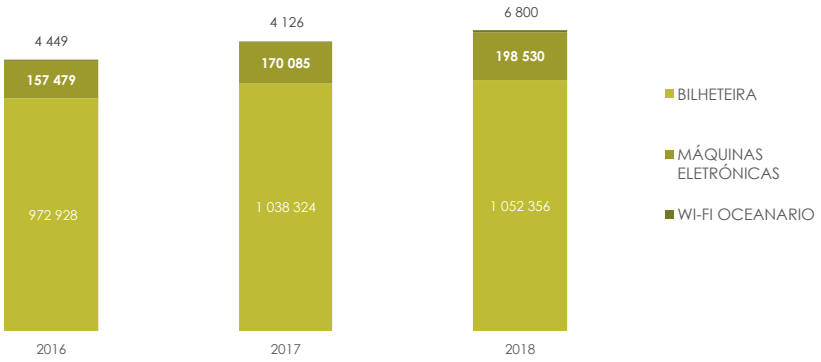
MOMENTO DE COMPRA DE BILHETE
%



No Oceanário de Lisboa, a bilheteira principal continua a ser o ponto de venda primordial utilizado pelos visitantes para aquisição dos bilhetes (73%), sendo o número de bilhetes vendidos nas máquinas de vendas automáticas equivalente a 14% do volume global. Em conjunto com as vendas realizadas através do serviço de *wi-fi* gratuito disponibilizado pelo Oceanário de Lisboa, a percentagem de bilhetes vendidos nas instalações do Oceanário de Lisboa perfaz 87,4%.

O serviço de *wi-fi* gratuito continuou a facilitar a experiência de aquisição de bilhetes através da bilheteira online, mas com uma representação de vendas externas residual.

BILHETES VENDIDOS NO OCEANÁRIO
N.º BILHETES VENDIDOS POR CANAL



O Oceanário de Lisboa coloca à disposição dos seus visitantes um conjunto de canais e locais de venda de bilhetes alternativos, que visam facilitar, agilizar e antecipar o processo de compra.

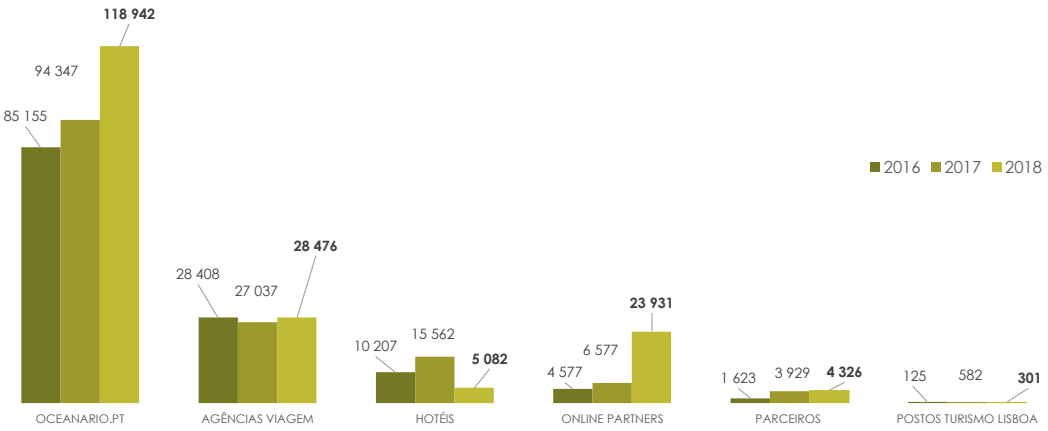
O *site* oficial oceanario.pt registou um aumento de 26% do número de bilhetes vendidos, aumentando o peso relativo de 7% para 8% do volume total de bilhetes vendidos no ano.

As vendas de bilhetes realizadas através das agências de viagens traduziram-se em 28.476 visitantes, representando um crescimento de 5% face ao ano anterior.

Devido à alteração de procedimentos junto do canal de venda dos hotéis, o Oceanário de Lisboa viu reduzida a sua presença comercial nos equipamentos hoteleiros da zona da Grande Lisboa, passando a trabalhar com apenas 56 unidades hoteleiras (entre *hostels* e hotéis) para a venda direta de bilhetes e com 40 outras unidades hoteleiras para a oferta aos turistas de *vouchers* de 10% de desconto na bilheteira.

Ao longo do ano, o Oceanário de Lisboa continuou a receber comitivas de agentes de viagem e turismo e de jornalistas estrangeiros, enviados pelo Turismo de Lisboa, Turismo de Portugal e TAP. A visita destes profissionais tem como objetivos a divulgação e o planeamento de viagens e de congressos. O relacionamento com estes players tem sido fundamental para o aumento da notoriedade do Oceanário de Lisboa nos principais mercados emissores de turistas.

BILHETES VENDIDOS FORA DO OCEANÁRIO
N.º BILHETES VENDIDOS POR CANAL



´PARCERIAS COMERCIAIS

As parcerias comerciais estabelecidas pelo Oceanário de Lisboa com outras entidades contribuem para fomentar a visitação, e, simultaneamente, para promover a visibilidade da marca. Em 2018 as receitas de venda de bilhetes associados às parcerias comerciais representaram 10% das receitas globais de bilheteira, aumentando em 1% o peso relativo verificado em 2017.

As parcerias estabelecidas abrangem diferentes áreas de atuação, incluindo:

| Comercial (Eventos, ACP);

| Turismo (Carristur, Cityrama);

| Educação (CP, Cartão Estudante);

| Comunicação (CML, jornais regionais).

´TIPOLOGIAS DE BILHETES

Em 2018 o Oceanário de Lisboa manteve disponíveis duas tipologias de bilhetes, que, com preços diferentes, permitem oferecer diferentes alternativas ao percurso, duração e âmbito da visita:

| Visita às exposições permanente e temporária

| Visita à exposição permanente

O preço de venda dos bilhetes manteve-se no ano de 2018, com o preçário seguinte:

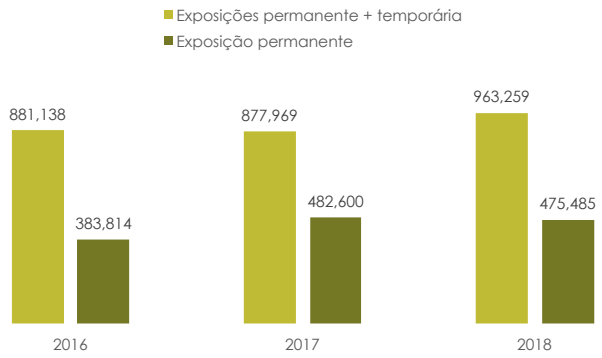
IDADES	EXPOSIÇÃO **PERMANENTE + TEMPORÁRIA**	EXPOSIÇÃO **PERMANENTE**
0 - 3	Grátis	Grátis
4 - 12	12€	10€
13 - 64	18€	15€
+ 65	12€	10€
Família*	47€	39€

* 2 adultos + 2 crianças até 12 anos, extra 6,10€ (bilhete disponível na bilheteira do Oceanário de Lisboa)

O preço de venda ao público dos bilhetes inclui 23% de IVA

Verificou-se em 2018 um aumento do número de visitantes que preferiram visitar ambas as exposições, passando de 65% para 67% os visitantes que escolheram esta opção.

Nº DE VISITANTES POR TIPOLOGIA DE BILHETES



´PREÇO MÉDIO POR BILHETE

Considerando a distribuição etária dos visitantes, as duas tipologias de bilhetes e os descontos aplicados no âmbito das parcerias existentes, em 2018 o preço médio do bilhete fixou-se em 11,07€ (valor sem iva). Este valor apresenta uma evolução crescente nos dois últimos anos, traduzindo em 2018 um aumento de 1% face ao ano anterior.

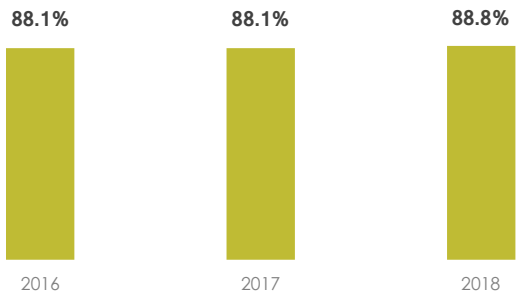
PREÇO MÉDIO DO BILHETE €
(VALOR SEM IVA)

´SATISFAÇÃO DO VISITANTE

Para o Oceanário de Lisboa a monitorização da satisfação do visitante é tão relevante quanto a monitorização das afluências, pelo que tem sido prosseguida uma política de acompanhamento e análise contínua dos níveis de satisfação dos visitantes.

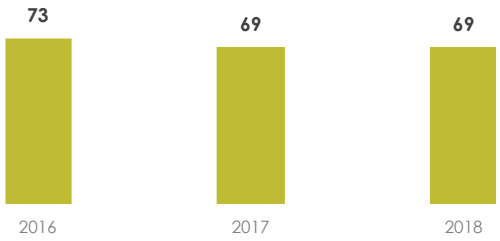
O Índice de Satisfação do Visitante, que avalia vários aspetos, como a satisfação global da visita, a simpatia no acolhimento, o tempo de espera, a qualidade das infraestruturas e a informação disponível, registou em 2018 o valor de 88,8%, mantendo o nível elevado verificado nos anos anteriores.

INDICE DE SATISFAÇÃO DO VISITANTE



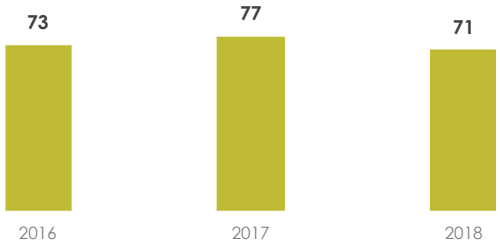
De acordo com a metodologia Net Promoter Score (NPS), cujo objetivo principal é avaliar a fidelidade do cliente para com a marca, efetuou-se uma auscultação aos visitantes mediante a pergunta direta "Recomendaria a visita do Oceanário de Lisboa a amigos e familiares?". O índice NPS obtido foi de 69, mantendo-se relativamente a 2017.

NPS VISITA AO OCEANÁRIO DE LISBOA

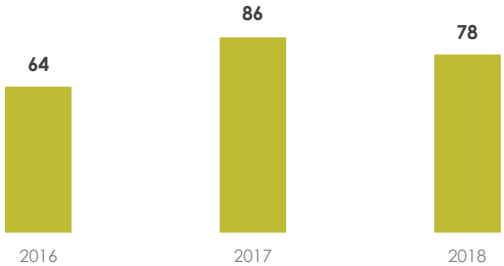


Auscultou-se igualmente o NPS para o Programa de Educação e para os Eventos realizados no Oceanário de Lisboa, e, por último, para o *Contact Center*, registando-se respetivamente NPS de 71, 78 e 96 pontos. Os elevados valores obtidos revelam que a maioria dos visitantes e clientes são promotores do Oceanário de Lisboa, valorizando e demonstrando predisposição para promover a visita ao Oceanário de Lisboa junto da sua rede de contactos.

NPS PROGRAMA DE EDUCAÇÃO



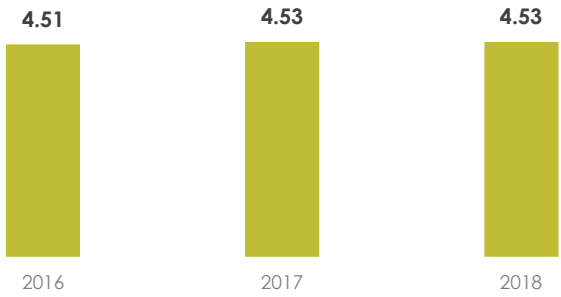
NPS EVENTOS



NPS *CONTACT CENTER*

De acordo com a avaliação realizada e partilhada pelos visitantes do Oceanário de Lisboa no site de viagens Tripadvisor, o Oceanário de Lisboa alcançou uma avaliação média de 4,53 (numa escala de 1 a 5), num total de 4.926 avaliações registadas, mantendo-se a avaliação registada em 2017.

AVALIAÇÃO TRIPADVISOR

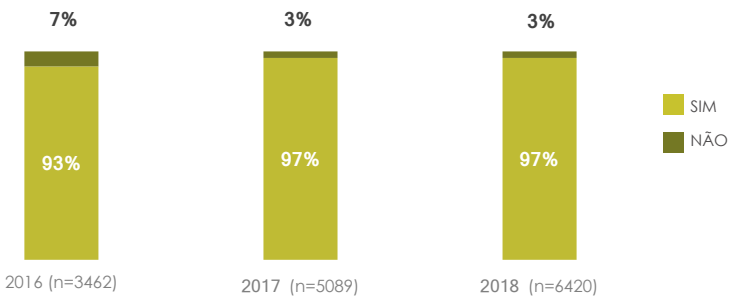


´OPINIÃO DO VISITANTE

A análise à opinião dos visitantes inquiridos sobre o posicionamento do Oceanário de Lisboa inferiu que, em média, 29% perceciona o Oceanário de Lisboa como uma instituição de conservação, tendo-se registado um aumento de 3 pontos relativamente a 2017.

Relativamente à opinião dos visitantes sobre a prossecução da missão de promover o conhecimento do oceano, 97% dos visitantes considera que o Oceanário de Lisboa cumpre a sua missão.

O OCEANÁRIO ESTÁ A CUMPRIR A MISSÃO?



Oceanário de Lisboa
Sempre diferente.
EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA
TEMPORARY EXHIBITION
FLORESTAS SUBMERSAS
FORESTS UNDERWATER
by TAKASHI AMANO
MÚSICA DE
MUSIC COMPOSED BY
RODRIGO LEÃO
ENTRADA
ENTRANCE

´ESPAÇOS E EXPOSIÇÕES

´UM PLANETA, UM OCEANO

A visita à exposição permanente do Oceanário de Lisboa desenrola-se em dois níveis, o terrestre e o subaquático, atravessando as águas temperadas, tropicais e frias dos diferentes oceanos do planeta. Um grande aquário central, com 5 milhões de litros de água salgada e quatro habitats marinhos criam a ilusão que estamos perante um só aquário e um só oceano.

´FLORESTAS SUBMERSAS *BY* TAKASHI AMANO

As florestas tropicais são dos habitats mais ricos e diversos da Terra. Apesar de ocuparem menos de 6% da superfície do planeta, mais de metade da biodiversidade existente vive nestas áreas de floresta pristina, ainda intocadas e intangíveis para a maioria. Apesar da sua importância ecológica, estes habitats são, provavelmente, dos mais ameaçados do mundo.

Com o objetivo de reforçar o compromisso do Oceanário de Lisboa para a conservação da natureza e educação ambiental, a exposição "Florestas submersas *by* Takashi Amano" apresenta o mundo natural através de uma perspetiva especial - um ambiente único onde a arte se funde magistralmente com a natureza das florestas tropicais, onde o visitante é levado para o mundo das sensações e emoções, para um universo precioso que o transporta para as origens da vida.

O maior *nature aquarium* do mundo alguma vez criado por Takashi Amano, e o primeiro aquário no Oceanário de Lisboa com assinatura de autor, apresenta 40 espécies de peixes tropicais de água doce e 46 espécies de plantas aquáticas.

´EXPOSIÇÃO "KEEP THE OCEANS CLEAN" *BY* SKELETON SEAS

O Oceanário de Lisboa apresentou a exposição "Keep the oceans clean", da autoria de João Parrinha e Xandi Kreuzeder do "Skeleton Sea – Arte do Mar", que esteve patente no átrio principal do Oceanário de Lisboa de 04 de julho a 07 de setembro de 2018, com nove instalações artísticas feitas a partir de lixo marinho encontrado em praias e retirado do mar.

A exposição permitiu aos visitantes contemplar um impressionante peixe feito com chinelos de plástico que vieram parar a uma praia na África do Sul, um enorme polvo construído a partir de lixo encontrado nas praias e um incrível albatroz construído no Quénia, com lixo marinho, ferro e arame, e que pretende alertar para os perigos a que estão sujeitas as aves marinhas devido à poluição por plástico no oceano.

A poluição marinha tem um enorme impacto nas espécies e ecossistemas marinhos, com a acumulação e deterioração de plástico e outros resíduos no oceano. Este facto mobilizou os artistas do "Skeleton Sea" a criar esta exposição com o objetivo de elevar a consciência e o conhecimento sobre o problema crescente da poluição no oceano e, assim, inspirar o público, através da arte, a proteger os ecossistemas marinhos.

´EXPOSIÇÃO "SHARKS, UMA MISSÃO DE BRIAN SKERRY" *BY* NATIONAL GEOGRAPHIC

«Sharks, uma missão de Brian Skerry» é uma extraordinária viagem ao mundo dos tubarões e esteve pela primeira vez na Europa, no Oceanário de Lisboa, com o objetivo de consciencializar o público para o perigo de extinção destes animais.

Uma das mais emblemáticas exposições da National Geographic esteve patente no novo átrio do Oceanário de Lisboa de 13 de setembro de 2018 a 06 de janeiro de 2019.

Esta exposição única conta com 50 fotografias da autoria de Brian Skerry, fotógrafo e fotojornalista especializado em vida marinha e ambientes subaquáticos, que mostra uma nova perspetiva sobre estes predadores do oceano, para que os visitantes percebam a importância da sua proteção. Este é um projeto que nos ensina a apreciar os tubarões em vez de os temer.

Todos os anos cerca de 100 milhões de tubarões são capturados de forma acidental ou para comercialização das suas barbatanas. Estes predadores são essenciais para manter o equilíbrio dos ecossistemas marinhos. Estes factos mobilizaram Brian Skerry a fotografar diferentes espécies de tubarão, com o objetivo de elevar a consciência e o conhecimento sobre estes animais.

Com esta exposição, o Oceanário de Lisboa pretende promover o conhecimento sobre os tubarões e reforçar a urgência em preservar a biodiversidade marinha.

´PROJETOS DE CONSERVAÇÃO EM MOSTRA EXPOSITIVA

Um conjunto de 18 painéis informativos, expostos na rampa de acesso à exposição permanente, apresenta alguns dos projetos de conservação apoiados pelo Oceanário de Lisboa, desde 1998. Este apoio tem sido dirigido a uma grande diversidade de espécies tais como cavalos-marinhos, peixes-lua, tubarões, mantas, tartarugas e aves marinhas e, também, de habitats como as pradarias marinhas, os recifes profundos, os recifes de coral e as zonas costeiras de importância ecológica.

´NOVA CONFIGURAÇÃO DO ÁTRIO

Inaugurada em maio de 2018, decorreu durante os primeiros cinco meses do ano a obra de requalificação do átrio, com a instalação de uma fachada de vidro, idealizada pelo Arquiteto Peter Chermayeff, que veio permitir melhorar o nível de conforto nesta zona central do percurso da visita e possibilitar uma maior utilização deste espaço, criando novas áreas para a instalação de novas exposições e conteúdos expositivos, proporcionando ainda a ampliação do espaço de loja no piso 0 em 240 m2.

Com a inclusão da escadaria no interior do edifício e com acesso direto do elevador ao espaço da loja, esta obra permitiu ainda tornar igualitária a totalidade do percurso de visita no acesso de pessoas com dificuldades de mobilidade.

´RECONVERSÃO DOS ESPAÇOS E CONCEITOS DE LOJA E RESTAURAÇÃO

Com o objetivo de criar nos vários espaços um ambiente inovador, que melhor envolva os visitantes com os valores e missão da instituição, o Oceanário de Lisboa abriu, em 2018, um novo espaço, que inclui uma nova loja, restaurante e cafetaria.

O Oceanário de Lisboa deu, assim, mais um passo no caminho para a sustentabilidade, reformulando todo o conceito associado à loja e restauração, assumindo o desafio de reduzir o impacto ambiental dos seus produtos. Com esta nova estratégia, o Oceanário de Lisboa pretende reforçar a sua missão de fazer a diferença no futuro do oceano e na conservação da biodiversidade marinha.

No âmbito da sua missão de sensibilizar para a sustentabilidade do oceano e de promover a sua conservação, o Oceanário de Lisboa assumiu o compromisso de, em três anos, 95% dos produtos da loja serem sustentáveis. Nesse sentido, criou o movimento #SEATHEFUTURE que tem como objetivo redesenhar o futuro do oceano, passando pela proteção do capital natural marinho através de uma sociedade ativa na promoção de um consumo sustentável e na alteração de comportamentos.

´REQUALIFICAÇÃO DO AUDITÓRIO ENG. MÁRIO ABREU

De forma a melhorar a experiência de visita, o auditório Eng.º Mário Abreu foi requalificado, através da renovação do pavimento, da instalação de cadeiras mais robustas e confortáveis e de um novo monitor, de maior dimensão e com melhor resolução.

No âmbito desta renovação foi ainda produzido um novo filme institucional, que permite partilhar com todos os visitantes o dia-a-dia das várias equipas que asseguram as atividades do Oceanário de Lisboa, dando a possibilidade de conhecer o trabalho desenvolvido pelas áreas de: conservação, educação, biologia, engenharia, operações e manutenção.

´PROJETO PARA NOVA EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA

Com vista à realização de uma nova exposição temporária, a instalar no novo espaço do átrio, deu-se continuidade em 2018 ao processo de conceção e projeto da exposição a instalar, cuja abertura ao público se prevê para 2020.

CAFÉ &
BEBIDAS
Coffee &
drinks
SALADAS
Pasta
& Salads

´COLEÇÃO

O Oceanário de Lisboa investe continuamente na melhoria da qualidade da experiência global da visita que proporciona aos seus visitantes. Este eixo orientador define como foco da atividade a importante manutenção da qualidade das exposições e das coleções.

Em 2018 o Oceanário de Lisboa deu continuidade à renovação dos animais emblemáticos de idade mais avançada e ao aumento progressivo da apresentação de espécies únicas, investindo na introdução na coleção de novas espécies, pouco comuns em aquários públicos.

Durante o ano de 2018 introduziram-se nos aquários da exposição diversas espécies e animais, que valorizam não apenas a coleção, mas também a experiência da visita, constituindo, simultaneamente, um desafio ao contínuo desenvolvimento de competências por parte da equipa técnica do Oceanário de Lisboa para a sua manutenção.

´NOVOS ANIMAIS

´INTRODUÇÃO DE UM TUBARÃO-ZEBRA NO AQUÁRIO CENTRAL

O Oceanário de Lisboa procedeu à introdução de um novo tubarão-zebra (Stegostoma fasciatum) no aquário central. Este indivíduo, que nasceu num aquário em Inglaterra e chegou ainda juvenil ao Oceanário de Lisboa, esteve em crescimento no habitat do Índico e em 2018 foi transferido para o aquário central por ter atingido um tamanho que permite juntá-lo aos restantes indivíduos da mesma espécie, já presentes neste aquário.

Esta espécie encontra-se classificada como "Vulnerável" pela União Internacional para a Conservação da Natureza e integra um programa de reprodução europeu.

´OCEANÁRIO DE LISBOA RECEBE DUAS LONTRAS-MARINHAS RESGATADAS NO ALASCA

O Oceanário de Lisboa recebeu duas lontras-marinhas provenientes do Alaska Sea Life Center, um centro de reabilitação de animais marinhos em Seward, no Alasca.

O Oceanário de Lisboa acolheu estas lontras-marinhas que foram resgatadas pelo Alaska Sea Life Center muito debilitadas, com menos de um ano de vida. Nestes casos, a reintrodução no habitat natural não

é viável, uma vez que é durante o primeiro ano de vida que as crias aprendem com as progenitoras as regras básicas de sobrevivência, como procurar alimento e cuidar do pelo. O apoio do Oceanário de Lisboa foi vital para garantir todos os cuidados necessários para a sobrevivência dos dois animais após o seu resgate.

Estas duas novas lontras-marinhas, dois machos juvenis, Odi e Kasi, fazem agora companhia às fêmeas Micas e Maré, nascidas no Oceanário há 18 e 20 anos, respetivamente. Ao receber estas duas novas lontras-marinhas, o Oceanário de Lisboa reforça o seu compromisso de contribuir para a proteção da biodiversidade marinha e de sensibilizar os visitantes para a conservação do oceano.

O processo do transporte até à introdução dos dois animais no Habitat do Pacífico foi acompanhado por uma equipa da TVI, tendo dado origem a um documentário que passou em televisão em prime-time.

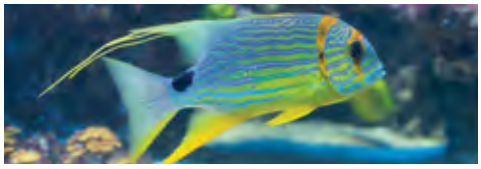
´NOVAS ESPÉCIES NA COLEÇÃO

Cabeçudo [*Uranoscopus scaber*]
no aquário dos Peixes Chatos da Galeria do Atlântico

Peixe-porco-pigmeu [*Brachaluteres jacksonianus*]
no Aquário dos Dragões- Marinhos

Estrela do mar [*Pentanogaster duebeni]*
no Aquário dos Dragões- Marinhos

Bodião-da-califórnia [*Semicossyphus pulcher*]
no Habitat do Pacífico



Pargo-de-banda-azul [*Symphorichthys spilurus*]
no Habitat do Índico

´ENRIQUECIMENTO E VALORIZAÇÃO DOS AQUÁRIOS

O enriquecimento e valorização dos aquários, da sua beleza natural e do ambiente excecional que criam é essencial para garantir a satisfação do visitante e a saúde e bem-estar das espécies da coleção. Com este objetivo, realizou-se em 2018 o trabalho progressivo de renovação e requalificação dos aquários.

´ALTERAÇÃO DO SISTEMA DE SUPORTE DE VIDA DO HABITAT DO PACÍFICO

Tendo em conta a chegada de duas novas lontras-marinhas, foi necessário adequar a capacidade do sistema de suporte de vida a essa nova condição. O sistema sofreu alterações muito significativas para aumentar a capacidade de filtração e desinfeção. Intensificou-se também a monitorização do sistema, melhorando-se a operação do mesmo.

´MELHORIA DA QUALIDADE DA ÁGUA DO AQUÁRIO CENTRAL

Conclusão dos trabalhos de *up-grad*e do sistema de suporte de vida do aquário central. Verificou-se uma melhoria gradual na turbidez e na qualidade da água em geral deste aquário, fruto das alterações feitas.

´MELHORIA DA ILUMINAÇÃO DOS AQUÁRIOS

Continuação do trabalho de melhoria da iluminação dos aquários da exposição.

´CONHECIMENTO SOBRE AS ESPÉCIES

O Oceanário de Lisboa apoia a conservação dos oceanos, nomeadamente através da promoção do conhecimento científico sobre as espécies da coleção biológica. É pioneiro na reprodução de algumas espécies e partilha espécies e indivíduos com uma rede internacional de instituições similares, contribuindo para a conservação da biodiversidade marinha.

No âmbito do trabalho realizado em 2018, destaca-se a componente de conservação desenvolvida diretamente pelo Oceanário de Lisboa através da recolha de dados e informação sobre as várias espécies e da participação em diversos projetos de conservação a nível europeu.

´NOVOS NASCIMENTOS NO OCEANÁRIO DE LISBOA

São várias as espécies com as quais o Oceanário de Lisboa tem vindo a trabalhar nos últimos anos no sentido de conseguir sucesso na sua reprodução. Ocorreram vários nascimentos durante o ano de 2018, onde se incluem:

- Quimeras (*Hydrolagus colliei*)
- Escorpião-vela (*Nautichthys oculofasciatus*)
- Perca-prateada (*Cymatogaster aggregata*)
- Donzela-dourada (*Amblyglyphidodon aureus*)
- Uge-americana (*Hypanus americanus*)
- Barbo-cereja (*Puntius titteya*)

´ANIMAIS REPRODUZIDOS NO OCEANÁRIO DE LISBOA CEDIDOS A OUTROS AQUÁRIOS

Em linha com um dos pilares da missão de contribuir para a sobrevivência da biodiversidade existente, foram enviadas várias espécies de animais reproduzidas no Oceanário de Lisboa para 8 outros aquários, portugueses e estrangeiros.

ANIMAL	DESTINATÁRIO
Várias espécies de corais	Sea Life London
16 medusas *Chrysaora quinquecirrha*	Burgers Zoo
30 medusas *Phyllorhiza punctata*	Acuário de Sevilha
Várias espécies de corais	
5 medusas *Aurelia Aurita*	Acuário de Sevilla
10 medusas *Phyllorhiza punctata*	Acuário de Sevilla
2 rãs *Epipedobates.tricolor*	
Ovos de choco *Sepia officinalis*	Øresund Aquarium
Ovos de tubarão *Poroderma africanum*	New England Aquarium
1 pinguim *Spheniscus magellanicus*	Aquarium Wilhemshaven
1 uge-de-pintas-azuis *Taeniura lymma*	Acquario di Livorno
Várias espécies de corais	Acuário de Sevilla
1 uge-de-pintas-azuis *Taeniura lymma*	
16 medusas *Phyllorhiza punctata*	Aquário de Valência

´DESENVOLVIMENTO DE TÉCNICAS DE MANUTENÇÃO E REPRODUÇÃO DE DIFERENTES ESPÉCIES

Em 2018 realizou-se um workshop de reprodução e cultivo larvar de teleósteos tropicais, com a formadora Monika Schmuck, supervisora do New England Aquarium. Este workshop permitiu conhecer o programa de cultivo larvar desenvolvido no New England Aquarium com o objetivo de iniciar um programa semelhante no Oceanário de Lisboa.

´PROGRAMA DE REPRODUÇÃO DA ESPÉCIE *TAENIURA LYMMA* (UGE-DE-PINTAS-AZUIS) SOB A GESTÃO DO OCEANÁRIO DE LISBOA

O Oceanário de Lisboa é responsável pelo programa de reprodução da espécie *Taeniura lymma* (uge-de-pintas-azuis) da EAZA – Associação Europeia de Zoos e Aquários, na qualidade de European Studbook Keeper.

´PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE REPRODUÇÃO DE 16 ESPÉCIES

O Oceanário de Lisboa participa nos programas de reprodução (European Studbooks e outros projetos similares) de diversos tubarões, cavalos-marinhos e aves marinhas, num total de 16 espécies diferentes:

- Tubarão Zebra (*Stegostoma fasciatum*)
- Tubarão de pontas negras (*Carcharinus melanopterus*)
- Tubarão corre-costa (C*archarinus plumbeus)*
- Andorinha do mar Inca (*Larosterna inca*)
- Cavalo-marinho (*Hippocampus hippocampus*)
- Cavalo-marinho do focinho comprido (*Hippocampus guttulatus*)
- Tubarão cornudo (*Heterodontus francisci*)
- Pinguim de magalhães (Spheniscus magellanicus)
- Viola comum (*Rhinobatos rhinobatos*)
- Tubarão touro (Carcharias taurus)
- Quimera (*Hydrolagus colliei*)
- Ratão-águia (*Myliobatis aquila*)
- Ratão-bispo (*Aetomylaeus bovinus*)
- Tubarão-leopardo (*Triakis semifasciata*)
- Raia pontuada (*Raja brachyura*)
- Pata-roxa-gata (*Scyliorhinus stellaris*)

´PARTICIPAÇÃO EM COMITÉS E ASSOCIAÇÕES

O Oceanário de Lisboa participa em diversos comités e associações nacionais e internacionais, contribuindo para a tomada de decisões na esfera de algumas das organizações de referência para as áreas relacionadas com a gestão de aquários públicos e conservação dos oceanos.

- **European Union of Aquarium Curators**
  - Presidência
  - Animal Acquisitions Working Group
- **European Association of Zoo and Aquaria**
  - Executive Committee
  - Aquarium Committee

- **Fish and Invertebrate Taxon Advisory Group** (FAITAG)
  - Chair do "Jellyfish Taxon Advisory Group"
  - Elasmobranch Steering Committee do Elasmobranch TAG
  - Marine Teleost Steering Committee do Marine Teleost TAG
  - European Studbook Keeper da espécie *Taeniura lymma*
- **European Association of Zoo and Wildlife Veterinarians**
  - Presidência da secção Ibérica
- **Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar**
  - Direção

´OCEANÁRIO DE LISBOA CRIA NOVA FUNÇÃO DEDICADA À AVALIAÇÃO DO RISCO DE EXTINÇÃO DE ESPÉCIES MARINHAS

Em parceria com a Species Survival Commission (SSC), da União Internacional para a Conservação da Natureza, o Oceanário de Lisboa criou em 2018 uma nova função na sua equipa de biologia – «IUCN Marine RED LIST Officer». Este elemento está 100% dedicado à avaliação do risco de extinção de espécies marinhas, desempenhando um papel essencial no aumento do número de espécies avaliadas.

Com mais de 1.300 membros, incluindo governos, organizações não governamentais, universidades, entre outros, a União Internacional para a Conservação da Natureza é hoje considerada a maior organização de conservação do mundo. Das suas inúmeras atividades, a elaboração da Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas é a de maior visibilidade. É o maior e mais completo repositório de informação sobre o risco de extinção de espécies animais e vegetais, sendo uma ferramenta essencial ao desenvolvimento e planeamento de ações de conservação.

Em 2007, das cerca de 41.500 espécies avaliadas na Lista Vermelha, apenas cerca de 1.500 eram marinhas.

Para colmatar esta falha de vulto foi estabelecido o objetivo ambicioso de avaliar 20.000 espécies marinhas até 2020.

Com a criação do «IUCN Marine RED LIST Officer», o Oceanário de Lisboa pretende contribuir de forma relevante para atingir o objetivo de aumentar o número de espécies marinhas avaliadas. Tem igualmente como objetivo garantir que todas as espécies presentes na sua exposição sejam avaliadas quanto ao seu risco de extinção, contribuindo, assim, para a sua conservação.

A parceria com a Species Survival Commission (SSC), da União Internacional para a Conservação da Natureza veio acrescer uma nova dimensão e área de atuação do Oceanário de Lisboa na conservação. O novo "IUCN Marine RED LIST Officer", dedicado à avaliação do risco de extinção de espécies marinhas completou em 2018 a pré-avaliação de 116 espécies marinhas entre as quais 10 espécies da coleção do Oceanário de Lisboa para as quais nunca tinha sido realizada esta pré-avaliação. Esta informação está atualmente em processo de revisão para publicação na Lista Vermelha.

PROTEJA O AMBIENTE.
REDUZA, REUTILIZE, RECICLE E RECUPERE.
PROTECT THE ENVIRONMENT.
REDUCE, REUSE, RECYCLE AND RECOVER.
PROTEJA O AMBIENTE.
REDUZA, REUTILIZE, RECICLE E RECUPERE.
PROTECT THE ENVIRONMENT.
REDUCE, REUSE, RECYCLE AND RECOVER.

´CIÊNCIA E INVESTIGAÇÃO

´PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PRODUZIDAS

10

´COMUNICAÇÕES EM CONGRESSOS DA ESPECIALIDADE

6

´ESTÁGIOS NO OCEANÁRIO DE LISBOA

4

´AÇÕES DE FORMAÇÃO OFERECIDAS

8

O Oceanário de Lisboa mantem relações de colaboração e parceria com uma alargada rede internacional de instituições similares e com organizações científicas, nacionais e internacionais. Esta rede de colaboração revela-se um importante instrumento na partilha de conhecimentos que aportam significativos avanços e contributos na investigação para a conservação.

Nesta área de atuação destaca-se a participação em congressos nacionais e estrangeiros da especialidade, a colaboração em projetos de investigação em diversas instituições universitárias e a estreita colaboração em cursos de licenciatura e mestrados com diversas universidades nacionais.

´REALIZAÇÃO DE COMUNICAÇÕES EM CONGRESSOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS DA ESPECIALIDADE

Em 2018, o Oceanário de Lisboa realizou as seguintes comunicações em congressos nacionais e estrangeiros:

| Nuno Vasco Rodrigues & Núria Baylina. **Oceanário de Lisboa support to in-situ conservation projects.** Sharing best practices in marine conservation and research. CIIMAR/ZSL. CIIMAR, Porto. 22 janeiro 2018.

| Nuno Vasco Rodrigues & Núria Baylina. **Oceanário de Lisboa support to in-situ conservation projects.** EAZA Conservation Forum. 22-25 maio 2018.

| Freixial C, Vasco-Rodrigues N, Baylina N, Modesto T. **Cleaning behavior of adult Bluestreak cleaner wrasse, Labroides dimidiatus (Perciformes: Labridae), in Oceanário de Lisboa.** European Union of Aquarium Curators. 15-18 outubro 2018

| Núria Baylina. **Conservation Work and Communication at Oceanário de Lisboa.** European Union of Aquarium Curators. 15-18 outubro 2018

| Nuno Pereira, Ricardo Faustino, Pedro Faísca, Cristina Veríssimo, Hugo David and Núria Baylina. **Twenty Years Later: A New Case of Endolymphatic Tube Infection, Internal Otitis and Meningitis Caused by Fusarium solani in A Port Jackson Shark (Heterodontus portusjacksoni)**. IAAAM (International Association for Aquatic Animal Medicine) Conference, Long Beach. maio de 2018.

| Oliveira, M. T., Erzini, K., Bentes, L., & Santos, M. N. (2018). **Can the Diving Industry Promote Marine Conservation and Enhance Environmental Awareness? (Sal Island, Cape Verde Case).** SIBIC2018 - VII Congresso da Sociedade Ibérica de Ictiologia – "onde os rios encontram os oceanos", Faro, 12 a 16 de junho de 2018.

Comunicações em forma de poster

| Freixial C, Vasco-Rodrigues N, Baylina N, Modesto T. **Cleaning behaviour of adult Bluestreak cleaner wrasse, Labroides dimidiatus (Perciformes: Labridae), in Oceanário de Lisboa.** International Meeting on Marine Research. 5-6 July 2018.

| Canhoto S, Vasco-Rodrigues N, Baylina N, Teodosio M. **Production and identification of Indo-Pacific fish larvae in Oceanário de Lisboa.** International Meeting on Marine Research. 5-6 July 2018.

| Duarte I, Leandro S, Ferreira M, Pinto C, Falcão J, Rato L, Maranhão P, Marques S. **Different morphological types in Phyllorhiza punctata translate into adaptative changes?** International Meeting on Marine Research. 5-6 July 2018.

| Duarte I, Leandro S, Ferreira M, Pinto E, Falcão J, Reis J, Maia S, Marques S. **Early development of Velella velella medusae in laboratory.** International Meeting on Marine Research. 5-6 July 2018.

| Solleliet-Ferreira S, Nowell G, Sazerat L, Vasco Rodrigues N, Charter S, Das D, Boys RM, Fontes J, Afonso P. **Photo-identification of Aetomylaeus bovinus (Geoffroy St. Hilaire, 1817). The forgotten giants of the shallow.** European Elasmobrach Association Congress. 12-14 of October 2018.

Artigos divulgação

| Nuno Vasco Rodrigues. **"Taxonomic changes within Dasyatidae family"**. Elasmobranch Taxon Advisory Group Elasmobranch TAG News

| Núria Baylina. **"Oceans' Conservation Fund"**. Elasmobranch Taxon Advisory Group Elasmobranch TAG News

´PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PRODUZIDAS PELOS COLABORADORES DO OCEANÁRIO DE LISBOA

No que respeita a publicações científicas produzidas pelos colaboradores do Oceanário de Lisboa, destacam-se em 2018 os seguintes artigos científicos:

| Maggio T, Allegra A, Andaloro F, Barreiros JP, Battaglia P, Butler CM, Cuttitta A, Fontes J, Freitas R, Gatt M, Karakulak FS, Macias D, Nicosia A, Oxenford HA, Saber S, Rodrigues NV, Yildiz T, Sinopoli M. **Historical separation and present-day structure of common dolphinfish (Coryphaena hippurus) populations in the Atlantic Ocean and Mediterranean Sea.** ICES Journal of Marine Science, doi:10.1093/icesjms/fsy174.

| Dias, Marta; Ferreira, Ana; Gouveia, Raúl; Cereja, Rui; Vinagre, Catarina. (2018). **Mortality, growth and regeneration following fragmentation of reef-forming corals under thermal stress.** Journal of Sea Research. 141. 10.1016/j.seares.2018.08.008.

| Dias, Marta; Ferreira, Ana; Gouveia, Raúl; Vinagre, Catarina. (2018). **Synergistic effects of warming and lower salinity on the asexual reproduction of reef-forming corals.** Ecological Indicators. 98. 334-348. 10.1016/j.ecolind.2018.11.011.

| Martins, Tânia, et al. **"Anaesthetics and analgesics used in adult fish for research: A review."** Laboratory animals (2018): 0023677218815199.

| Oliveira, Miguel Tiago; Erzini, Karim; Bentes, Luís; Santos, Miguel Neves (2018). **Can the Diving Industry Promote Marine Conservation and Enhance Environmental Awareness? (Sal Island, Cape Verde Case).** The Open Fish Science Journal, 11, 52-72.

´AÇÕES DE FORMAÇÃO OFERECIDAS A DIVERSAS INSTITUIÇÕES

Ao longo de 2018 os colaboradores do Oceanário de Lisboa prestaram ações de formação diversas, entre as quais formações integradas em cadeiras de bacharelatos e mestrados:

| **Cadeira de Aquariologia**, integrada no Mestrado em Ecologia Marinha da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

| **"Reprodução de corais"**, na cadeira de Aquacultura do Curso de Medicina Veterinária, na Faculdade de Medicina Veterinária de Lisboa

| **"Zebrafish anaesthesia and euthanasia"**. Course on Animal Use. Fundação Champalimaud

| **"Fish administration routes and sampling, identification, anestesia and euthanasia"**. Course on Animal Use. Fundação Champalimaud

| **"Fish Anestesia, Surgery and Euthanasia"**. Advanced Course Laboratory Animal Science. IMM – Instituto de Medicina Molecular.

| **"Anestesia, cirurgia e vias de administração em peixes"**. Curso de Ciências de Animais de Laboratório. Faculdade de Ciências. Universidade de Lisboa.

| **"Anesthesia, Anatomy, Euthanasia and Health Control in Fish"**. Practical Course on Animal Handling and Experimentation in Mouse and Zebrafish. Instituto Gulbenkian de Ciência.

| **"Oceanário de Lisboa. Conservação"**, na cadeira de Seminários Temáticos da Licenciatura em Biologia. Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

´ESTÁGIOS CURRICULARES E PROFISSIONAIS NO OCEANÁRIO DE LISBOA

Na Direção de Biologia foram recebidos 4 estagiários curriculares provenientes de duas universidades portuguesas e dois estágios profissionais de 6 meses.

´FORMAÇÃO DE COLABORADORES DE OUTROS AQUÁRIOS

O Oceanário de Lisboa recebeu em 2018 colaboradores de outros aquários públicos e outras instituições para a realização de formação:

- 1 Aquarista do Zoomarine (1 semana)
- 1 Veterinário do Aquário da Corunha (Espanha) (2 semanas)

´VISITAS TÉCNICAS

Foram também realizadas visitas às áreas técnicas nos seguintes contextos:

- Visita técnica dos alunos da cadeira de Aquacultura do curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa.

´PROJETOS DE CONSERVAÇÃO

´APOIO A PROJETOS

465 mil euros

´PROJETOS DE CONSERVAÇÃO

16

A prossecução da missão de conservação do Oceanário de Lisboa continuou a ser desenvolvida em 2018 através de um importante conjunto de atividades que integrou, não apenas o investimento financeiro na promoção do estudo, formação e aquisição de conhecimentos no domínio da conservação da biodiversidade marinha, mas também a manutenção e promoção de relações de colaboração com instituições de referência nacionais e internacionais para partilha de conhecimentos e realização de atividades de investigação.

No âmbito da contribuição para a sobrevivência da biodiversidade, pilar da sua missão, o Oceanário de Lisboa continuou, ao longo de 2018, a apoiar a conservação dos oceanos, através do financiamento de projetos desenvolvidos por várias instituições nacionais e estrangeiras.

A SOBREVIVÊNCIA DAS TARTARUGAS MARINHAS

´PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DE TARTARUGAS MARINHAS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O Oceanário de Lisboa apoia desde 2013 o projeto da Associação para a Proteção, Pesquisa e Conservação das Tartarugas Marinhas nos Países Lusófonos (ATM). O projeto tem como objetivo contribuir de forma eficaz para a conservação das tartarugas marinhas em São Tomé e Príncipe através de:

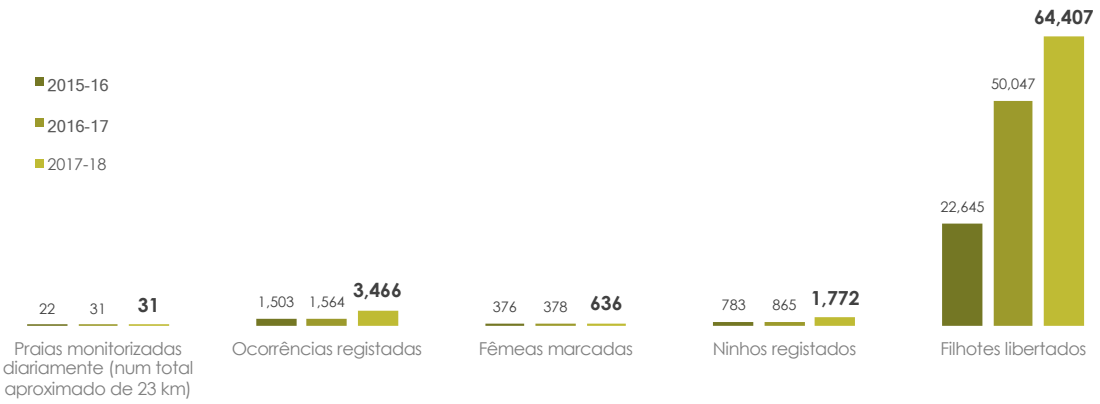
- Desenvolvimento de um programa de caráter científico para aprofundamento do conhecimento sobre a população de tartarugas marinhas de São Tomé e Príncipe;

- Desenvolvimento de trabalhos in situ de proteção direta de tartarugas marinhas na ilha de São Tomé;
- Criação de uma base de dados sobre as tartarugas de São Tomé e Príncipe;
- Criação de material didático a distribuir nas escolas.

As principais atividades desenvolvidas na temporada 2017/2018 incluíram:

- Proteção, monitorização e gestão das praias de desova
- Comunicação, Educação e Sensibilização para a conservação das tartarugas marinhas em São Tomé
- Envolvimento e participação das comunidades locais nas iniciativas de conservação das tartarugas
- Capacitação dos membros das comunidades locais, autoridades e técnicos nacionais para a conservação de tartarugas marinhas
- Avaliação dos impactos do projeto

Apresentam-se alguns resultados da temporada 2017-2018, que quando comparados com os anos anteriores, são demonstrativos da importância do apoio continuado ao projeto:



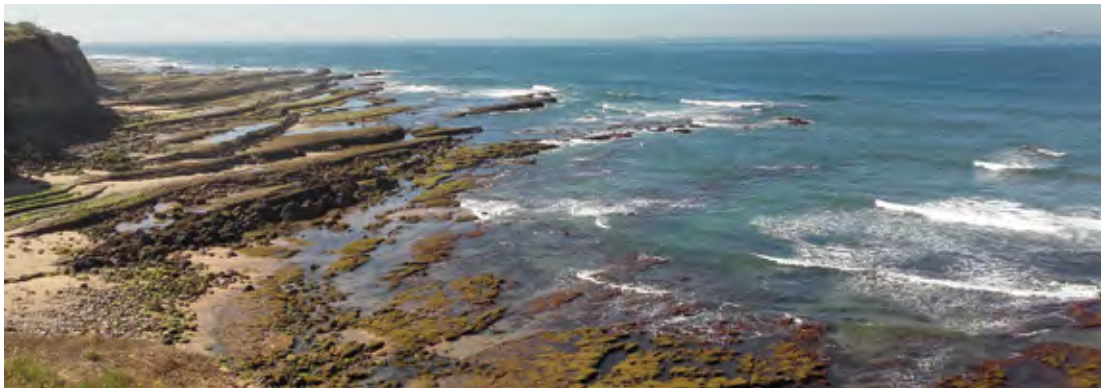
METODOLOGIA DE MARCAÇÃO ELETRÓNICA EXTERNA PARA AUMENTAR O CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE O TUBARÃO-ANJO
´ANGEL SHARK

O projeto "Angel Shark", desenvolvido nas Ilhas Canárias desde 2014, resulta da parceria colaborativa entre a Zoological Society of London, Universidad de Las Palmas de Grand Canaria e o Zoological Research Museum Alexander Koenig e pretende, entre várias iniciativas, obter dados acerca da ecologia desta espécie, visando a sua conservação.

O apoio do Oceanário de Lisboa permitiu o desenvolvimento de uma metodologia de implantação de um *tag low cost*, de open source e eticamente aceitável.

Com este método de implantação desenhado, concretizado e testado durante o início do verão de 2018, a segunda fase passou por estabelecer o primeiro projeto de telemetria acústica para tubarões-anjo nas Canárias. Até novembro de 2018, 7 hidrofones acústicos foram instalados numa área marinha protegida no norte de Lanzarote (La Graciosa Marine Reserve - LGMR) e 22 tags acústicos foram implantados com sucesso em indivíduos adultos.

Os recetores acústicos encontram-se atualmente a receber informação acerca dos indivíduos marcados, enquanto se vai estudando formas de aperfeiçoar o método de marcação (implantação) do tag. Os dados obtidos podem vir a revelar-se fundamentais na conservação desta espécie em termos locais, podendo posteriormente ser usados na implementação de medidas de conservação ao longo da sua zona de distribuição geográfica.



EFEITO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS SOBRE AS COMUNIDADES COSTEIRAS DE PEIXES
´REBREATH: RECIFES INTERTIDAIS, BERÇÁRIOS EM REGIÕES TEMPERADAS

O projeto "Rebreath", coordenado pelo MARE/ISPA-IU, pretende monitorizar o efeito das alterações climáticas sobre as comunidades de peixes e invertebrados juvenis de águas temperadas do intertidal rochoso. O projeto existe desde 2009 e contempla recolhas quinzenais de dados numa zona recentemente classificada com Área Marinha Protegida – Avencas.

Os resultados deste projeto, a somar aos já obtidos nos últimos 9 anos, podem representar um importante contributo para a conservação das comunidades costeiras locais, com especial incidência na Área Marinha Protegida das Avencas.

CONHECIMENTO SOBRE A PRESENÇA DE MOBULAS NOS AÇORES E NO ATLÂNTICO ESTE
´MANTA CATALOG AZORES

O projeto "Manta Catalog Azores", do Okeanos Centro I&D da Universidade dos Açores, tem como objetivo aumentar o conhecimento sobre a presença de Mobulas nos Açores e no Atlântico este. O

projeto pretende perceber a importância dos habitats dos Açores como Essential Fish Habitats (EFH) para as populações das espécies Mobula tarapacana e Mobula birostris. Os resultados serão importantes para um maior conhecimento acerca do estilo de vida e padrões de migração das várias espécies de mantas que ocorrem na zona das Macaronésia e restantes ilhas Atlânticas.

Durante o ano de 2018 foi possível:

- Melhorar o site do projeto com a criação de um formulário online que facilita a recolha de dados sobre os avistamentos
- Iniciar o trabalho de campo com recolha de amostras genéticas
- Efetuar a análise de foto-ID com alguns resultados interessantes sobre a estrutura das populações das duas espécies-alvo do projeto
- Aumentar o número de indivíduos na base de dados para um total de 137 individuos de *Mobula tarapacan*a e 29 de *Mobiula birostris*
- Apresentar alguns dos resultados do projeto na Conferência da "European Elasmobranch Association"

COMPORTAMENTOS E MODOS DE VIDA DOS RATÕES-BISPO
´FLY WITH BULL RAYS

Este projeto do IMAR (Instituto do Mar dos Açores) pretende aumentar o conhecimento acerca das populações de Ratões-bispo, Aetomylaeus bovinus, nas suas regiões de ocorrência geográfica. Esta espécie está classificada na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas do IUCN como "Criticamente em Perigo" no Mediterrâneo e na Europa. Um dos vários objetivos é validar a estabilidade dos padrões naturais e "cicatrizes" em Ratões-bispo para a implementação da primeira metodologia de foto-identificação intraespecífica. Para além do apoio financeiro, o Oceanário de Lisboa colabora diretamente no projeto através da recolha de dados dos indivíduos desta espécie. Estes dados serão essenciais para o desenvolvimento e validação do método a aplicar no meio natural.

Este apoio permitiu:

- A criação de um website oficial (www.flywithbullrays.eu) que incorpora uma base de dados que permite o carregamento de fotografias de indivíduos através de um software específico
- A realização de vídeos de apresentação do projeto que podem ser visualizados através do Youtube
- A representação do projeto em Malta e nas Ilhas Canárias, onde voluntários desenvolvem trabalho com ONGs, centros de mergulho e outras instituições locais para recolha de dados
- A aquisição de kits de equipamento para desenvolver as observações em apneia em cada local do estudo
- Albergar 13 estagiários (9 em Malta e 4 nas Canárias)
- Recolher 204 fotografias no campo entre Novembro 2017 e Agosto 2018 em 82 "surveys" (75 em Malta e 7 nas Canárias)
- Identificar 17 indivíduos (12 em Malta e 5 nas Canárias).

Os primeiros dados para Malta (total de 75 mergulhos) indicam uma sazonalidade evidente, com a espécie presente nos meses de verão e ausente durante os meses mais frios.

REABILITAR ANIMAIS MARINHOS E DEVOLVÊ-LOS À NATUREZA
´CENTRO DE REABILITAÇÃO DE ANIMAIS MARINHOS DO ECOMARE

No âmbito do protocolo de colaboração em vigor com a Universidade de Aveiro para a gestão do Centro de Reabilitação de Animais Marinhos do ECOMARE, localizado em ílhavo, o Oceanário de Lisboa deu continuidade, em 2018, à realização do apoio financeiro anual que pretende contribuir para a reabilitação de animais marinhos e da sua devolução à natureza.

´CAMPANHA "SALVAR OS CAVALOS-MARINHOS DA RIA FORMOSA"

Em 2002, a Ria Formosa era um dos locais do mundo com maior densidade de cavalos-marinhos, com uma população estimada em dois milhões de indivíduos. Em 2008, estimava-se que apenas restavam 300 mil. A comunidade de cavalos-marinhos de Ria Formosa (com duas espécies), que foi considerada como tendo uma das maiores concentrações de cavalos-marinhos por área no mundo, corre o risco de desaparecer se medidas para conter capturas ilegais dirigidas aos mercados asiáticos não forem urgentemente tomadas.

O Oceanário de Lisboa, em conjunto com a Fundação Oceano Azul, decidiu, assim, realizar uma campanha para chamar a atenção para esta situação e contribuir para salvar os cavalos-marinhos. Através de 5 linhas de ação complementares e incisivas (ação politica, cientifica, social, educação e comunicação) e do envolvimento de vários stakeholders, a campanha consiste em: i) Sensibilizar e alertar a comunidade local, regional e nacional para a importância da ria Formosa como património/capital natural nacional a ser preservado; ii) Conhecer o estado atual das populações de cavalos marinhos, e sensibilizar para as causas da sua atual diminuição; iii) Contribuir para eliminar ameaças e iv) Contribuir para salvar os cavalos-marinhos e garantir a sua continuidade futura através de mudanças de comportamento e trabalho conjunto das várias partes interessadas.

A campanha decorreu nos municípios que partilham a ria Formosa, de abril a setembro de 2018, tendo sido realizado, um Fórum Final no Mercado municipal de Olhão, em conjunto com o Município, que reuniu mais de 60 participantes da comunidade algarvia incluindo todas as entidades contactadas durante a campanha, que mostraram uma grande disponibilidade para colaborar e em conjunto discutir e trabalhar para mitigar as ameaças, recuperar a população e salvaguardar o futuro dos cavalos-marinhos na Ria Formosa.

Tendo sido possível aumentar a consciencialização e promover a vontade de agir na resolução do problema, por parte dos vários stakeholders, é ainda cedo para avaliar se os comportamentos estão a ser efetivamente alterados e se existe uma real inversão no sentido da recuperação dos cavalos-marinhos

Para 2019 prevê-se dar continuidade a esta campanha e reforçar o trabalho realizado em 2018, aproveitando a disposição da comunidade local e a colaboração demonstrada por todos os interessados já envolvidos para trabalharem em conjunto e encontrar medidas de gestão e de proteção eficazes para a ria Formosa.

´FUNDO PARA A CONSERVAÇÃO DOS OCEANOS

A 1ª Edição financiou três projetos, no valor total de 100 mil euros, que têm como objetivo contribuir para a conservação das espécies de raias e tubarões. Esta iniciativa procura consciencializar para a importância da conservação deste grupo de peixes, um dos mais ameaçados à escala global.

Completou-se em 2018 o primeiro ano de atividade dos projetos vencedores da 1ª edição do Fundo, que têm uma duração total prevista de 3 anos. Em novembro, no âmbito do lançamento da 2º Edição do Fundo, foram apresentadas, por cada um dos responsáveis dos projetos vencedores, as atividades desenvolvidas ao longo deste primeiro ano.

1ª EDIÇÃO

«Raias e tubarões. Da escuridão para a luz da ciência»

A 1ª Edição financiou três projetos, no valor total de 100 mil euros, que têm como objetivo contribuir para a conservação das espécies de raias e tubarões. Esta iniciativa procura consciencializar para a importância da conservação deste grupo de peixes, um dos mais ameaçados à escala global. Completou-se em 2018 o primeiro ano de atividade dos projetos vencedores da 1ª edição do Fundo, que têm uma duração total prevista de 3 anos. Em novembro, no âmbito do lançamento da 2º Edição do Fundo, foram apresentadas, por cada um dos responsáveis dos projetos vencedores, as atividades desenvolvidas ao longo deste primeiro ano.

AVALIAR AS POPULAÇÕES DE RAIAS E TUBARÕES, MELHORAR A GESTÃO DE HABITATS E RECURSOS MARINHOS E SENSIBILIZAR O PÚBLICO EM GERAL

´FINDRAYSHARK

As raias e os tubarões estão em risco de extinção, pois as suas características tornam-nos vulneráveis, sendo especialmente ameaçados pela sobrepesca. Apesar de décadas de investigação, o conhecimento ainda é limitado e impede a nossa capacidade de os proteger.

O projeto "FindRayShark - Applying innovative technologies to the conservation of rays and sharks", do MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, pretende contribuir para a conservação de raias e tubarões a nível mundial, através da avaliação das suas populações, implementando uma abordagem tecnológica inovadora e não-invasiva. Esta abordagem irá contribuir também para melhorar a gestão de habitats e recursos marinhos, contribuindo, simultaneamente, para a sensibilização do público em geral.

As raias e tubarões são mais ameaçadas no Nordeste Atlântico do que mundialmente. Assim, este projeto pretende focar duas áreas desta região para testar a abordagem em diferentes contextos: Açores (onde são mais comuns as raias e tubarões) e nas Berlengas (onde as observações destes animais são raras).

O projeto tem três objetivos:

- Avaliar a presença, abundância e tamanho de raias e tubarões e avaliar o seu valor em diferentes contextos;
- Propor ações de gestão e guias de boas-práticas adequadas ao contexto da área de estudo;
- Sensibilizar diferentes públicos-alvo, através de diversas atividades de disseminação, usando os resultados do projeto.

O projeto "FindRayShark" pretende ter um elevado impacto positivo científico e social, ao desenvolver métodos tecnológicos não-invasivos para estudar raias e tubarões e, ainda, ao envolver as partes

interessadas e o público na nossa responsabilidade partilhada de salvaguardar estas espécies marinhas e o seu importante papel no funcionamento dos ecossistemas.

CRIAR E PROMOVER CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA SOBRE TUBARÕES E RAIAS, ATRAVÉS DA SENSIBILIZAÇÃO DE PESCADORES E PÚBLICO EM GERAL

´SHARK ATTRACT

A pesca tem sido reconhecida como o principal fator de declínio das populações de tubarões e raias a nível mundial. As características biológicas e ecológicas da maioria das espécies deste grupo de peixes, em particular a sua baixa fecundidade, crescimento lento, maturação tardia, o facto de serem predadores de topo, entre muitos outros, faz com que dificilmente a sua captura, quer como espécies-alvo, quer como espécies acessórias, seja sustentável.

O projeto "Shark Attract - Sharks and rays conservation by enhancing awareness within fishermen communities and society", do MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, tem como principais objetivos:

- Promover a conservação destas espécies, criando e promovendo uma consciência ecológica sobre tubarões e raias, através de ações e atividades especialmente desenhadas para atingir determinados públicos-alvo: pescadores profissionais e lúdicos, jovens em idade escolar, público em geral e gestores e quadros-técnicos da administração pública, cuja atividade se relaciona com o ambiente marinho e a conservação destas espécies
- Analisar dados da pesca, já existentes, bem como recolher novos dados relativos às pescas não declaradas, à pesca ilegal ou ao volume de rejeições
- Envolver os pescadores em ações de divulgação de conhecimento científico, onde será promovida a sensibilização para a conservação deste grupo de peixes
- Desenvolver ações de educação informal, especialmente concebidas e realizadas para outros grupos populacionais.

Espera-se que este projeto gere um conhecimento sólido sobre a situação das pescas de tubarões e raias em Portugal, que identifique formas de mitigar os seus impactos e que aumente o interesse por estas espécies, cuja maioria está fortemente ameaçada.

A IMPORTÂNCIA DAS ILHAS OCEÂNICAS COMO HABITAT ESSENCIAL PARA TUBARÕES MIGRATÓRIOS
´ISLANDSHARK

A sobrevivência de tubarões e raias deve ser uma prioridade na conservação de espécies marinhas, devido à sua vulnerabilidade e reduzida resiliência à sobre-exploração. As agências internacionais, responsáveis pela conservação destas espécies, têm alertado para a necessidade de integrar habitats essenciais (HE), em particular as áreas de maternidade, nos planos de gestão. No entanto, este esforço "esbarra" no atual desconhecimento da importância dos potenciais habitats essenciais para as populações Atlânticas e dos eventuais impactos da pesca.

Com o projeto "IslandShark - Oceanic Islands as Essential Habitat for migratory sharks", da Universidade dos Açores / OMA – Observatório do Mar dos Açores, pretende-se responder à questão: existem áreas de parto ou maternidade de tubarões migratórios nos Arquipélagos da Macaronésia, e qual o seu papel para a resiliência das populações do Atlântico?

O projeto apresenta um plano de investigação centrado em duas espécies-chave migratórias e vulneráveis, mas de características ecológicas e comportamentais distintas: o tubarão-martelo e o cação, e pretende:

- Combinar abordagens e técnicas clássicas (experiências de pesca e amostragem) com censos visuais remotos por vídeo subaquático e aéreo, biotelemetria (acústica e de satélite), genómica e modelação complexa para compreender o seu comportamento espacial a diferentes escalas espaço-temporais e para mapear os seus HE;
- Aproveitar o excecional posicionamento dos Açores para a investigação de tubarões nos seus habitats;
- Beneficiar diretamente das bases de dados e amostras já existentes, através da experiência da equipa nas áreas de investigação propostas.

O plano baseia-se na utilização de técnicas não-invasivas e não-letais, uma questão essencial para o bem-estar e manuseamento de espécies ameaçadas, e na aplicação de tecnologia de última geração em biotelemetria e genómica.

2ª EDIÇÃO

«Espécies Marinhas Ameaçadas. Da Ciência para a Consciência»

Na 2ª edição do Fundo para a Conservação dos Oceanos, sob o tema "Espécies Marinhas Ameaçadas. Da Ciência para a Consciência", e com um financiamento de 150 mil euros, foram avaliados projetos de conservação dedicados a espécies marinhas classificadas como "Criticamente em Perigo", "Em Perigo" e "Vulnerável", segundo a «Lista Vermelha» da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN Red List of Threatened Species). Um júri internacional constituído por especialistas na área da conservação, selecionou, entre as 13 candidaturas válidas rececionadas, os seguintes dois projetos vencedores.

DINÂMICA POPULACIONAL DAS ENGUIAS NOS AÇORES E A MIGRAÇÃO DA ENGUIA-EUROPEIA ATÉ AO MAR DOS SARGAÇOS

´EEL TREK

O projeto "Eel Trek", desenvolvido pela Fundação Gaspar Frutuoso, pretende complementar o conhecimento científico sobre a migração oceânica e o comportamento de reprodução da enguia-europeia (Anguilla anguilla), classificada como "Criticamente em Perigo". Serão conduzidos estudos sobre a distribuição, dinâmica populacional e os movimentos das enguias nos Açores. Com base em métodos de telemetria via satélite e estudos genéticos e ecológicos, pretende-se compreender os fatores que determinam o período de migração da enguia-europeia.

Este projeto ambiciona ter, pela primeira vez, a confirmação da hipótese de migração da enguia-europeia até ao Mar dos Sargaços, proposta por Johannes Schmidt, em 1912.

CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE O CACHALOTE NO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

´WHALE TALES

O projeto "Whale Tales", da ARDITI – Associação Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação, tem como objetivo aumentar o conhecimento científico sobre a utilização de habitat e da condição fisiológica do cachalote (Physeter macrocephalus) cujo estatuto de conservação é "Vulnerável". O projeto é desenvolvido nas águas insulares da Macaronésia, com foco no arquipélago da Madeira, onde existe pouca informação sobre a utilização de habitat por esta espécie.

A metodologia aplicada neste projeto é multidisciplinar e inovadora, combinando as áreas da ecologia espacial, ecofisiologia e ecotoxicologia. O projeto irá utilizar dados recolhidos em censos visuais, foto-identificação (baseada nas marcas individuais presentes na barbatana caudal), biomarcadores de satélite, biópsias, e presença de microplásticos na superfície da água.

A sensibilização do público em geral, assim como a ampla disseminação dos objetivos do projeto, serão realizadas através de ferramentas multimédia (como a transmissão em tempo real da posição dos indivíduos) e irá envolver a comunidade local, assim como vários stakeholders. É expectável que o "Whale Tales Project" obtenha informação fundamental e que com ela se possam promover atitudes positivas em prol da conservação do oceano.

´ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

PROMOVER A EXPANSÃO DA ÁREA MARINHA PROTEGIDA DAS ILHAS SELVAGENS (MADEIRA)

As Ilhas Selvagens são o ecossistema marinho mais puro da Macaronésia. São um raro exemplo de um ambiente que não foi poluído ou alvo de sobrepesca, sendo uma área de beleza incomparável. Mas a Reserva Natural atual não é suficiente para proteger o seu ecossistema marinho único.

Após a expedição realizada pela National Geographic a estas ilhas, foi entregue ao Governo Regional da Madeira uma proposta concreta para expandir a área protegida em torno das Ilhas Selvagens para ajudar a alcançar o objetivo de ampliar a Reserva Marinha das Selvagens.

Em 2018, o Oceanário de Lisboa, em articulação com as atividades desenvolvidas pela Fundação Oceano Azul, patrocinou a realização de um estudo jurídico sobre a implementação de tal expansão da área protegida, estudo que foi entregue às autoridades competentes.

Na sequência do trabalho desenvolvido, foi ainda conseguida a inclusão da Reserva Marinha das Ilhas Selvagens na lista de sítios "GLORES – The Global Ocean Refuge System", que reúne a nível mundial os melhores locais protegidos do oceano.

IDENTIFICAR AS ÁREAS MARINHAS COM SIGNIFICADO ECOLÓGICO E BIOLÓGICO (EBSAS) EM PORTUGAL

O Oceanário de Lisboa patrocinou em 2018 o trabalho de "Identificação, descrição e sustentação científica de Áreas Marinhas com Significado Ecológico e Biológico" (EBSAs) em Portugal, que se encontra a ser desenvolvido pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Esta iniciativa visa contribuir para o processo da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD) das Nações Unidas de identificar e descrever EBSAs no Atlântico Nordeste, constituindo um objetivo importante, uma

vez que estas áreas serão fundamentais para promover a proteção do alto mar e identificar importantes áreas de interesse para a conservação.

´PESCAS MAIS SUSTENTÁVEIS

PROMOVER A SUSTENTABILIDADE DA PEQUENA-PESCA EM PORTUGAL

O projeto "Participesca" co-financiado pelo Oceanário de Lisboa e pela Fundação Oceano Azul, pretende conceber e implementar um projeto-piloto de cogestão de pequena pesca em Portugal, em parceria com ONGs locais, pescadores, governo e cientistas, que permita alcançar um oceano próspero e resiliente, que, entre outros, proporcione um maior retorno às comunidades piscatórias e, simultaneamente, garanta a sustentabilidade dos recursos marinhos.

Durante o ano de 2018, em conjunto com a ANP/WWF Portugal e a EDF – Environmental Defense Fund, foi efetuado um trabalho prévio de análise da pequena pesca em Portugal, da atual política e governância, e de possíveis barreiras legais, de forma a avaliar a potencialidade de implementar um projeto-piloto que, posteriormente, possa ser escalável a nível nacional. Inclui-se neste estudo a identificação da pescaria e/ou zona geográfica que melhor cumpram os critérios necessários à implementação de um modelo de cogestão eficaz e sustentável em Portugal.

´EDUCAÇÃO E LITERACIA DO OCEANO

´PARTICIPANTES ATIVIDADES EDUCATIVAS

158 137 (-6%)

´PARTICIPANTES EM ATIVIDADES GRATUITAS |

91 880 (+28%)

´AÇÃO EDUCAR PARA UMA GERAÇÃO AZUL

181 professores

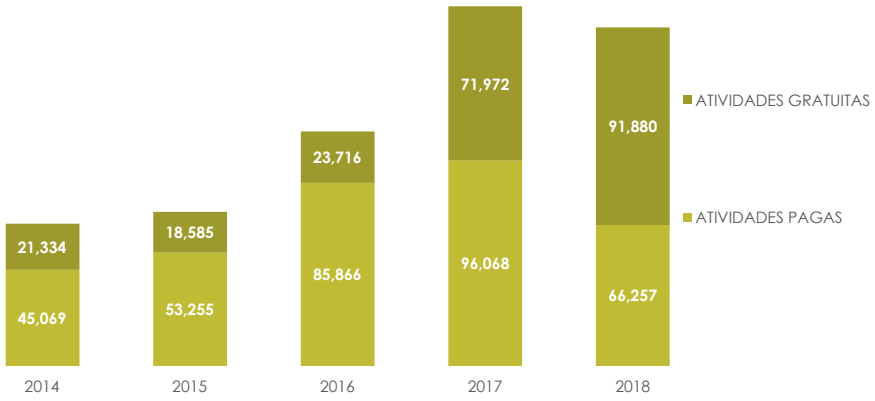
´INVESTIMENTO EM LITERACIA DO OCEANO

427 mil euros

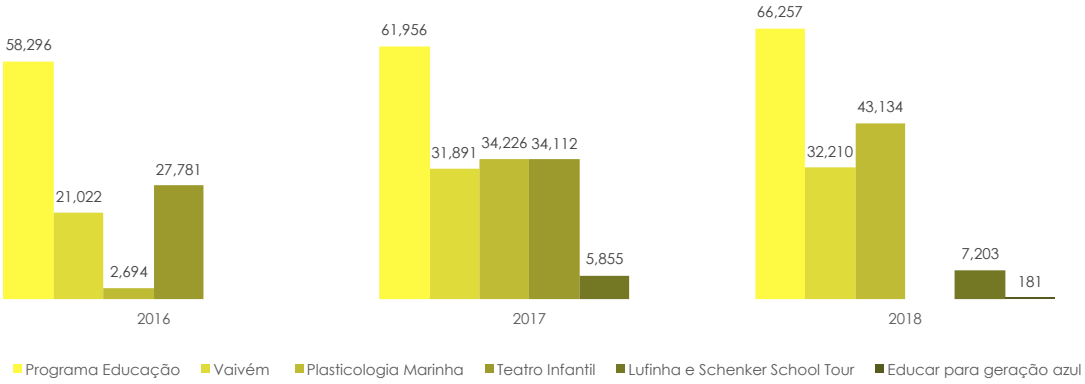
A dinamização das atividades educativas do Oceanário de Lisboa pretende contribuir para elevar a literacia do oceano em Portugal, tendo como base os valores da sustentabilidade e da necessidade de conservação da biodiversidade marinha. Com o objetivo de contactar e sensibilizar um maior número de pessoas, promovendo o conhecimento sobre o oceano e a vontade de contribuir para a sua conservação, o Oceanário de Lisboa aumentou em 2018 o número de projetos de mobilização e capacitação da sociedade para uma "cidadania azul".

Em 2018, o Oceanário de Lisboa registou 158.137 participantes nas atividades educativas, correspondendo a uma diminuição de 6% face ao ano anterior.

PARTICIPANTES NAS ATIVIDADES EDUCATIVAS



PARTICIPANTES POR ATIVIDADE



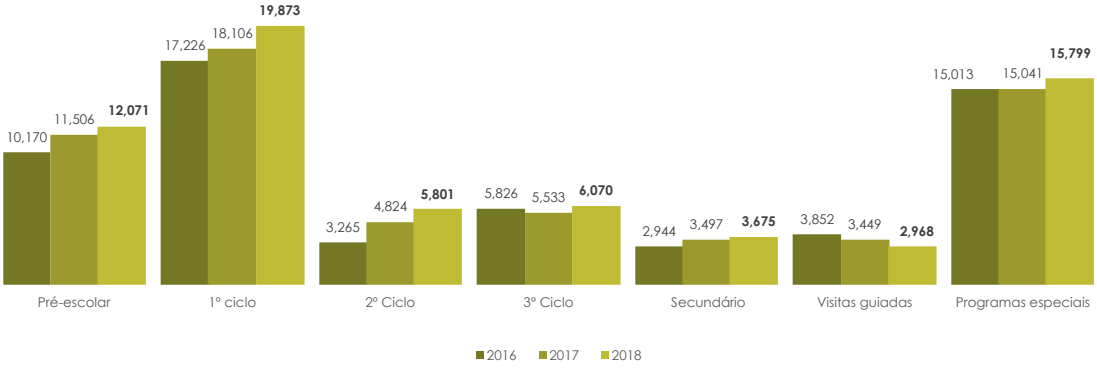
´PROGRAMA DE EDUCAÇÃO

O Programa de Educação do Oceanário de Lisboa, que integra o conjunto de serviços e atividades educativas que implicam inscrição e pagamento por parte daqueles que nelas participam, aprofunda o conhecimento sobre o oceano através de um vasto programa de atividades educativas dinamizadas num cenário educativo único, capaz de transformar e influenciar crianças e adultos de todas as idades.

A programação explora a matéria da literacia do oceano e trabalha com as ciências naturais, da terra e da vida, da literatura, da matemática e da conservação da natureza. Está adaptada a diferentes níveis pedagógicos, valorizando e complementando as temáticas curriculares propostas pelo sistema educativo. As estratégias adotadas estimulam a descoberta e promovem a ligação ao oceano, não apenas para alunos, mas também para o público em geral. As mais de 35 atividades apresentam diversas abordagens e formatos, consoante o público-alvo, nível de ensino e conteúdo.

Desde 1999, mais de um milhão e meio de participantes já foram impactados pelo Programa de Educação do Oceanário. Através da experiência de duas décadas e do trabalho de dezenas de educadores, as atividades estão cheias de histórias, jogos, desafios e surpresas, que têm um único objetivo: fazer a diferença no futuro do oceano.

N.º DE PARTICIPANTES NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO



PRÉ-ESCOLAR	2018	2017
Escanifoquê?	3.775	3.474
Vasco e os heróis do mar	3.795	2.296
Salta pulguinha, salta	943	740
Sardinha ou tubarão, eis a questão	1.697	2.707
De que cor é o mar?	1.812	2.035
Dr. Oceano (2018/19)	49	-
História da menina do mar (2016/17)	0	254
Total	**12.071**	**11.506**

(número de participantes em cada atividade)

1º CICLO	2018	2017
Escanifoquê?	5.989	5.545
História da menina do mar	1.139	1.063
Recordistas do oceano	1.194	2.119
Tubarões, quem vê dentes não vê corações	2.350	2.100
Volta Mundo em 80 minutos	8.992	4.695
Dr. Oceano [2018/19]	209	-
Caravelas do futuro [2016/17]	0	344
Vasco e os heróis do mar [2016/17]	0	2.240
TOTAL	**19.873**	**18.106**

[número de participantes em cada atividade]

2º CICLO	2018	2017
Animais do avesso	2.739	1.810
Biodiversidade da nossa costa	331	784
Laboratório do fundo do mar	143	476
Matemática debaixo de água	865	525
Vamos mudar o mundo?	1.723	1.229
Contraotempo [2018/19]	0	-
Chave dos oceanos [2015/16]	-	-
Manual de instruções [2015/16]	-	-
Mais marés que marinheiros [2015/16]	-	-
TOTAL	**5.801**	**4.824**

[número de participantes em cada atividade]

3º CICLO	2018	2017
A biodiversidade somos nós	1.442	1.746
Os Lusíadas	222	323
Matemática debaixo de água	545	373
Oceano XXI	2.654	1.589
Relações Bióticas no oceano	1.173	733
De grau a grau (2018/19)	34	-
Banco Mundial dos Oceanos (2016/17)	-	325
Cidade do futuro (2016/17)	-	444
Um planeta que ferve em muita água (2015/16)	-	-
TOTAL	**6.070**	**5.533**

(número de participantes em cada atividade)

SECUNDÁRIO	2018	2017
Banco Mundial dos Oceanos	248	216
Cidade do futuro	612	508
Extinção, o que vem depois?	1.163	1.080
Sermão de Santo António aos peixes	526	663
2050 (2018/19)	248	-
Lineu online (2017/18)	878	59
Darwin e a teoria da evolução (2016/17)	-	433
Portal do oceano (2016/17)	-	538
TOTAL	**3.675**	**3.497**

(número de participantes em cada atividade)

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS EM DESTAQUE NOVAS ATIVIDADES EDUCATIVAS

Como novidade para ano letivo 2018-19 o Oceanário de Lisboa desenhou atividades especiais que promovem o oceano como o principal influenciador do clima e sensibilizam as crianças e os jovens, entre os 3 e os 18 anos, para o problema atual das alterações climáticas, encorajando a alteração de comportamentos.

O programa "M.A.R. – Mudar, Argumentar, Reagir", com uma abordagem inovadora, permite ao professor trabalhar com os alunos em sala de aula no âmbito do projeto de autonomia e flexibilidade curricular, fomentando competências como a autonomia, o espírito crítico e criativo e o relacionamento interpessoal. Todos os programas, desde o pré-escolar até ao secundário, estão alinhados com os "Princípios da literacia do clima" e com os "Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável" da UNESCO.

´ATIVIDADES EDUCATIVAS GRATUITAS

Atividades educativas e/ou de cariz lúdico-pedagógico, com caráter gratuito para os participantes, realizadas fora do Oceanário de Lisboa (escolas, municípios, etc.), mediadas por educadores marinhos ou por entidades parceiras, de acordo com orientações programáticas do Oceanário de Lisboa.

VAIVÉM OCEANÁRIO LEVA OCEANO A 25 MUNICIPIOS DO PAÍS

O projeto de educação ambiental em movimento ultrapassou os 266.000 participantes, após treze anos de atividade. Desde a sua criação, o Vaivém Oceanário visitou já 223 municípios, com uma programação dirigida a públicos de todas as idades.

Com vista à sua renovação, a atividade do Vaivém Oceanário foi temporariamente suspensa, tendo sido retomada em abril de 2018. Não obstante, em 2018 o Vaivém Oceanário recebeu um total de 32.210 visitantes, mais 1% que em 2017.

PLASTICOLOGIA MARINHA CONSCIENCIALIZA MAIS DE 43.000 CRIANÇAS PARA A POLUIÇÃO DO PLÁSTICO NO OCEANO

O projeto de capacitação e mobilização direta da comunidade escolar sob o tema "Plasticologia Marinha", dirigido aos alunos do 1º e 2º ciclos do ensino básico, envolveu um total de 43.134 crianças em 2018. Desde a criação desta atividade em 2016, foi já possível consciencializar mais de 80.000 de alunos para a temática relacionada com a poluição gerada pela acumulação de plástico no oceano, fornecendo-lhes ferramentas para minimizarem o seu impacto e para mudarem a sua relação com este material.

6.000 escuteiros aprendem a contribuir para a conservação do oceano

Em colaboração com o Corpo Nacional de Escutas, o Oceanário de Lisboa levou aos acampamentos regionais dos escuteiros as suas atividades de "Plasticologia Marinha", tendo sido envolvidos 6.059 escuteiros, entre os 6 e os 22 anos, que foram sensibilizados para a necessidade de redesenhar a sua relação com o plástico e, por conseguinte, contribuírem para a conservação do oceano.

CONSERVAÇÃO DO OCEANO CHEGA A 4.000 VISITANTES DA FEIRA DE SÃO MATEUS

O Oceanário de Lisboa marcou presença na Feira de São Mateus, em Viseu, com a criação de um espaço expositivo e a dinamização de atividades lúdico-pedagógicas dedicadas à conservação do oceano. Os 4.080 visitantes da Feira de S. Mateus que participaram nas atividades educativas sobre o oceano refletiram sobre temas como a poluição por plástico, as alterações climáticas, a sobrepesca e falta de água.

A equipa de 5 educadores foi integralmente composta por jovens da região, que receberam formação especializada do Oceanário de Lisboa, contribuindo, assim, simultaneamente, para o reforço das competências dos jovens de Viseu sobre os temas da conservação do oceano. Esta iniciativa resultou da colaboração entre o Oceanário de Lisboa, a Câmara Municipal de Viseu, a Viseu Marca e as Águas de Viseu.

PROGRAMA BANDEIRA AZUL EM 332 PRAIAS

Em parceria com o Programa Bandeira Azul, a mensagem de conservação do Oceanário de Lisboa esteve

presente em 332 praias (299 costeiras e 33 interiores),18 marinas e portos de recreio do país, sensibilizando para a importância do oceano na produção de oxigénio. A mensagem-chave deste cartaz alertava para que «metade do oxigénio que respiramos é produzido no oceano».

FRANCISCO LUFINHA SCHOOL TOUR INSPIRA 6.800 JOVENS PARA UMA ATITUDE PRÓ-ATIVA PERANTE O MAR

Lufinha School Tour é um projeto do recordista mundial de kitesurf, que visita escolas de todo o país para contar as emocionantes aventuras e desafios ultrapassados no mar de Portugal, para inspirar os jovens a seguirem os seus sonhos, apelando a uma atitude pró-ativa nas suas vidas e perante o mar que os rodeia. Esta iniciativa chegou a 6.885 jovens do 3º ciclo e Secundário.

CAMPEÃ MUNDIAL DE BODYBOARD PARTILHA AS SUAS PREOCUPAÇÕES COM O MAR COM 300 JOVENS DO ALGARVE

Schenker School Tour é um projeto da campeã mundial e pentacampeã nacional de bodyboard, que visita escolas do barlavento algarvio, partilha a sua experiência nas praias de Portugal e as suas preocupações com o lixo marinho, tendo chegado em 2018 a 318 jovens.

9.000 ESTUDANTES DO SOTAVENTO ALGARVIO PARTICIPAM NA CAMPANHA "VAMOS SALVAR OS CAVALOS-MARINHOS DA RIA FORMOSA"

Em 2018 o Oceanário de Lisboa e a Fundação Oceano Azul desenharam uma campanha para consciencializar e alertar as comunidades locais para a problemática das populações de cavalos-marinhos na ria Formosa, que já foram das maiores do mundo e que hoje estão ameaçadas.

No âmbito desta campanha de conservação, que inclui diferentes eixos de ação, foi desenvolvido um programa educativo em *outreach*, que foi a 108 escolas do sotavento algarvio, tendo impactado 9.152 alunos do pré-escolar e do 1º ciclo. Os alunos puderam descobrir tudo sobre estes peixes carismáticos e icónicos, desde curiosidades sobre a sua biologia, características sobre o seu comportamento, compreender as principais ameaças e como podem ajudar a proteger os cavalos-marinhos.

Esta ação envolve professores, crianças e público em geral de uma forma ativa, para que se tornem agentes de mudança e que possam contribuir de forma efetiva para a implementação de medidas para travar o declínio destas populações.

JOGO e LIVRO "O XERIFE DA RIA FORMOSA" ENSINAM DE FORMA DIDÁTICA

Para esta campanha foram criados o livro e o jogo «O xerife da ria Formosa», com texto de Ricardo Henriques e ilustrações de Ana Seixas. Estas ferramentas educativas, especificamente o uso de storytelling, revelam-se muito eficazes para que os participantes possam partilhar em família o que aprenderam durante a ação e mobilizar todos os que os rodeiam para juntos agirem em prol da conservação dos cavalos-marinhos.

EDUCAR PARA UMA GERAÇÃO AZUL

PROGRAMA PIONEIRO LEVA LITERACIA DO OCEANO ÀS SALAS DE AULA

O Oceanário de Lisboa e a Fundação Oceano Azul, com o apoio da Direção-Geral da Educação, criaram o projeto-piloto «Educar para uma Geração Azul», que ambiciona transformar as próximas gerações de portugueses nos cidadãos europeus com mais conhecimento sobre o oceano. Este projeto, sem precedentes, implica a formação de professores do 1.º ciclo do ensino básico e a integração do primeiro manual sobre o oceano em contexto escolar.

A formação de professores do 1.º ciclo do ensino básico consiste na realização de uma ação de formação de 12h, certificada pelo Conselho Científico Pedagógico de Formação Contínua, e a oferta ao professor do manual "Educar para uma geração azul", bem como de um kit de atividades para apoio às escolas.

Com vista a aprofundar e desenvolver o tema no contexto escolar, o manual «Oceano, Educar para uma Geração Azul», elaborado pelo Oceanário de Lisboa e a Fundação Oceano Azul, com a validação da Direção-Geral da Educação, aborda oito áreas fundamentais do conhecimento sobre o oceano, transversais a várias matérias, como literatura, ecologia, direito, estratégia, geografia, economia, história, física e química, e responde às perguntas: «Como é o oceano?», «Porque é importante o oceano?», «Quanto vale o oceano?», «Como influenciou o oceano a humanidade?», «Quem é o dono do oceano?», «Porque é especial o mar de Portugal?», «Como se protege o oceano?» e «O que há por descobrir no oceano?».

A primeira ação deste projeto-piloto foi implementada em 18 escolas do concelho de Mafra e contou com a participação de 181 professores na ação de formação "EDUCAR PARA UMA GERAÇÃO AZUL - Estratégias para integrar a literacia do oceano na educação para a cidadania e no projeto de autonomia e flexibilidade curricular". Espera-se que através desta ação se faça chegar a literacia azul a cerca de 4.000 alunos deste concelho.

No início de 2019 foi já realizada a segunda ação deste projeto-piloto, desta vez dirigida aos professores do concelho de Cascais. Prevê-se a expansão ao longo de 2019 a outros municípios do país.

A ambição é que, com este programa, se possa contribuir não apenas para formar cidadãos mais responsáveis, mas também mais preparados para viver no século XXI, marcado pela necessidade da sustentabilidade ambiental, pela economia verde e pela descarbonização das nossas sociedades.

OFERTA DE NOVOS EQUIPAMENTOS PROMOVEM A PRÁTICA DO DESPORTO ESCOLAR NÁUTICO

A promoção de desportos náuticos é um meio eficaz para sensibilizar os jovens para a promoção de atitudes responsáveis relativamente ao oceano. Com o objetivo de promover a literacia do oceano numa faixa etária em que os jovens valorizam a atividade física, em 2018, foram adquiridos 4 novos barcos-escola Laser-Bahia, 2 embarcações Acess específicas para vela adaptada e 15 pranchas de stand-up-paddle para serem oferecidos à Direção-Geral de Educação como forma de incentivo à prática e aprendizagem de desportos náuticos nas escolas públicas nacionais.

Os 4 barcos-escola atribuídos em 2018 encontram-se já em utilização pelos Centros de Formação Desportiva dos seguintes Agrupamentos de Escolas: Frei João (Vila do Conde), Gafanha da Nazaré (Ílhavo), Sebastião da Gama (Setúbal) e D. Manuel I (Tavira)

Estes Centros de Formação Desportiva, juntamente com os Centros que receberam as embarcações oferecidas em 2017, permitiram a dinamização de atividades regulares (semanais) com 544 alunos.

CAMPANHA PARA REDUZIR O LIXO NO OCEANO "O QUE NÃO ACABA NO LIXO ACABA NO MAR"

O Oceanário de Lisboa e a Fundação Oceano Azul lançaram em 2018 a segunda edição da campanha de sensibilização «O que não acaba no lixo acaba no mar». A iniciativa teve como objetivo alertar todos os portugueses para o importante papel que cada um tem na redução do lixo no oceano, através da alteração de comportamentos.

Através de três histórias que retratam situações do dia a dia, no momento de deitar uma beata no chão, um cotonete na retrete e uma embalagem na areia, os personagens iniciam de modo involuntário, o trajeto real destes produtos até chegarem ao mar. A campanha pretende alertar para a importância de colocar o lixo no sítio adequado e consciencializar as pessoas sobre o impacto negativo e muitas vezes inconsciente dos seus comportamentos.

Através de três filmes publicitários, realizados em 2017 em parceria com a Olá, a campanha pretendeu chegar a um público ainda mais alargado através do reforço do investimento em media. Além dos três canais generalistas, a campanha esteve pela primeira vez na televisão por cabo [SIC Notícias, TVI 24, Globo, Discovery, Hollywood, CMTV], tendo associada uma forte campanha nas redes digitais e reforço da sua mensagem em 5.000 pontos de venda da Olá.

´COMUNICAÇÃO E ENVOLVIMENTO

´NOTÍCIAS

1 908 (+8%)

´FÃS FACEBOOK

106 162 (+15%)

´SEGUIDORES INSTAGRAM

24 203 (+55%)

´VISITAS *WEBSITE*

1,5 milhões (-20%)

´VISUALIZAÇÕES DE FILMES DO OCEANÁRIO |

4,5 milhões (+83%)

A comunicação do Oceanário de Lisboa tem como objetivo contribuir para a concretização da sua missão de promover o conhecimento dos oceanos, sensibilizando os cidadãos em geral para o dever da conservação do património natural, fazendo chegar a todos os visitantes, mas também a todos aqueles que não visitam o Oceanário de Lisboa, os importantes temas e questões relacionadas com o oceano. Pretende-se, igualmente, dar a conhecer as atividades realizadas pelo Oceanário de Lisboa, fatores que contribuem para a motivação de visitar o aquário.

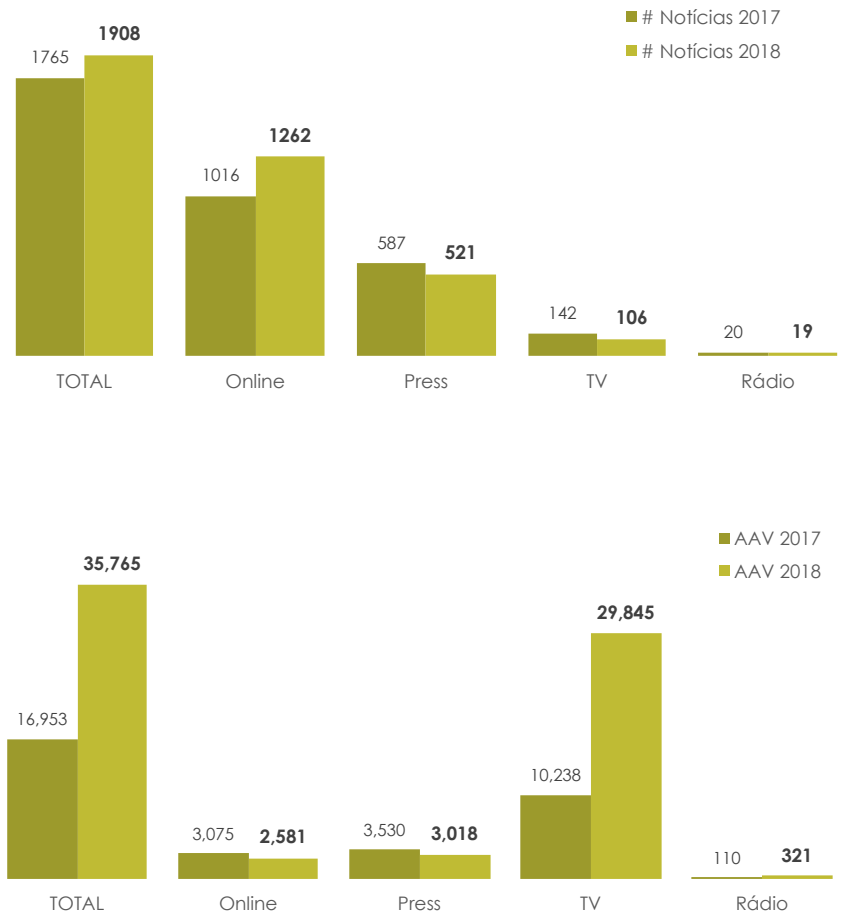
A estratégia de comunicação do Oceanário de Lisboa manteve a aposta em duas variáveis de comunicação – por um lado, a assessoria de imprensa e de relações públicas, maximizando a cobertura mediática, e,

por outro, a permanente publicação nas plataformas do Oceanário de Lisboa, potenciando o aumento do alcance, através de maior investimento na promoção de novos conteúdos.

´PRESENÇA NOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Em 2018, o número total de notícias com referência ao Oceanário de Lisboa ascendeu a 1 908 (+8% do que em 2017), correspondendo a um AAA (Average Advertising Value) de mais de 35 milhões de euros (+85% do que em 2017), facto que se deveu à publicação de notícias com maior audiência, potenciado pelas reportagens especiais realizadas que assinalaram os 20 anos da Expo'98, em especial em televisão. A chegada das duas novas lontras-marinhas ao Oceanário de Lisboa permitiu igualmente gerar um expressivo número de notícias relacionadas.

NÚMERO DE NOTÍCIAS E AAV (AVERAGE ADVERTISING VALUE)



´DINÂMICA DO *WEBSITE*

O *website* do Oceanário de Lisboa registou em 2018 um total de 1,5 milhões de visitas e cerca de 920 mil visitantes (+12% do que em 2017). Cerca de 65% dos acessos foram feitos por via de um equipamento *mobile*. A home page e a página de venda de bilhetes foram as páginas que registaram um maior número de visitas, sendo os utilizadores de Portugal, Brasil e Espanha os que mais visitaram o *website* do Oceanário de Lisboa em 2018.

QUEM NOS VISITA	2018	2017	VARIAÇÃO FACE A 2017
Nº total visitas	1 489 655	1 857 375	-20%
Nº visitantes	918 775	823 264	12%
Nº novos visitantes	908 437	823 368	10%
Nº page views	5 037 796	5 465 357	-8%
COMO NOS VISITAM			
Média de nº páginas/visita	3,40	2,98	14%
Tempo médio/visita	1,80	1,29	40%

[fonte: Google Analytics]

´ATIVIDADE NAS REDES SOCIAIS

Em 2018, o Oceanário de Lisboa continuou a realizar uma presença ativa no Facebook, Instagram e Youtube. O elevado crescimento do alcance das publicações e das visualizações dos filmes do Oceanário de Lisboa estão diretamente relacionados com o aumento do investimento realizado em comunicação nestas plataformas.

FACEBOOK	2018	2017	VARIAÇÃO FACE A 2017
Nº fãs	106.162	92.194	15%
Gostos novos	17.139	19.637	-13%
Cancelamentos	2.623	2.927	-10%
Alcance	35.466.188	27.437.404	29%
INSTAGRAM			
Nº seguidores	24.203	15.590	55%
Nº novos seguidores	8.613	4.893	76%
YOUTUBE			
Visualizações	1.827.853	805.268	127%
Nº horas visualizadas	29.720	15.374	93%

[fonte: Facebook, Youtube e Instagram]

Em 2018, os conteúdos mais populares e que geraram um maior envolvimento por parte da comunidade das redes sociais do Oceanário de Lisboa foram:

- o prémio do TripAdvisor atribuído ao Oceanário de Lisboa, reconhecendo-o como o melhor aquário do mundo
- o novo programa de educação
- conteúdos relacionados com a campanha dirigida aos turistas, nomeadamente o vídeo "Meet the locals at Oceanário".

´CAMPANHA PUBLICITÁRIA DIRIGIDA AOS TURISTAS

A campanha publicitária dirigida aos turistas tem como principais objetivos gerar *awareness* para o Oceanário de Lisboa e promover a venda antecipada de bilhetes *online*.

Pelo terceiro ano consecutivo, a campanha teve como tema "Meet the locals" ou "Conheça os habitantes locais", desafiando os turistas a conhecerem os habitantes únicos e fantásticos do Oceanário de Lisboa, afirmando que só se conhece verdadeiramente Lisboa depois de visitar os habitantes "locais".

A estratégia de comunicação promoveu o contacto com o turista em dois momentos: i) previamente, aquando do planeamento da viagem a Lisboa; e ii) numa segunda fase, já quando estão de visita a Lisboa.

A campanha apostou numa estratégia "above the line", nomeadamente através de publicidade no aeroporto, no elétrico e no autocarro "Yellow Bus", bem como "below the line", através de campanhas online, em Google Search, com o objetivo de incentivar à compra antecipada de bilhetes e visando a promoção da notoriedade da marca, pelo Youtube e Google Display.

´GESTÃO E MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO

Com vista a assegurar a continuidade dos mais elevados padrões de exigência na gestão e manutenção de todos os equipamentos, instalações e áreas de suporte, fatores que confluem para a qualidade global dos serviços prestados ao visitante, concretizou-se, ao longo de 2018, um importante e extenso programa de intervenções de melhoria, que resultou num volume total investimento de 5,1 milhões de euros.

Para além das obras de requalificação dos espaços do átrio, da loja e da zona de resturação do piso 0, destacam-se ainda as intervenções identificadas abaixo.

´UP-GRADE AOS SISTEMAS DE FILTRAÇÃO DO SISTEMA DE SUPORTE DE VIDA

Com o objetivo de dotar o sistema de filtração existente de capacidade para a receção de duas novas lontras, foi efetuado um up-grade do sistema de filtração do aquário das lontras, aumentando a capacidade de filtração em 40% e introduzindo um novo sistema de desinfeção por ozono.

Face às necessidades sentidas na manutenção da visibilidade do aquário central, e antevendo a introdução de novos animais, foi igualmente realizado um up-grade aos sistemas de filtração do aquário central, que permitiu aumentar a sua capacidade em aproximadamente 10%.

´REMODELAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS

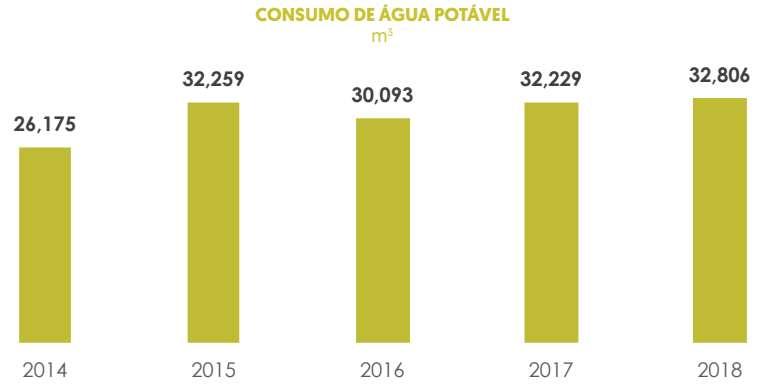
Dando seguimento à intervenção de melhoria dos espaços de escritórios já iniciada em 2017 no Edifício de Apoio, foi requalificado em 2018 o escritório partilhado pelas equipas de Biologia e Engenharia, no Edifício dos Oceanos. O novo espaço otimizou as áreas disponíveis, tornando-o mais agradável, bem iluminado e dotado de nova zona de reuniões e arquivo.

´CONSUMOS

O crescimento do número de visitantes, a realização de obras de construção civil na remodelação de vários espaços, o aumento da área interior climatizada, a atividade associada aos sistemas de suporte de vida e melhorias diversas tiveram como impacto um aumento dos consumos de água e de energia.

CONSUMO DE ÁGUA

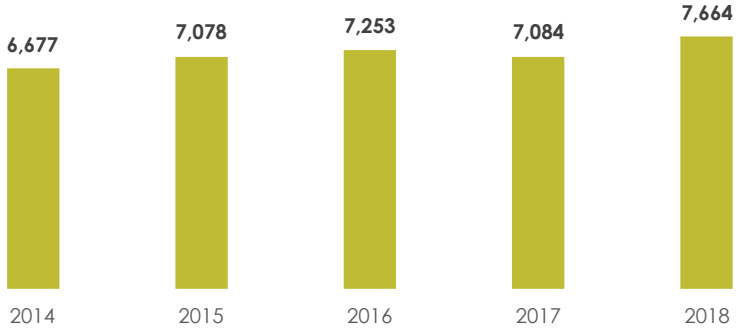
Registou-se em 2018 um aumento do consumo global de água de 2% face ao período homólogo do ano anterior. Este aumento deveu-se em grande medida às obras de melhorias realizadas em diversos espaços ao longo do primeiro trimestre, tendo o consumo de água neste período registado um aumento de +13%. Note-se que o segundo trimestre registou um acréscimo de apenas 1% e no terceiro trimestre foi já possível registar uma diminuição de 3% face a igual período do ano anterior.



CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Os consumos de energia elétrica registaram um aumento de 8% em 2018, quando comparado com a ano anterior. Este aumento justifica-se pelo aumento de potência na instalação, decorrente da criação de novas zonas interiores climatizadas (aproximadamente mais 1.000 m2) e o reforço dos sistemas de suporte de vida dos aquários central e das lontras.

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA
MWh



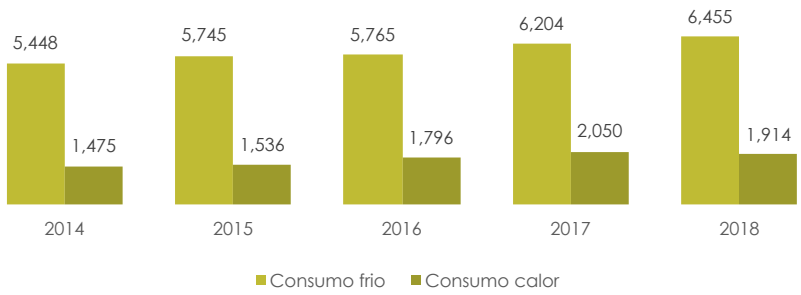
De salientar que, a partir do segundo semestre de 2018, o Oceanário de Lisboa adotou uma política de consumo de energia elétrica 100% limpa, contratando o fornecimento de energia elétrica totalmente "verde", com origem exclusivamente em fontes de energia certificadas, 100% renováveis, que se caracterizam pelo máximo respeito pelo meio ambiente, reduzindo as emissões de CO2 associadas.

CONSUMO DE ENERGIA TÉRMICA

Os valores registados no consumo de energia térmica tiveram comportamentos mistos. Verificou-se um aumento no consumo de frio de 6% e uma redução de 7% no nível de consumo de calor.

O consumo de energia térmica na vertente de frio registou um aumento significativo devido aos novos sistemas de climatização instalados no átrio. Igual impacto nos consumos de calor acabou por não se verificar, beneficiando do facto de a instalação de climatização das zonas intervencionadas ter estado desligada nos primeiros 4 meses do ano.

CONSUMO DE ENERGIA TÉRMICA
MWh



´SEGURANÇA, QUALIDADE E AMBIENTE

O Oceanário de Lisboa adota as normas, procedimentos e boas práticas constantes da legislação e da regulamentação nacional, comunitária e internacional, aplicáveis à segurança em geral e, em particular, à segurança das atividades dos parques zoológicos.

No âmbito do seu Sistema Integrado de Gestão assegurou ao longo de 2018 o pleno funcionamento e a permanente melhoria dos sistemas de gestão de qualidade e ambiente, submetidos anualmente a auditorias externas independentes, das quais resultou a manutenção das certificações e acreditações:

- ISO9001:2015 (Sistemas de Gestão da Qualidade)
- ISO14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental)
- EMASIII (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria)

Refira-se ainda na vertente ambiental a validação pela SGS e a acreditação pela Agência Portuguesa do Ambiente da Declaração Ambiental do Oceanário de Lisboa, relativa ao desempenho do ano 2017, disponível em **www.oceanario.pt/content/files/oceanario_de_lisboa_emas_2017.pdf**

Em matéria de segurança, importa ainda destacar que se encontra implementado no Oceanário de Lisboa o programa de DAE - Desfibrilhação Automática Externa, licenciado pelo INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica) de acordo com o Decreto-Lei n.º 188/2009, de dezembro de 2010. Neste sentido, foram realizados em 2018 simulacros e ações de formação a colaboradores do Oceanário de Lisboa, de forma a garantir permanente atualização do programa e inerente capacidade de resposta. Destaca-se ainda em 2018 a aprovação da 3ª edição do Plano de Segurança Interno, de acordo com o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios, aprovado pelo Decreto-Lei nº 220/2008, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 224/2015 e demais legislação complementar. Neste âmbito, foram igualmente realizados simulacros e ações de formação a colaboradores do Oceanário de Lisboa, de forma a garantir a correta implementação do plano de segurança.

No quadro das certificação e acreditações, refira-se ainda que a qualidade das atividades educativas do Oceanário de Lisboa é atestada pela classificação como entidade formadora certificada pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.

´CERTIFICAÇÕES E ACREDITAÇÕES

EMAS Gestão ambiental verificada PT-000009

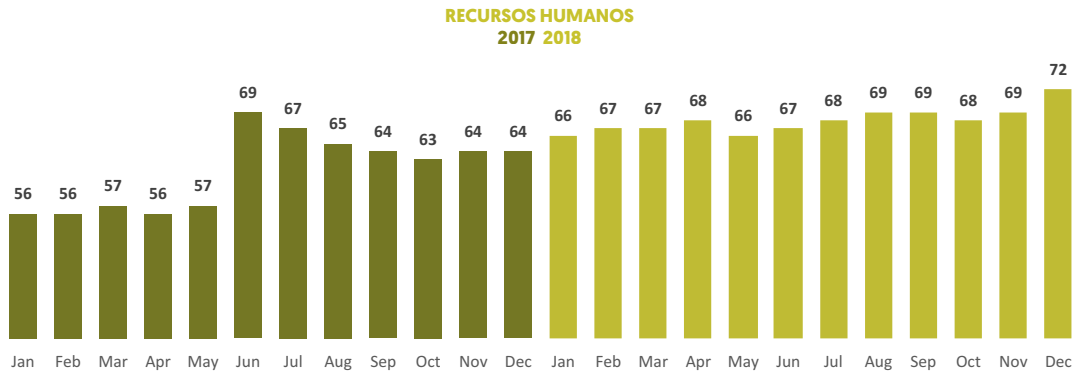
DGERT ENTIDADE FORMADORA CERTIFICADA

ISO 9001 SGS ISO 14001 SGS

ESPAÇO CARDIO PROTEGIDO

´RECURSOS HUMANOS

A estrutura organizacional do Oceanário de Lisboa apresentou, em 2018, uma média de 68 colaboradores, registando a seguinte evolução mensal desde 2017:



A rotatividade verificada traduziu-se na saída de 13 colaboradores e na entrada de 21 novos colaboradores para diferentes áreas, de acordo com o quadro seguinte:

	ENTRADAS	SAÍDAS
Biologia	11	4
Comunicação	2	1
Engenharia	1	0
Administrativa e Financeira	2	1
Operações	2	0
Suporte à Administração	1	0
Loja	2	7
TOTAL	**21**	**13**

A idade média dos colaboradores do Oceanário de Lisboa é de 38 anos, com uma representatividade feminina de 57% do quadro de pessoal.

Os colaboradores efetivos representam 99% do total dos trabalhadores, conforme detalhe no quadro seguinte:

	HOMENS	MULHERES	TOTAL	%
Efetivos	31	40	71	99%
Contrato Termo	0	1	1	1%
TOTAL	**31**	**41**	**72**	

´FORMAÇÃO

O Plano de Formação de Colaboradores definido para o ano de 2018 foi consubstanciado na realização de componentes de formação interna, formação externa e de frequência de conferências e seminários, que permitiram totalizar um investimento global de 1.111 horas.

	HORAS	%
Conferências/Seminários	548	49%
Formação Externa	427	38%
Formação Interna	136	12%
TOTAL	**1.111**	

Pela sua relevância, destaca-se a participação dos colaboradores do Oceanário de Lisboa nas seguintes ações de formação:

Em Portugal:

| Training Session Species 360 (ZIMS). | Oceanário de Lisboa

| IMMR18 - International Meeting Marine Research | Instituto Politécnico de Leiria

| Larval Rearing Workshop | Oceanário de Lisboa

| EEA2018 - European Elasmobranch Association | Instituto Politécnico de Leiria

| Implementação do Regulamento Geral Proteção de Dados Pessoais | Universidade do Minho

| PROTEGER 2018 - 6ª Conferência de Segurança | APSEI – Associação Portuguesa de Segurança

| Siemens Developers Lounge | Web summit 2018

| Visual Marchandising & Retail Design | Lisbon School of Design

| ST9. Segurança de Máquinas e Equipamentos | SGS

| Seminário perspetivar mais 20 anos de certificação | SGS

| SIBIC 2018 - VII Congress of the Iberian Society for Ichthyology

No estrangeiro:

| 3rd International Seadragon Husbandry Symposium, Georgia Aquarium, EUA

| EAZA Conservation Forum, Taillin, Estónia

| Conferência RAW – Regional Aquatic Workshop, Florida Aquarium, EUA

| Conferência IAAAM – International Association for Aquatic Animal Medicin, Long Beach, EUA

| IUCN Red List Officer Training Workshop', The Deep Aquarium, Hull, UK

| 10th IAC, Fukushima Aquarium, Japão

| Facilitating Species Conservation Planning Processes, Chester Zoo, UK

| 2018 Joint EAZWV/AAZV/Leibniz-IZW Conference, EAZWV/AAZV, Praga

| IUCN Red List Workshop, IUCN, Veracuz, México

| Conceção e Criação de Exposições, AZA, St. Louis, EUA

| Conference EMSEA, New Castle, UK

| 31st Annual VSA – Visitor Studies, Chicago e Tampa, EUA

´BEM-ESTAR DOS COLABORADORES

No âmbito das políticas de responsabilidade social associadas à gestão de recursos humanos foram asseguradas em 2018 as seguintes iniciativas e benefícios focados na criação das melhores condições de trabalho, de saúde e de bem-estar para os colaboradores do Oceanário de Lisboa:

| Condições especiais de acesso a creche no Parque das Nações para os filhos dos colaboradores

| Atribuição de incentivos financeiros de apoio à educação dos filhos dos colaboradores que auferem menores salários

| Atribuição de subsídio financeiro aos colaboradores que utilizem os transportes públicos, ou em alternativa, disponibilização de lugar de estacionamento

| Atribuição de subsídio de famílias numerosas aos colaboradores com três filhos ou mais

| Massagens de relaxamento, ao final do dia, nas instalações da Empresa

| Seguro de vida para os colaboradores efetivos (após os primeiros 6 meses)

| Seguro de saúde para os colaboradores e seu agregado familiar

| Desconto especial em compras efetuadas nos espaços concessionados do Oceanário de Lisboa.

´RESPONSABILIDADE SOCIAL

No desenvolvimento da sua atividade, o Oceanário de Lisboa procura proporcionar as condições favoráveis para um desempenho socialmente equilibrado, procurando manter e estabelecer parcerias e protocolos tendentes à execução de políticas de condições especiais de acesso e justiça social.

´OCEANÁRIO SOLIDÁRIO

Ao longo de 2018 foram atribuídas 865 entradas a visitantes provenientes de diversas instituições com comprovadas dificuldades económicas, entre estes, 30 crianças frequentaram atividades do Programa de Educação, nomeadamente nos programas de "Férias debaixo de água".

´APOIO AO CONCURSO "SARDINHAS PSP"

À semelhança do ano anterior, o Oceanário de Lisboa voltou a apoiar a realização do concurso" Sardinhas PSP", levado a cabo pelo Comando Metropolitano da Polícia de Segurança Pública (PSP) de Lisboa e pela EGEAC. O projeto contou com uma grande adesão por parte das escolas e instituições de ensino, que deram asas à sua imaginação e elaboraram cerca de 200 trabalhos, todos eles com mensagens visuais e escritas adequadas às preocupações de segurança que a PSP pretende transmitir aos cidadãos. Os vencedores do 2º prémio, assim como as equipas do programa Escola Segura, receberam entradas duplas para o Oceanário de Lisboa.

´PROGRAMA DE OCUPAÇÃO DE FILHOS E AMIGOS DE COLABORADORES

Tendo em consideração o interesse social em dar resposta à ocupação, durante as pausas escolares, dos filhos e familiares dos colaboradores do Oceanário de Lisboa, instituiu-se, de 23 de julho a 31 de agosto de 2018, um programa de ocupação de tempos livres. A missão dos 15 participantes neste programa consistiu em promover a boa recepção dos visitantes, colaborar nas ações de animação e nas ações de divulgação da missão do Oceanário do Lisboa. Todas as atividades desenvolvidas visaram a elevação da satisfação dos visitantes do Oceanário de Lisboa, numa altura de pico de visitação.

´MELHORIA DAS ACESSIBILIDADES

Em sequência do percurso pedestre inclusivo criado em 2017 em colaboração entre o Oceanário de Lisboa e a Junta Freguesia do Parque das Nações, percurso que oferece melhores acessibilidades no espaço público envolvente, eliminando as barreiras físicas e promovendo conforto, autonomia e segurança, foram, em 2018, criados, no parque de estacionamento dedicado aos autocarros de turismo, 2 novos lugares de estacionamento dedicados a viaturas de portadores de mobilidade reduzida. Esta iniciativa, reforça a promoção da proximidade com todos os que desejam visitar as exposições, participar nas atividades e viver a experiência "de imersão" e conhecimento no oceano que o Oceanário de Lisboa proporciona.

´GESTÃO DE PARQUE DE ESTACIONAMENTO DE AUTOCARROS

Na sequência da celebração, em final de 2017, do acordo de colaboração entre o Oceanário de Lisboa e a Câmara Municipal de Lisboa (CML), que atribui a gestão ao Oceanário de Lisboa do parque de autocarros localizado na Rua Pedro e Inês, no Parque das Nações, realça-se no início de 2018 a conclusão da operação de reabilitação deste espaço, que atualmente oferece controlo de acessos e vídeovigilância. A utilização deste parque de estacionamento pelos autocarros de passageiros é livre e gratuita.

Através destas intervenções, financiadas pelo Oceanário de Lisboa, qualificam-se os acessos ao equipamento no sentido de promover uma maior satisfação dos visitantes do Oceanário de Lisboa, moradores e utilizadores do Parque das Nações.

´CONCERTO COMEMORATIVO DO 20º ANIVERSÁRIO DA EXPO'98 COM APOIO DO OCEANÁRIO DE LISBOA

O concerto comemorativo do 20º aniversário da EXPO 98, realizado pela Banda da Armada a 23 de maio, na Praça do Oriente, em frente à Gare do Oriente, foi uma iniciativa da Junta de Freguesia do Parque das Nações, com o apoio do Oceanário de Lisboa.

´APOIOS PRESTADOS AO ABRIGO DA LEI DO MECENATO

No âmbito da sua política de responsabilidade social e envolvimento e participação na comunidade, o Oceanário de Lisboa realizou ao longo do ano diversos donativos, atribuídos ao abrigo da lei do

mecenato, que ascenderam a um valor global de 39 mil euros, dos quais se destacam as seguintes instituições beneficiárias:

- Associação Banco do Bebé
- Associação de Cicloturismo
- Associação Girl Move
- Associação Humanitária de Bombeiros
- Associação Novo Futuro
- Associação Spina Bífida e Hidrocefalia
- AssIDMer
- CCMAR
- Câmara Municipal de Lisboa
- Caritas Diocesana de Lisboa
- Casa do Menino Jesus -Casa de Acolhimento Residencial
- Centro de Convívio dos Reformados Pensionistas e Idosos
- Centro de Promoção Juvenil
- Centro Social Paroquial São Silvestre do Gradil
- Fundação do Gil
- Fundação Luiza Andaluz
- Ginásio Clube Português
- Instituto de Segurança Social
- ISPA-Instituto Superior de Psicologia Aplicada-CRL
- Jafetos Associação Jovens Voluntários
- Junta de Freguesia do Parque das Nações
- Ordem dos Biólogos
- Polícia Segurança Pública
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

´CEDÊNCIA DE SALAS PARA EVENTOS

Ao longo do ano foi cedido o Auditório Mar da Palha e diversas salas para a realização de eventos de instituições com quem o Oceanário de Lisboa mantém relações privilegiadas, cujo valor de mercado ascende a um apoio global de 108 mil euros. Pela sua relevância destacam-se os seguintes parceiros:

- THNK School of Creative Leadership
- Altice Arena
- Associação Bandeira Azul
- Fundação Francisco Manuel dos Santos - Lançamento do Livro "As Pescas em Portugal"
- Professora Maria José Costa - Apresentação do Livro "Peixes de Portugal"
- Congresso ASSIDMER
- PSP - Festa de Natal dos Polícias da 2ª Divisão

Ao longo do ano o Oceanário de Lisboa cedeu também as suas salas e serviços a eventos promovidos pela Fundação Oceano Azul. Pela sua relevância destacam-se os seguintes eventos:

- "If the Oceans Will Rule the World, Who Will Rule the Oceans?" (Jornal Economia do Mar)
- Apresentação do Livro "Ética Aplicada - Ambiente" do Professor Viriato Soromenho Marques
- Lançamento do Livro "Vida e Vozes do Mar e do Peixe"
- Lisbon Talk, pelo Clube de Lisboa
- Workshop "Advancing Oceans on Climate Changes"
- Workshop "Blue Natural Capital"
- European Syngnathid Meeting
- Reunião da OAK Foundation
- Reunião do Fórum Oceano

´ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Os resultados financeiros de 2018 do Oceanário de Lisboa refletem um ano de consolidação no reforço do seu posicionamento como instituição de conservação e no desenvolvimento da sua missão de promoção da literacia azul.

O empenho na garantia de manutenção do serviço público do equipamento, na excelência das exposições, e na constante aposta na melhoria dos padrões de qualidade implicaram durante o ano de 2018, um aumento dos investimentos realizados para 5,1 milhões de euros, equivalente a quase três vezes o valor do investimento realizado no ano anterior (aumento de 3,3 milhões de euros).

Em 2018, o Oceanário de Lisboa bateu pelo sexto ano consecutivo o recorde de número de visitantes e receita de bilheteira, tendo registado um total de 1.438.744 visitantes (+6% que em 2017) e 15,9 milhões de euros em receita de bilheteira (+7% que em 2017).

Em maio de 2018 o Oceanário de Lisboa inaugurou os seus novos espaços de loja e restauração do piso 0, que implicaram um investimento global de 1,8 milhões de euros. O novo conceito de sustentabilidade inerente à nova loja e à nova linha de produtos "SEATHEFUTURE" originou o aumento dos gastos, não comprometendo, no entanto, a margem bruta liberta pela loja, que ascendeu a 752 m€.

Em maio de 2018 o Oceanário de Lisboa inaugurou também a nova configuração do átrio, que representou um investimento total de 1,3 milhões de euros, que veio permitir um melhor aproveitamento do espaço, permitindo, simultaneamente, que os visitantes possam usufruir de um maior conforto, de zonas de descanso e de uma maior área expositiva.

O crescimento dos gastos associados à execução de programas assentes nos pilares de atuação da conservação e educação demonstram a aposta estratégica realizada e o reforço dos recursos financeiros direcionados para a concretização da missão do Oceanário de Lisboa, conforme se pode verificar através do conjunto de atividades realizadas e projetos e iniciativas apoiadas, identificadas no quadro seguinte:

EDUCAÇÃO	2018	2017
Plasticologia Marinha	74.193	67.226
Projeto-piloto de literacia do oceano para o ensino básico	58.677	-
Apoio ao desporto escolar náutico	68.454	33.700
Líderes para a sustentabilidade do oceano (Lufinha e Schenker Shcool Tour)	36.970	36.000
Campanha "O que não acaba no lixo acaba no mar"	188.980	208.371
Apoio à campanha "Mariscar sem lixo" da Ocean Alive	-	25.000
Apoio a série televisiva "Mar, a última fronteira"	-	63.350
	427.273	**433.647**

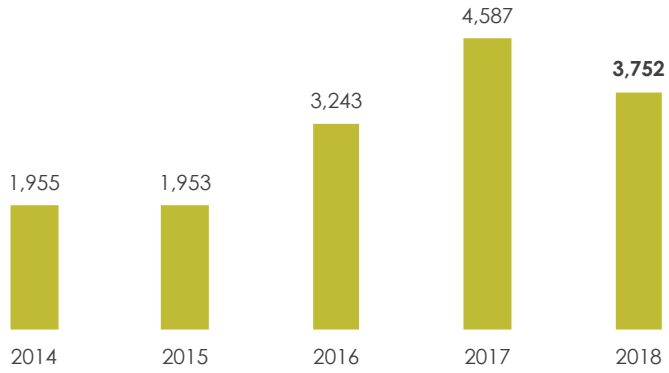
valores em euros

CONSERVAÇÃO	2018	2017
Fundo para a Conservação dos Oceanos (1ª Edição - 2017)		
Projeto "FindRayShark"	24.500	24.500
Projeto "Shark Attract"	13.500	13.500
Projeto "Island Shark"	12.000	12.000
Fundo para a Conservação dos Oceanos (2ª Edição - 2018)		
Projeto "Eel Trek"	50.000	-
Projeto "Whale Tales"	25.000	-
Conservação de tartarugas marinhas de São Tomé	20.000	20.000
Projeto "Angel Shark"	8.480	-
Projeto "Rebreath"	7.345	-
Projeto "Manta Catalog Azores"	-	18.300
Projeto "Fly with Bull rays"	-	10.000
Centro de Reabilitação de Animais Marinhos do ECOMARE	100.000	100.000
Campanha "Salvar os cavalos-marinhos da Ria Formosa"	75.026	4.242
Expansão da Área Marinha Protegida das Ilhas Selvagens (Madeira)	20.000	-
Áreas Marinhas com Significado Ecológico e Biológico (EBSAs)	14.700	-
Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário no Algarve	-	20.000
Projeto-piloto para pescas sustentáveis	94.500	69.500
Outros	25.093	27.342
	490.144	**319.384**

valores em euros

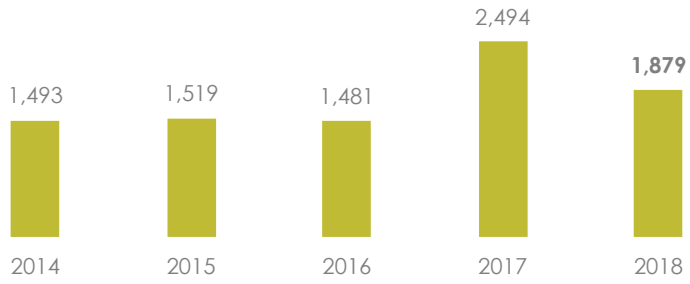
Neste contexto, o EBIT (Resultado Operacional) atingiu o montante de 3,8 milhões de euros, valor que, comparado com 2017, apresenta um decréscimo de 0,8 milhões de euros (-18%).

RESULTADOS OPERACIONAIS
milhares de euros



O Resultado Líquido de 2018, no valor de 1,9 milhões de euros, refletiu, assim, a atividade desenvolvida ao longo do ano, apresentando um decréscimo de 0,6 milhões de euros face ao ano anterior.

RESULTADO LÍQUIDO
milhares de euros



Apresenta-se de seguida um resumo das rubricas constantes na Demonstração de Resultados e a respetiva variação face ao período homólogo:

	2018	2017	VARIAÇÃO VALOR	VARIAÇÃO %
RENDIMENTOS				
Vendas	1.929	1.140	789	69%
Prestações de Serviços	16.415	15.724	691	4%
Outros Rendimentos e Ganhos	317	307	10	3%
Juros e outros rendimentos	27	36	-9	-26%
GASTOS				
Custo das Mercadorias Vendidas	662	367	295	80%
Fornecimentos e Serviços Externos	8.942	7.343	1.599	22%
Gastos com pessoal	2.714	2.375	340	14%
Gastos depreciação e amortização	2.168	2.179	-11	0%
Outros gastos e perdas	422	320	102	32%
Gastos e Perdas de Financiamento	1.314	1.289	25	2%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	**2.464**	**3.334**	**-870**	**-26%**

milhares de euros

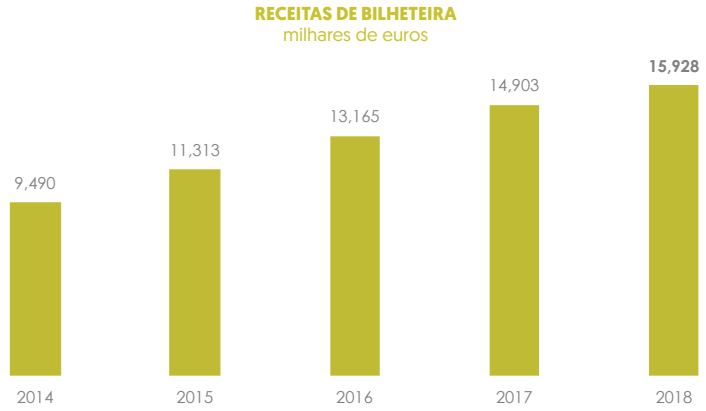
´RENDIMENTOS

RENDIMENTOS	2018	2017	2016	VARIAÇÃO 17-18 VALOR	VARIAÇÃO 17-18 %
Bilheteira	15.928	14.903	13.165	1.026	7%
Loja	1.929	1.140	0	789	69%
Patrocínios	115	187	150	-72	-39%
Arrendamentos	257	286	220	-28	-10%
Concessões	0	256	681	-256	-100%
Aluguer de Espaços	85	60	94	25	41%
ACE	29	29	29	0	0%
Débito Custos	0	0	25	0	-
Outras Prest. Serviços	0	3	20	-3	-98%
Total de Vendas e Prestações de Serviços	**18.344**	**16.864**	**14.384**	**1.480**	**9%**
Outros Rendimentos e Ganhos	317	307	274	10	3%
Juros e outros rendimentos	27	36	15	-9	-26%
TOTAL DE RENDIMENTOS	**18.688**	**17.207**	**14.673**	**1.480**	**9%**

milhares de euros

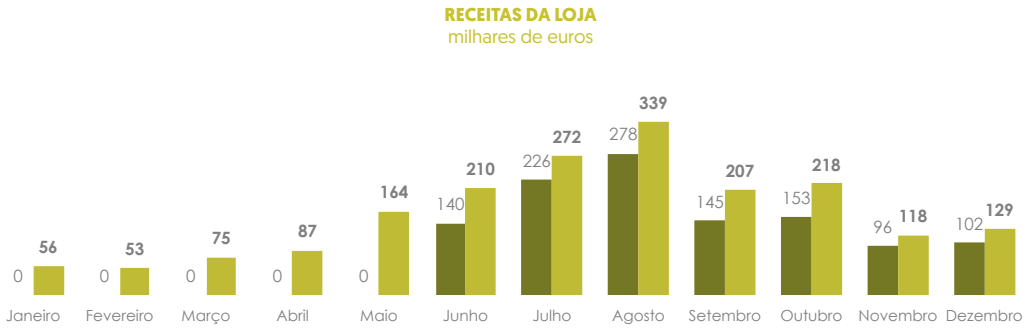
BILHETEIRA

Conforme referido, a receita de bilheteira registou um aumento em 2018 de 1.026 m€ (7%).



LOJA

A receita da loja aumentou 789m€ (69%), sendo que só a partir de junho de 2018 passou a existir comparabilidade com o ano anterior, devido ao facto da loja ter passado a ser explorada diretamente pelo Oceanário de Lisboa em junho de 2017. Para melhor compreensão deste aumento junta-se gráfico com a evolução mensal das vendas.



PATROCÍNIOS

Em 2017 foi registada uma receita adicional de patrocínios, no montante de 87 m€, referente à parceria efetuada com a Jerónimo Martins na criação do Álbum Super Animais, disponível nas lojas Pingo Doce entre os meses de setembro e novembro de 2017. Em 2018, para além do patrocínio anual regular do Pingo Doce, registou-se apenas um montante adicional de 15 m€ ainda relativo àquela campanha.

ARRENDAMENTOS

Esta rubrica inclui as receitas obtidas com a exploração dos espaços de restauração do 1º piso do edifício do Mar (restaurante Tejo) e do piso 0 do Edifício de Apoio (junto à loja). Verificou-se uma ligeira diminuição de receitas devido ao encerramento para a realização das obras para a renovação da nova área do piso 0, durante o 1º quadrimestre de 2018.

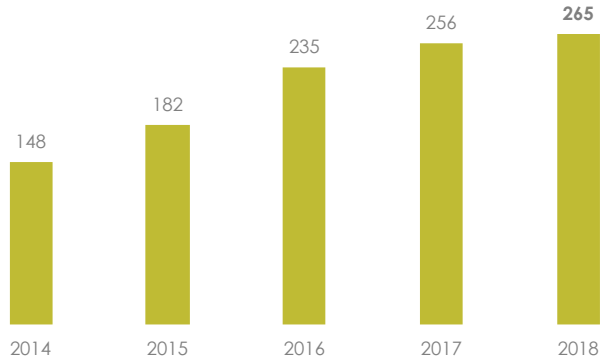
CONCESSÕES

Esta rubrica inclui a receita obtida com a concessão da loja no período de janeiro a maio de 2017, tendo deixado de existir depois disso uma vez que o Oceanário de Lisboa passou a gerir diretamente a loja, sem recorrer a concessionário.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O valor mais significativo nesta rubrica são os ganhos obtidos com a participação financeira na Telecabine, que registou um aumento de 3,5% face ao ano transato.

RECEITAS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA TELECABINE
milhares de euros



´GASTOS

GASTOS	2018	2017	2016	VARIAÇÃO 17-18 VALOR	VARIAÇÃO 17-18 %
Custo das Mercadorias Vendidas	662	367	0	295	80%
Fornecimentos e Serviços Externos	8.942	7.343	6.701	1.599	22%
Gastos com Pessoal	2.714	2.375	2.174	340	14%
Gastos Depreciação e Amortização	2.168	2.179	2.201	-11	0%
Outros gastos e Perdas	422	320	339	102	32%
Gastos e Perdas de Financiamento	1.314	1.289	1.389	25	2%
TOTAL DE GASTOS	**16.224**	**13.873**	**12.805**	**2.350**	**17%**

milhares de euros

Em 2018 os gastos em Fornecimentos e Serviços Externos foram superiores aos realizados no ano anterior em cerca de 1,6 milhões de euros (+22%), nomeadamente devido a:

- Gastos com a loja, nomeadamente com consultoria, outsourcing e aluguer de estrutura para loja provisória durante o 1º trimestre de 2018, em que ocorreram as obras de remodelação: 340m€
- Comemoração do 20º aniversário do Oceanário de Lisboa: 328m€
- Gastos relacionados com as obras no edifício de apoio (demolições, estaleiro, escada provisória, fiscalização: 250m€
- Cededência de pessoal por parte de entidades relacionadas (2 colaboradoras do Grupo SFMS: 163m€
- Transporte de duas novas Lontras (do Alasca): 132m€
- Gastos com projetos de Educação e Conservação: 75m€
- Acréscimo dos gastos com a componente variável da renda paga ao Estado, na sequência do aumento de receita de bilheteira: 74m€
- Comparticipação na manutenção dos espaços envolventes do Parque das Nações: 54m€
- Acréscimo de gastos com serviços de apoio ao visitante: 45m€
- Gastos com o polimento dos acrílicos: 27m€

Os Gastos com Pessoal registaram um aumento de 340 m€ (14%) face ao ano anterior, que se ficaram a dever a:

- Aumento de remuneração com pessoal, por via do aumento de mais 8 colaboradores no quadro de pessoal e pelas atualizações salariais ocorridas em novembro de 2018: 176m€
- Indemnizações por rescisão de contrato de trabalho: 84m€
- Aumento do valor das gratificações de balanço: 56m€.

´INVESTIMENTOS

Tal como anteriormente já referido, o ano de 2018 do Oceanário de Lisboa ficou marcado pela conclusão das obras de remodelação do átrio do 1º piso e da loja e zona de restauração instalados no piso 0, investimentos de grande envergadura, que representaram um esforço financeiro de 2,8 milhões de euros.

Ao nível dos investimentos realizados em 2018 é ainda de destacar o investimento com vista à conceção e criação de uma nova exposição temporária, a instalar no átrio, cuja inauguração e abertura ao pública se prevê realizar em 2020, e que totalizou em 2018 um investimento de 1,1 milhões de euros.

O Capital Expenditure(CAPEX) atingiu o montante de 5.075 m€, tendo registado um aumento de 191% relativamente ao ano transato.

INVESTIMENTOS	2018	2017	2016
Comuns da Empresa	3.012	1.015	44
Exposição Temporária	1.099	0	0
Engenharia	761	642	1.200
Comercial	79	1	114
Educação	65	36	21
Biologia	55	41	61
Operações	4	11	32
TOTAL	**5.075**	**1.746**	**1.472**

milhares de euros

Resume-se no quadro seguinte as principais intervenções realizadas.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS	2018
Remodelação da loja e cafetaria do piso 0	1.810
Exposição temporária no átrio (a inaugurar em 2020)	1.099
Fecho do átrio	954
Upgrade ao Sistema de Suporte Vida do T1 e T4	199
Infraestruturas de IT	96
Melhoramentos na Sinalética	90
Trabalhos de integração dos sistemas de CCTV	78
Montagem do chiller 1	71
Renovação do Vaivém	64
Substituição de tubagens de água quente no Edifício dos Oceanos	51
Outros Investimentos	561
TOTAL	**5.075**

milhares de euros

´INDICADORES DE SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

ESTRUTURA FINANCEIRA	2018	2017	VARIAÇÃO
Autonomia Financeira	18%	15%	3 p.p.
Solvabilidade Geral	22%	17%	5 p.p.
Cobertura dos Ativos não correntes	96%	106%	-10 p.p.

ENDIVIDAMENTO	2018	2017	VARIAÇÃO
Capacidade de Endividamento	0,20	0,16	4 p.p.
Custo Financiamentos Obtidos	3%	3%	0
Efeito dos Juros Suportados	66%	73%	-7 p.p.

LIQUIDEZ	2018	2017	VARIAÇÃO
Liquidez geral	69%	149%	-79 p.p.

RENDIBILIDADE	2018	2017	VARIAÇÃO
Rendibilidade Económica	7%	9%	-2 p.p.
Rendibilidade das Vendas	20%	27%	-7 p.p.
Rendibilidade dos Capitais Próprios	21%	35%	-14 p.p.

CASH FLOW LIBERTO APÓS INVESTIMENTOS	2018	2017	VARIAÇÃO %
EBITDA (1)	5.920	6.766	-13%
CAPEX (2)	5.075	1.746	191%
(1) - (2)	**845**	**5.020**	**-83%**

valores em milhares de euros

´PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do exercício de 2018 ascendeu a 1.878.889,82€ (um milhão, oitocentos e setenta e oito mil, oitocentos e oitenta e nove euros e oitenta e dois cêntimos).

O Conselho de Administração do Oceanário de Lisboa, S.A. propõe a transferência da totalidade do Resultado Líquido para Resultados Transitados.

´PERSPETIVAS PARA 2019

2019 será, simultaneamente, um ano de consolidação e de desafio.

Será de consolidação, por ser o primeiro ano completo em que o Oceanário de Lisboa beneficiará dos efeitos positivos resultantes da remodelação da loja e do espaço de restauração, com impacto expressivo, quer no nível de satisfação dos visitantes, quer nos resultados económicos gerados.

Constituirá igualmente um desafio, porque após 5 anos de elevado crescimento no turismo na cidade de Lisboa, se prevê que 2019 apresente um abrandamento relevante nesse crescimento e até uma mudança do perfil dos turistas, o que representará um risco em relação à sua apetência para visitar o Oceanário de Lisboa.

Complementarmente ao crescimento do número de visitantes, atingir os ambiciosos objetivos fixados para aumentar o, já significativo, número de pessoas tocadas pelo programa educativo do Oceanário de Lisboa será igualmente desafiante.

Apesar dos desafios, a estratégia delineada faz antever um ano de 2109 positivo de crescimento, tanto da capacidade financeira para a concretização da sua missão, como de impacto real na conservação dos oceanos. O contínuo investimento realizado na conservação dos oceanos, através do financiamento de projetos in situ, e na educação para o oceano, através do programa educativo e dos milhões de pessoas sensibilizadas pelas nossas exposições, fazem prever que o impacto da atividade do Oceanário de Lisboa na promoção do conhecimento dos oceanos e no contributo para a sua conservação seja ainda mais relevante em 2019 do que foi o de 2018.

´NOTA FINAL

Ao encerrar o Relatório de Gestão do Exercício de 2018, o Conselho de Administração expressa o seu reconhecido agradecimento a todos os que apoiaram e ajudaram o Oceanário de Lisboa a atingir os seus objetivos, nomeadamente:

- Aos colaboradores do Oceanário de Lisboa que, através da sua dedicação, esforço e empenho, são mais uma vez os principais responsáveis pelo sucesso atingido em 2018;
- À Sociedade Francisco Manuel dos Santos pela confiança e aposta reiterada nos valores e missão da instituição;
- Ao acionista único, a Fundação Oceano Azul, pelo fortalecido empenho que representa na conservação dos oceanos;
- Ao Governo Português, em particular ao Ministério do Ambiente e ao Ministério das Finanças, pela confiança depositada;
- Aos órgãos sociais pela colaboração e disponibilidade que sempre demonstraram;
- Ao patrocinador oficial do Oceanário de Lisboa, o Pingo Doce;
- Aos concessionários e fornecedores do Oceanário de Lisboa, sem a colaboração dos quais teria sido difícil atender aos desafios do ano.

E, por fim, a todos os visitantes, razão da existência do Oceanário de Lisboa, e cuja preferência possibilitou um ano fora de série.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração

José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos

João Miguel Meister Falcato Pereira

Tiago Filipe Olavo de Pitta e Cunha

Pedro Miguel de Frias Torres Curto Simões

David José Ferreira Azevedo Lopes

´DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

´ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA **134**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL **135**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO **136**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA **137**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **138**

1. Introdução **138**

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras **138**

2.1 Bases de Preparação 138

3. Principais políticas contabilísticas **145**

3.1 Partes de capital em associadas 145

3.2 Conversão cambial 145

3.3 Ativos tangíveis 146

3.4 Ativos intangíveis 147

3.5 Imparidade de ativos não financeiros 149

3.6 Inventários 150

3.7 Ativos financeiros 151

3.8 Justo valor de ativos e passivos 153

3.9 Clientes e Outras contas a receber 153

3.10 Caixa e equivalentes de caixa 154

3.11 Capital social 154

3.12 Passivos financeiros 155

3.13 Compensação de instrumentos financeiros 155

3.14 Financiamentos obtidos 155

3.15 Fornecedores e Outras contas a pagar 156

3.16 Custos com empréstimos obtidos 156

3.17 Imposto sobre o rendimento 156

3.18 Provisões e passivos contingentes 157

3.19 Ativos contingentes 158

3.20 Locações 158

3.21 Gastos e rendimentos 159

3.22 Rédito 160

3.23 Distribuição de dividendos 160

3.24 Eventos subsequentes 161

4 Políticas de gestão do risco financeiro **161**

4.1 Fatores do risco financeiro 161

4.2 Gestão do risco de capital 165

5. Principais estimativas e julgamentos apresentados 165
5.1 Classificação do contrato de concessão 166
5.2 Obrigações contratuais assumidas 166
5.3 Classificação dos Ativos - Peixes/animais 167
5.4 Exercício de influência significativa 167
5.5 Ativos tangíveis e intangíveis 168
5.6 Imposto sobre o rendimento 168
6. Ativos tangíveis 169
7. Ativos intangíveis 171
8. Investimentos em associadas 173
9. Ativos e passivos financeiros por categoria 176
10. Justo valor de ativos e passivos 177
11. Outras contas a receber 177
12. Inventários 179
13. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados 179
14. Clientes 180
15. Imposto sobre o rendimento a receber/ a pagar 181
16. Caixa e equivalentes de caixa 182
17. Capital 183
18. Reservas legais 183
19. Financiamentos obtidos 183
20. Outras contas a pagar 184
21. Fornecedores 186
22. Vendas e prestação de serviços 187
23. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas 187
24. Fornecimentos e serviços externos 188
25. Gastos com o pessoal 189
26. Variações de justo valor 189
27. Outros rendimentos 190
28. Outros gastos 190
29. Gastos e rendimentos financeiros 191
30. Imposto sobre o rendimento 191
31. Compromissos 193
32. Contingências 194
33. Partes relacionadas 195
34. Eventos subsequentes 199

´DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	NOTA	31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ATIVO			
Não corrente			
Ativos tangíveis	6	7.869.945,67	3.705.302,43
Ativos intangíveis	7	35.248.770,80	36.519.396,46
Investimentos em associadas	8	897.218,38	893.378,65
Outras contas a receber	11	2.128.889,33	28.889,33
		46.144.824,18	**41.146.966,87**
Corrente			
Inventários	12	250.673,72	185.428,74
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	13	5.994,23	3.188,86
Clientes	14	320.872,60	250.468,23
Outras contas a receber	11	464.064,14	2.271.764,03
Imposto sobre o rendimento a receber	15	-	55.645,91
Caixa e equivalentes de caixa	16	2.882.898,13	4.851.065,54
		3.924.502,82	**7.617.561,31**
Total do Ativo		**50.069.327,00**	**48.764.528,18**
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	17	1.000.000,00	1.000.000,00
Reservas legais	18	200.000,00	200.000,00
Resultados transitados		5.980.634,96	3.486.295,48
Resultado liquido do exercício		1.878.889,82	2.494.339,48
Total Capital Próprio		**9.059.524,78**	**7.180.634,96**
PASSIVO			
Não corrente			
Financiamentos obtidos	19	6.638.615,06	7.464.990,09
Outras contas a pagar	20	28.647.681,83	28.993.216,07
		35.286.296,89	**36.458.206,16**
Corrente			
Financiamentos obtidos	19	826.374,36	825.679,49
Fornecedores	21	1.806.276,63	938.403,83
Imposto sobre o rendimento a pagar	15	183.443,10	-
Outras contas a pagar	20	2.907.411,24	3.361.603,74
		5.723.505,33	**5.125.687,06**
Total do Passivo		**41.009.802,22**	**41.583.893,22**
Total do Capital Próprio e Passivo		**50.069.327,00**	**48.764.528,18**

As notas das páginas 138 a 199 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

´DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

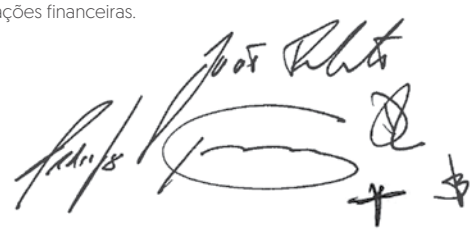
		EXERCÍCIO	
	NOTA	2018	2017
Vendas e Prestações de serviços	22	18.343.641,29	16.864.070,25
Ganhos/ (Perdas) de interesses em associadas	8	265.065,82	256.312,54
Custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas	23	(662.140,86)	(367.377,04)
Fornecimentos e serviços externos	24	(8.942.282,64)	(7.343.405,59)
Gastos com o pessoal	25	(2.714.252,90)	(2.374.543,49)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(2.168.123,69)	(2.178.941,46)
Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)	26	180,03	-
Outros rendimentos	27	51.970,29	50.657,91
Outros gastos	28	(422.259,56)	(319.919,58)
Resultado operacional		**3.751.797,78**	**4.586.853,54**
Gastos financeiros	29	(1.314.485,83)	(1.289.277,96)
Rendimentos financeiros	29	26.877,11	36.225,00
Resultados antes de impostos		**2.464.189,06**	**3.333.800,58**
Imposto sobre o rendimento	30	(585.299,24)	(839.461,10)
Resultado líquido do exercício		**1.878.889,82**	**2.494.339,48**

As notas das páginas 138 a 199 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

´DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
A 1 JANEIRO 2017	**1.000.000,00**	**200.000,00**	**2.005.292,58**	**1.481.002,90**	**4.686.295,48**
Resultado líquido do exercício				2.494.339,48	2.494.339,48
Aplicação do resultado líquido do exercício			1.481.002,90	(1.481.002,90)	-
	-	-	1.481.002,90	(1.481.002,90)	-
A 31 DEZEMBRO 2017	**1.000.000,00**	**200.000,00**	**3.486.295,48**	**2.494.339,48**	**7.180.634,96**
Resultado líquido do exercício	-			1.878.889,82	1.878.889,82
Aplicação do resultado líquido do exercício			2.494.339,48	(2.494.339,48)	-
	-	-	2.494.339,48	(2.494.339,48)	-
A 31 DEZEMBRO 2018	**1.000.000,00**	**200.000,00**	**5.980.634,96**	**1.878.889,82**	**9.059.524,78**

As notas das páginas 138 a 199 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.



´DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	NOTA	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		22.593.348,36	20.486.168,07
Pagamentos a fornecedores		(12.961.104,12)	(10.900.222,97)
Pagamentos ao pessoal		(1.480.056,72)	(1.199.569,24)
Caixa gerada pelas operações		**8.152.187,52**	**8.386.375,86**
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(301.936,50)	(750.930,30)
Outros recebimentos/ pagamentos		(3.770.168,98)	(3.312.425,36)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		**4.080.082,04**	**4.323.020,20**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos tangíveis		(5.238.585,55)	(1.368.703,10)
Ativos intangíveis		(1.395.492,69)	(15.166,85)
Outros ativos		-	(1.953,30)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos tangíveis		-	14.000,00
Dividendos		261.226,09	224.820,64
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		**(5.037.508,38)**	**(1.147.002,61)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e proveitos similares		29.297,92	23.953,12
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(833.334,00)	(833.333,34)
Juros e gastos e similares		(206.704,99)	(240.886,36)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		**(1.010.741,07)**	**(1.050.266,58)**
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		(1.968.167,41)	2.125.751,01
Caixa e seus equivalentes no início do período	17	4.851.065,54	2.725.314,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17	**2.882.898,13**	**4.851.065,54**

As notas das páginas 138 a 199 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

´ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS |

1. INTRODUÇÃO

A Oceanário de Lisboa, S.A. (também referida neste documento como "Oceanário de Lisboa", "Entidade" ou "Empresa"), com sede na Esplanada D. Carlos I, 1990-005, Lisboa, foi constituída em 21 de setembro de 1994 com o objeto principal de criação, manutenção e exploração de um complexo de aquários oceânicos e na realização de conferências, estudos e atividades de Investigação e Desenvolvimento no domínio da Biologia Marinha e Ciências do Mar. Faz ainda parte do objeto da Entidade, o desenvolvimento do setor educacional através da promoção de cursos e ações específicas de formação, bem como quaisquer outras atividades conexas ou afins.

A Empresa é detida pela Fundação Oceano Azul, com quem partilha a missão de promover o conhecimento do oceano, sensibilizando para a sua conservação através da alteração de comportamentos.

A atividade principal da Empresa é desenvolvida no âmbito de um contrato de concessão de serviço público de exploração e administração da "Oceanário de Lisboa" (ver condições na Nota 3.4) iniciado em 9 de junho de 2015 por um período de 30 anos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 26 de fevereiro de 2019. É da opinião o Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Os acionistas da Entidade têm a capacidade de alterar este conjunto de demonstrações financeiras, após a autorização para emissão pelo Conselho de Administração.

As demonstrações financeiras da Entidade e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram preparadas pela Entidade de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia ("IFRS"), emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 1 de janeiro de 2018.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, tendo a Entidade seguido a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor ativos financeiros ao justo valor por resultados.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 5.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, que a União Europeia já endossou:

a) IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros'. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.
Tendo em conta o modelo de negócio da empresa, pelo facto de não ser expectável a existência de perdas futuras e imparidades, a adoção desta norma não teve impactos significativos.

b) IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes'. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". A adoção desta norma não teve impactos significativos. De referir que a apresentação segregada das vendas antecipadas conforme nota 20 encontra-se de acordo com a IFRS 15.

c) IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)'. Esta alteração atribui às entidades que negoceiam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da

IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora.
Não existiu qualquer impacto relativamente a esta norma.

d) Alterações à IFRS 15, 'Rédito de contratos com clientes'. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. A adoção desta norma não teve impactos significativos.

e) IFRS 1, 'Primeira adoção das IFRS'. Esta melhoria elimina as isenções temporárias para a IFRS 7, IFRS 10 e IAS 19, por já não serem aplicáveis.
IFRS 12, 'Divulgação de interesses noutras entidades'. Esta melhoria tem por objetivo clarificar que o seu âmbito inclui os investimentos classificados no âmbito da IFRS 5, e que a única isenção refere-se à divulgação do resumo da informação financeira dessas entidades.
IAS 28, 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos'. Esta melhoria clarifica que os investimentos em associadas ou empreendimentos conjuntos detidos por uma sociedade de capital de risco podem ser mensurados ao justo valor de acordo com a IFRS 9, de forma individual. Esta melhoria também esclarece que uma entidade que não é uma entidade de investimento, mas detém investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos que são entidades de investimento, pode manter a mensuração ao justo valor da participação da associada ou do empreendimento conjunto nas suas próprias subsidiárias.

f) IAS 40 (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento'. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência.
Não existiu qualquer impacto relativamente a esta norma.

g) IFRS 2 (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de

modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("Cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Não existiu qualquer impacto relativamente a esta norma.

Interpretações

a) IFRIC 22 (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada'. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Esta interpretação teve impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeira da Empresa.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, que a União Europeia já endossou:

a) IFRS 16 (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospetivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospetiva modificada. Conforme a análise efetuada pela empresa não irá existir impactos significativos na adoção desta norma.

b) IFRS 9 (alteração), 'Elementos de pré-pagamento com compensação negativa' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados. A Entidade ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter. No entanto não se perspetiva impactos significativos.

Interpretações

a) IFRIC 23 (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospetiva ou retrospetiva modificada. Não se perspetiva que esta norma tenha impacto na entidade dado que a Empresa tem uma postura prudente em situações fiscais com incerteza.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, que a União Europeia já endossou:

Normas

a) IAS 19 (alteração), 'Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do "asset ceiling". O impacto no "asset ceiling" é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício.
A Entidade ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter. No entanto não se perspetiva impactos significativos.

b) IAS 28 (alteração), 'Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de

equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo. A Empresa tem uma participação financeira de uma entidade Associada que é mensurada pelo Método de Equivalência Patrimonial, desta forma esta alteração não tem impacto na Empresa.

c) IFRS 3 (alteração), 'Definição de negócio' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio. A Entidade ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter. No entanto não se perspetiva impactos significativos.

d) IAS 1 e **IAS 8** (alteração), 'Definição de material' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material. Inclui clarificações quanto à referência a informações pouco claras, correspondendo a situações em que o seu efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, no contexto global das demonstrações financeiras; e ainda clarificações quanto ao termo 'principais utilizadores das demonstrações financeiras', sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam. A Entidade ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter. No entanto não se perspetiva impactos significativos.

e) Melhorias às normas 2015 – 2017 (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.

IAS 23, 'Custos de empréstimos obtidos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Esta melhoria clarifica que os empréstimos específicos obtidos que ainda permaneçam em aberto, após os ativos qualificáveis a que respeitam estarem na sua condição de uso ou venda, devem ser adicionados aos empréstimos genéricos para calcular a taxa de juro média de capitalização nos outros ativos qualificáveis.

IAS 12, 'Impostos sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro

de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Esta melhoria clarifica que os impactos fiscais dos dividendos são reconhecidos na data em que a entidade regista a responsabilidade pelo pagamento de dividendos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, no outro rendimento integral ou em capital, consoante a transação ou evento que deu origem aos dividendos.

IFRS 3, 'Concentrações de atividades empresariais' e IFRS 11, 'Acordos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Estas melhorias clarificam que: i) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados ao justo valor; e ii) quando um investidor numa operação conjunta, que não exerce controlo conjunto, obtém controlo conjunto numa operação conjunta que é um negócio, o interesse detido anteriormente não é remensurado.

f) Estrutura concetual, 'Alterações na referência a outras IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas a aprovação pela União Europeia. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospetiva, exceto se impraticáveis. A Entidade ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter. No entanto não se perspetiva impactos significativos.

g) IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospetiva. Não se perspetiva qualquer impacto relativamente a esta norma.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 PARTES DE CAPITAL EM ASSOCIADAS

Associadas são todas as entidades sobre as quais a Empresa exerce influência significativa. A Entidade exerce influência significativa quando tem o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida, sem, todavia, exercer um controlo ou um controlo conjunto dessa política.

O excesso do custo de aquisição relativamente à quota-parte do justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, o goodwill, é reconhecido como parte do investimento financeiro nas associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos e passivos destas entidades adquiridas, a diferença é reconhecida como um ganho diretamente na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

Nas demonstrações financeiras os investimentos em associadas são mensurados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Os investimentos nestas entidades são inicialmente mensurados ao custo nas demonstrações financeiras, sendo o seu valor contabilístico posteriormente aumentado ou reduzido, através do reconhecimento da quota-parte da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos nos resultados e rendimento integral, desde a data em que a influência significativa se inicia, até à data em que efetivamente termina.

Os dividendos atribuídos pelas associadas são reduzidos ao valor dos investimentos, na demonstração da posição financeira. Quando a quota-parte das perdas destas Entidades excede o valor do investimento nas Associadas, a Empresa reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

3.2 CONVERSÃO CAMBIAL

I) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a Empresa opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras da Entidade e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

II) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

III) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

COTAÇÕES DE MOEDA ESTRANGEIRA

	CÂMBIO MÉDIO		CÂMBIO FINAL DO PERÍODO	
MOEDA	2018	2017	31 DEZ 18	31 DEZ 17
USD	1,1810	1,1297	1,1450	1,2000
GBP	0,8847	0,8767	0,8945	0,8900
JPY	130,4000	126,7100	125,8500	135,0100

3.3 ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui: (a) o "custo considerado" determinado à data de transição para IFRS e (b) o custo de aquisição dos ativos adquiridos ou construídos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com financiamentos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando constituam montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	ANOS
Edifícios e outras construções	Entre 4 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 2,5 a 10 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 4 a 10 anos

Porque no final da concessão a Empresa tem direito a uma "indemnização pelo "valor contabilístico, descontados os subsídios, dos bens (...) criados, construídos, adquiridos ou instalados no cumprimento do contrato", as vidas úteis atribuídas pelo Conselho de Administração não estão condicionadas ao prazo de 30 anos do contrato de concessão.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos de vender, e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no final da vida útil definida.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

3.4 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando adquiridos separadamente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende:

i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Após a contabilização inicial, a Empresa mensura os seus ativos intangíveis de acordo com o modelo do custo.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com desenvolvimento interno, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para a Empresa.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incorridos.

A Entidade tem registados como ativos intangíveis:

I) Programas de computador – referem-se aos valores despendidos na aquisição de direitos sobre aplicações informáticas e dos custos de parametrização incorridos, para apoio à atividade desenvolvida. São também capitalizados como ativo intangível os upgrades efetuados às aplicações ou a introdução de novas funcionalidades.

As licenças de utilização e manutenção são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, pró-rata do período a que se referem.

II) Direitos de concessão – Respeita ao custo de aquisição do direito de exploração do Oceanário de Lisboa, conforme contrato de concessão assinado com o Estado Português.

As principais condições contratuais do contrato de concessão são como segue:

| O contrato de concessão de serviço público vigora por um prazo de 30 anos, e define que o estabelecimento da concessão é composto por bens móveis, imóveis, intangíveis e "ativos biológicos";
| É obrigação da concessionária "*a realização de todas as obras de reparação e de conservação decorrentes da normal utilização dos bens afetos à Concessão, devendo assegurar a permanência destes bens em boas condições de exploração*";

| A realização de todos os investimentos de substituição dos bens afetos à concessão que sejam necessários ou convenientes de acordo com a vida útil destes mesmos bens, as boas práticas e o cumprimento dos padrões de desempenho, de qualidade e de segurança exigidos nos termos do contrato de concessão;

| As receitas da concessão são as receitas de bilheteira, receitas no âmbito das atividades comerciais relacionadas com a atividade de exploração do Oceanário e a comparticipação em taxas e juros de capitais e de aplicações de financeiras;

| Os preços dos bilhetes "*são livremente fixados pela Concessionária, sem prejuízo das obrigações de serviço público e de execução da política de responsabilidade social*";

| Pela atribuição da concessão, a concessionária compromete-se a pagar uma contrapartida financeira, nos termos da cláusula 26º, composta por: i) "*uma componente de pagamento inicial, no montante de 10 milhões*"; ii) uma componente anual composta por uma parte fixa de 1.3 milhões de euros, atualizada de acordo com o Índice do Preço Consumidor ("IPC") a pagar em 12 prestações iguais; e iii) uma "*componente variável de 5% sobre as receitas da Concessão*".

A Empresa determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, tendo definidas a esta data as seguintes vidas úteis:

	ANOS
Programas computador	3 anos
Direitos de concessão	30 anos
Outros ativos intangíveis	entre 3 a 30 anos

3.5 IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos não financeiros, tais como os ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida são sujeitos a testes de imparidade, quando e somente quando a ocorrência de certos eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contabilístico dos ativos possa não ser recuperável.

Quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico dos ativos, é registada a respetiva imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do ativo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

O cálculo do justo valor menos os custos de venda pode basear-se: i) no preço de venda acordado contratualmente numa transação entre terceiros não relacionados, deduzindo os custos de venda; ii) o preço de mercado se o ativo for negociado num mercado ativo; ou iii) o justo valor calculado como uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que qualquer agente de mercado esperaria obter do ativo.

No cálculo do valor em uso, aplica-se a metodologia dos fluxos de caixa descontados, e inclui os seguintes elementos:

a) uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter do ativo;
b) as expectativas de flutuações dos valores e tempestividade destes fluxos de caixa;
c) o efeito temporal do dinheiro, mensurado pela aplicação da taxa de desconto antes de impostos, derivada da WACC; e
d) outros fatores que devem ser considerados nesta análise, tais como a falta de liquidez que os participantes do mercado, possam refletir nos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter do ativo.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade, são avaliados a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo de uma perda por imparidade ou à sua reversão, a depreciação/amortização dos respetivos ativos é recalculada prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

3.6 INVENTÁRIOS

Os inventários incluem as mercadorias para venda na loja da Empresa e são inicialmente mensurados pelo preço de compra adicionado das despesas diretamente relacionadas com a aquisição.

Os valores de inventário devem ser reduzidos para o seu valor realizável líquido, através do reconhecimento de perdas por imparidade, sempre que a diferença entre o valor realizável líquido e o custo seja negativa. A imparidade em inventários deve ser revista a cada data de relato.

O custo é determinado através do método do custo médio ponderado, e é reconhecido quando o inventário é consumido, por contrapartida de "Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas". O inventário é também desreconhecido quando é considerado obsoleto pela Empresa. Neste caso, o seu valor contabilístico é desreconhecido por contrapartida de "Outros gastos".

3.7 ATIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com o objetivo da sua aquisição.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

I) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;

II) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;

III) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;

IV) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial, ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data do relato financeiro.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Entidade se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros

disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

Empréstimos concedidos e contas a receber são classificados na demonstração da posição financeira como "Clientes" (Nota 14) e "Outras contas a receber" (Nota 11) e são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a Entidade não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

A cada data de relato a Entidade avalia a imparidade destes ativos. Sempre que exista uma evidência objetiva de imparidade, a Entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderá estar em imparidade teve em conta dados observáveis que indiciem possíveis eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Entidade, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor descontos que de outro modo não consideraria;
- Torna-se provável que o devedor irá entrar em falência, ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros significativos são avaliados individualmente para efeitos de imparidade.

Quanto aos investimentos em instrumentos de capital próprio, classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do justo valor abaixo do seu custo é considerada um indicador de que os ativos estão em imparidade.

No caso de existir evidência de imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, calculada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, retirando o efeito de quaisquer perdas por imparidade, previamente reconhecidas nos resultados, é deduzido do Capital

Próprio e reconhecida no resultado do exercício. As perdas por imparidade associadas a instrumentos de dívida reconhecidos na demonstração de resultados são reversíveis por meio de resultados. As perdas por imparidade associadas a instrumentos de capital próprio, reconhecidas na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, não são reversíveis por meio de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.8 JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, a abordagem deve ser baseada numa transação hipotética que seja realizada no mercado mais ativo deste ativo ou passivo, ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso (ou seja, o mercado que maximiza o valor que a Empresa receberia ao vender o ativo ou minimizar o valor que seria pago para transferir a responsabilidade dentro desse mercado, depois de considerar os custos de transação e custos de transporte, se aplicáveis). Isto corresponde ao Nível 1 da hierarquia de valor justo, desde que os preços de mercado utilizados não sejam ajustados.

Ativos e passivos classificados no Nível 2 da hierarquia de justo valor não têm mercados ativos - esses itens são mensurados através de uma metodologia baseada em inputs, diferentes dos preços cotados observáveis de Nível 1 (ex: taxas de juro, taxas de câmbio, etc.), habitualmente utilizados no mercado.

A Empresa também pode ter ativos e / ou passivos que são classificados no Nível 3 da hierarquia do justo valor. Este nível de justo valor é caracterizado pela ausência de dados de mercado observáveis – como tal, a Empresa aplica metodologias com base na melhor informação disponível, dadas as circunstâncias particulares de cada ativo e passivo, que pode incluir dados internos, como pressupostos e estimativas.

3.9 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade da Empresa. Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer 12 meses, após a data de relato.

As rubricas de "Clientes" e "Outras contas a receber" são mensuradas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e outras contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir. Os empréstimos a acionistas e partes relacionadas por via de acionistas encontram-se valorizados ao custo ou custo amortizado menos imparidade.

3.10 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, que podem ser imediatamente convertidos em caixa, estando sujeitos a um risco insignificante de variação de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica "Empréstimos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.11 CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante resultante da emissão.

As ações próprias adquiridas através de contrato ou diretamente no mercado são reconhecidas no capital próprio, em rubrica própria. As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

3.12 PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

I) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;

II) Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os "Financiamentos obtidos" (Nota 19), "Fornecedores" (Nota 21) e "Outras contas a pagar" (Nota 20). Os passivos classificados como "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são mensurados inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

3.13 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores líquidos reportados na demonstração da posição financeira, apenas quando existe um direito legalmente exercível para compensar os referidos valores, e quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de default, insolvência ou falência da Entidade.

3.14 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Entidade possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.15 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Esta rubrica inclui geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a Empresa adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" e de "Outras contas a pagar" serão classificadas como passivos não correntes.
Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, a rubrica de "Fornecedores" e de "Outras contas a pagar" é mensurada pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

3.16 CUSTOS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Juros e outros custos incorridos pela Empresa, relacionados com empréstimos para apoiar as atividades da Empresa, sejam eles gerais ou específicos, diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis (ativos que normalmente levam um período substancial de tempo para ficarem prontos para uso ou venda) são adicionados ao custo desses ativos, até que estejam prontos para uso ou venda.

Os rendimentos de juros obtidos a partir de investimentos temporários de empréstimos específicos, que ainda não tenham sido aplicados para pagar a fornecedores de ativos qualificáveis, são deduzidos dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização.

Exceto quanto à capitalização em ativos qualificáveis, todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados, nos períodos em que são incorridos.

3.17 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio.

IMPOSTO CORRENTE

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Fiscal durante um período de 4 anos.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida de Derrama Municipal, até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável. Adicionalmente, a Entidade encontra-se sujeita a Derrama Estadual, quando os lucros tributáveis excedam os 1.500.000 euros, com a seguinte incidência:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000€ e 7.500.000€;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000€ e 35.000.000€;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000€.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresarias, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

3.18 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável do que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Entidade divulga tal facto como um passivo contingente, conforme Nota 32, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

PROCESSOS JUDICIAIS

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo a Empresa a Entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Gestão, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

CONTRATOS ONEROSOS

A Empresa reconhece uma provisão para contratos onerosos, quando tem a obrigação contratual de fornecer um produto ou serviço, para os quais o custo de satisfazer a obrigação assumida excede os benefícios económicos estimados a receber. A provisão é mensurada pelo menor entre os custos de cumprimento do contrato, e quaisquer penalidades ou compensações que a Empresa tenha que pagar, pelo não cumprimento do contrato.

3.19 ATIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes são "possíveis" ativos gerados por eventos passados, cuja existência deriva da confirmação da ocorrência futura de um ou mais eventos incertos, sobre os quais a Empresa não tem controlo.

Estes ativos não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, mas são divulgados nas notas anexas, quando a sua ocorrência é provável.

3.20 LOCAÇÕES

EMPRESA ENQUANTO LOCATÁRIO

Locações de ativos tangíveis, relativamente às quais a Empresa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos". Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na demonstração separada dos resultados e de outro rendimento integral, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Entidade não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado, quando a Entidade tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral numa base linear, durante o período da locação.

EMPRESA ENQUANTO LOCADOR

Quando uma transação de locação de ativos for efetuada em regime de locação financeira, deverá ser realizado o desreconhecimento do ativo locado, e em simultâneo reconhecer-se o investimento líquido na locação enquanto uma conta a receber. A diferença verificada entre o valor bruto a receber o valor descontado do investimento líquido é reconhecida como rendimentos por reconhecer. Os rendimentos desta natureza de locações financeiras são reconhecidos ao longo do termo da locação, através do método do investimento líquido, o qual reflete uma taxa de retorno periódica constante.

Os ativos locados a terceiros em regime de locação operacional são considerados como ativos fixos tangíveis da demonstração da posição financeira consolidada. Estes itens são depreciados ao longo da sua vida útil estimada. Os rendimentos de rendas (líquidos de quaisquer incentivos concedidos ao locatário) são reconhecidos em linha reta ao longo do termo de locação.

3.21 GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.22 RÉDITO

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de bilhetes de ingresso para as exposições da Empresa, das mercadorias na loja da Empresa e de outras prestações de serviços no decurso normal da atividade da Empresa, tais como alugueres de espaços, arrendamentos/ concessões, entre outros. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é registado quando: i) parte substancial dos riscos e benefícios das mercadorias tenham sido transferidos para o comprador; o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e iii) é provável que benefícios económicos fluam para a Empresa.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido na data da prestação de um serviço único, específico ou de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato, quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O Rédito da Empresa corresponde, maioritariamente, à bilheteira obtida das entradas de visitantes no Oceanário e nas exposições temáticas e às rendas obtidas pela cedência do espaço de loja e restauração no edifício de apoio ao Oceanário. O Rédito da bilheteira é reconhecido na data em que se realiza a visita e o rédito da cedência do espaço é reconhecido ao longo do período de contrato.

3.23 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos aos acionistas da Empresa é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

Na distribuição de dividendos a Empresa tem em consideração as disposições previstas no Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente i) impossibilidade de distribuir lucros do exercício que sejam necessários para cobrir prejuízos transitados ou para formar ou reconstituir reservas impostas pela lei ou pelo contrato de sociedade; ii) impossibilidade de distribuição de reservas cuja constituição seja obrigatória ao abrigo do contrato de sociedade, lei ou contrato de concessão; iii) impossibilidade de distribuir os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, exceto quando os

elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou, também quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

3.24 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes referem-se ao tratamento contabilístico a ser dado a eventos ocorridos após a data de relato, e antes da data de emissão das demonstrações financeiras.

Eventos que ocorreram após a data de relato, e antes da emissão das demonstrações financeiras, que fornecem informações adicionais, ou confirmam situações pendentes na data de relato são ajustados neste conjunto de demonstrações financeiras.
Eventos que ocorreram após a data de relato e antes da emissão destas demonstrações financeiras, que não estão relacionadas com situações que existiam à data de relato, não dão origem a ajustamentos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados, se considerados materiais.

4 POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Entidade são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 FATORES DO RISCO FINANCEIRO

As atividades da Empresa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão de risco da Empresa é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido por escrito os principais princípios de gestão de risco globais, e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco de crédito.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e as políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

I) RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

A atividade operacional da Entidade é desenvolvida essencialmente em Portugal e consequentemente a grande maioria das suas transações são efetuadas na moeda do país, o Euro, o que reduz substancialmente o risco de câmbio.

II) RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito da Entidade resulta essencialmente i) do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e ii) do risco de recuperação dos créditos de entidades terceiras. Estando modelo de negócio da Empresa assente no recebimento dos bilhetes no ato da venda, A Empresa tem alguns saldos a cobrar de operadores/ intermediários que incluem no seu pacote de oferta a clientes, bilhetes para visitar o Oceanário e exposições temátricas O acompanhamento do risco de crédito é efetuado através da avaliação de risco efetuada antes da aplicação e pela sua evolução.

A qualidade de crédito das instituições financeiras, quanto aos depósitos bancários da Empresa, classificados como “Caixa e Equivalentes de Caixa” e “Outros ativos financeiros”, é a seguinte:

	31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
DEPÓSITOS BANCÁRIOS		
AA+		
AA-		
A	2.841.367,33	
A-		4.793.251,95
Outros sem rating	41.530,80	57.813,59
Depósitos bancários (caixa e equivalentes)	2.882.898,13	4.851.065,54

	31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS		
AA		
AA-		
A+		
A		
A-		
Outros sem rating	2.913.826,07	2.551.121,59
Outros ativos financeiros	**2.913.826,07**	**2.551.121,59**

(Fonte: Standard & Poor's)

Regra geral os clientes e outras contas a receber da Empresa não têm rating de crédito atribuído.

III) RISCO DE LIQUIDEZ

As necessidades de tesouraria são geridas pelo departamento financeiro da Empresa. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas por linhas de crédito contratadas mas não utilizadas.

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como por exemplo os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso da dívida.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Empresa por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual, à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela são cash-flows contratuais não descontados incluindo os juros vincendos:

	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
31 DEZEMBRO 2018			
Financiamentos obtidos:			
- empréstimos bancários	1.022.212,33	3.333.336,00	3.333.328,00
- descobertos bancários			
- outros financiamentos			
Fornecedores e outras contas a pagar	5.591.417,54	5.687.520,60	39.075.123,65
	6.613.629,87	**9.020.856,60**	**42.408.451,65**

	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
31 DEZEMBRO 2017			
Financiamentos obtidos:			
- empréstimos bancários	1.039.945,03	4.153.157,43	4.647.065,44
- descobertos bancários			
- outros financiamentos			
Fornecedores e Outras contas a pagar	5.404.626,60	5.719.956,07	42.358.437,00
	6.444.571,63	**9.873.113,49**	**47.005.502,44**

IV) RISCO DE TAXA DE JURO

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem impacto no serviço da dívida contratada. Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro variáveis.

Análise de sensibilidade dos gastos financeiros a variações na taxa de juro:

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base na nos financiamentos obtidos da Empresa, com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017.

31 de dezembro de 2018:

Tendo por referência a dívida referente aos financiamentos obtidos da Entidade em 31 de dezembro de 2018, um acréscimo de 0,1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos gastos financeiros líquidos anuais de 37.003,01 euros.

31 de dezembro de 2017:

Tendo por referência a dívida referente aos financiamentos obtidos da Entidade em 31 de dezembro de 2017, um acréscimo de 0,1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos gastos financeiros líquidos anuais de 45.514,40 euros.

4.2 GESTÃO DO RISCO DE CAPITAL

O objetivo da Entidade em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital otimizada, através da utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento em subsidiárias.

Em 2018, a estratégia da Entidade foi manter aproximadamente um gearing entre 34% e 32%. Os rácios de *gearing* em 31 de dezembro de 2018 e 2017 eram os seguintes:

	31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
Empréstimos totais (Nota 19)	7.464.989,42	8.290.669,58
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 16)	2.882.898,13	4.851.065,54
Dívida líquida	4.582.091,29	3.439.604,04
Capitais próprios	9.059.524,78	7.180.634,96
Capital Total	**13.641.616,07**	**10.620.239,00**
Gearing	**34%**	**32%**

5. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Entidade são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

JULGAMENTOS

5.1 CLASSIFICAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

Tal como referido na Nota 1, a Empresa tem atribuído um Contrato de concessão de serviço público para a exploração e administração do "Oceanário de Lisboa". No âmbito da aplicação das IFRS, existe uma interpretação, a IFRIC 12 – 'Contratos de concessão de serviço', que determina a contabilização dos investimentos efetuados e responsabilidades assumidas no âmbito da concessão quando determinadas condições estão cumpridas cumulativamente:

a) o contrato tem por objeto a prestação de um serviço público;
b) o concedente controla ou regula quais os serviços a prestar, a quem são prestados e porque preço; e
c) o concedente controla qualquer interesse residual significativo na infraestrutura.

Da avaliação efetuada pela gestão conclui-se que: i) apesar do contrato ser denominado como serviço público, a exploração do "Oceanário de Lisboa" constitui uma atividade lúdica não correspondendo à prestação de um serviço essencial à subsistência dos cidadãos nas condições sociais existentes, tal como previsto na IFRIC 12. Para além disso também se verifica que o Estado Português não exerce qualquer controlo direto ou indireto sobre os preços praticados pela Empresa.

Desta forma a gestão conclui que os princípios subjacentes à aplicação da IFRIC 12 não se aplica ao contrato de concessão negociado com o Estado Português.

5.2 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS ASSUMIDAS

No âmbito do contrato de concessão de serviço público para a exploração e administração do "Oceanário de Lisboa" é atribuída à Empresa a responsabilidade pela "realização de todos os investimentos de substituição dos bens afetos à concessão que sejam necessários ou convenientes de acordo com a vida útil destes mesmos bens, as boas práticas e o cumprimento dos padrões de desempenho, de qualidade e de segurança exigidos nos termos do contrato de concessão".

A gestão efetuou a sua avaliação sobre se estas condições contratuais constituem uma obrigação contratual a registar no inicio do contrato de concessão como uma provisão por contrapartida do ativo intangível e concluiu que contrato de concessão de exploração e administração, não cumpre com as

condições para o classificar como um contrato de serviço de concessão no âmbito da IFRIC 12 - Acordos de concessão de serviços, e consequentemente o tratamento contabilístico que lhe está subjacente, nomeadamente pelos seguintes motivos:

I) O Oceanário de Lisboa tem a liberdade de fixar os preços do serviço que presta e o preço que pratica incluí a recuperação do investimento efetuado em bens de substituição;
II) a responsabilidade de substituição de bens da concessão não ocorre apenas no final do contrato mas ao longo da concessão e sempre que seja necessário manter/repor a qualidade e a segurança do serviço prestar; e
III) O Oceanário de Lisboa tem direito a receber o Valor Liquido Contabilístico que estes ativos tiverem no final da concessão

5.3 CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS - PEIXES/ANIMAIS

No âmbito do contrato de concessão, foi concedido à Empresa, para a prestação do serviço público, o acesso a determinados animais nos termos do capítulo IV do contrato da concessão, os quais constituem ativos do Concedente.

Relativamente aos animais adquiridos pela Empresa após a data de concessão, verificando-se não ser o objetivo da Empresa a produção de animais e algas para a posterior venda, mas sim a sua exposição nos aquários e nas exposições permanentes, a gestão considera que estes não devem ser classificados como ativos biológicos, mas sim como ativos fixos tangíveis nos casos em que se considere que a respetiva vida útil é superior a 12 meses.

Atendendo à materialidade dos montantes envolvidos, dimensão física dos animais, tipo de espécie e respetiva longevidade média determinada pelos biólogos da Empresa, tendo por base as condições dos aquários, da longevidade média das espécies, e o histórico existente desde 1998, a gestão decidiu registar os montantes despendidos como gastos do período.

5.4 EXERCÍCIO DE INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA

A Empresa detém um interesse na Telecabine de Lisboa, Lda. A Empresa exerce influência significativa sobre esta entidade, dado que a sua participação de 30 % lhe permite nomear um gerente.

ESTIMATIVAS

5.5 ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/ amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

5.6 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

As revisões de declarações fiscais efetuadas pela Autoridade Tributária podem levar ao reconhecimento de passivos respeitantes a pagamentos adicionais de impostos, incluindo juros e outras penalidades. Tais revisões podem implicar impactos ao nível do imposto sobre o rendimento, e provisões para impostos, nos períodos contabilísticos em que as mesmas ocorrem.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para todos os prejuízos recuperáveis, na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário ter em conta os seguintes fatores, por parte da Administração, para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis; e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro definidas pelo Concelho de Administração

6. ATIVOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registados nas rubricas dos ativos tangíveis foram como segue:

	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS EM CURSO	TOTAL
1 JANEIRO 2018							
Custo de aquisição	3.773.305,35	3.338.665,11	105.985,62	760.330,86	469.413,32	508.137,89	8.955.838,15
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(1.775.719,93)	(2.455.949,37)	(81.828,79)	(582.021,45)	(355.016,18)	-	(5.250.535,72)
Valor líquido	**1.997.585,42**	**882.715,74**	**24.156,83**	**178.309,41**	**114.397,14**	**508.137,89**	**3.705.302,43**
MOVIMENTO 2018							
Adições	1.700.119,73	141.924,32	51.529,60	455.667,95	133.588,78	2.509.482,81	4.992.313,19
Alienações	-	-	-	(6.348,60)	-	-	(6.348,60)
Transferências e abates	1.653.878,24	213.849,00	-	(6.344,98)	(64.233,87)	(1.881.025,49)	(83.877,10)
Imparidade - exercício	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	(475.319,50)	(186.627,30)	(13.785,70)	(95.546,85)	(38.117,12)	-	(809.396,47)
Depreciação - alienações	-	-	-	952,29	-	-	952,29
Depreciação- transf. e abates	-	427,90	-	6.323,56	64.248,46	-	70.999,92
Valor líquido	**4.876.263,89**	**1.052.289,66**	**61.900,73**	**533.012,78**	**209.883,39**	**1.136.595,21**	**7.869.945,67**
31 DEZEMBRO 2018							
Custo de aquisição	7.127.303,32	3.694.438,43	157.515,22	1.203.305,23	538.768,23	1.136.595,21	13.857.925,64
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(2.251.039,43)	(2.642.148,77)	(95.614,49)	(670.292,45)	(328.884,84)	-	(5.987.979,98)
Valor líquido	**4.876.263,89**	**1.052.289,66**	**61.900,73**	**533.012,78**	**209.883,39**	**1.136.595,21**	**7.869.945,67**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registados nas rubricas dos ativos tangíveis foram como segue:

	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS EM CURSO	TOTAL
1 JANEIRO 2017							
Custo de aquisição	2.927.967,07	3.071.957,13	118.987,35	694.927,77	421.789,82	46.364,44	7.281.993,58
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(1.477.685,81)	(2.052.690,49)	(98.019,46)	(513.804,89)	(332.967,92)	-	(4.475.168,57)
Valor líquido	**1.450.281,26**	**1.019.266,64**	**20.967,89**	**181.122,88**	**88.821,90**	**46.364,44**	**2.806.825,01**
MOVIMENTO 2017							
Adições	845.338,28	182.399,57	25.771,85	74.342,69	48.605,12	552.525,36	1.728.982,87
Alienações	-	-	(38.773,58)	-	-	-	(38.773,58)
Transferências e abates		84.308,41		(8.939,60)	(981,62)	(90.751,91)	(16.364,72)
Imparidade - exercício							-
Depreciação - exercício	(298.034,12)	(406.438,80)	(17.772,56)	(78.217,54)	(23.029,88)	-	(823.492,90)
Depreciação - alienações							-
Depreciação- transf. e abates	-	3.179,92	33.963,23	10.000,98	981,62	-	48.125,75
Valor líquido	**1.997.585,42**	**882.715,74**	**24.156,83**	**178.309,41**	**114.397,14**	**508.137,89**	**3.705.302,43**
31 DEZEMBRO 2017							
Custo de aquisição	3.773.305,35	3.338.665,11	105.985,62	760.330,86	469.413,32	508.137,89	8.955.838,15
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(1.775.719,93)	(2.455.949,37)	(81.828,79)	(582.021,45)	(355.016,18)	-	(5.250.535,72)
Valor líquido	**1.997.585,42**	**882.715,74**	**24.156,83**	**178.309,41**	**114.397,14**	**508.137,89**	**3.705.302,43**

Os ativos tangíveis compreendem as obras nos edifícios, o equipamento básico necessário ao funcionamento do oceanário e edifício do mar, o equipamento administrativo e de transporte.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Ativos em curso" referem-se ao seguinte:

2018

| Infraestrutura para a exposição temporária "Mar Português" a inaugurar em 2020.

2017

| Execução de fachada de vidro agrafado, para fecho do átrio do edifício de apoio no valor de 243.951 euros; e

| Empreitada de construção civil e especialidades do projeto de fecho do átrio no valor de 96.881 euros.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Gastos/(reversões) de depreciações e amortizações" da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral pela sua totalidade.

No exercício de 2018 e 2017 ocorreram abates de equipamentos do ativo fixo tangível no montante de 83.877,10 euros e de 16.364,72 euros, respetivamente, referentes a diversos bens que se encontravam em mau estado de conservação e sem possibilidade de utilização. Em resultado deste abate, foi registada uma perda no montante de 12.877,18 euros e de 2.202,20 euros, respetivamente, referente aos bens que não estavam totalmente depreciados.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

A evolução registada na rubrica de ativos intangíveis para os períodos apresentados é como segue:

	PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS COMPUTADOR	DIREITOS DE CONCESSÃO	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
A 1 JANEIRO 2018						
Custo de aquisição	145.964,08	147.537,30	29.803.619,41	10.151.379,76	40.038,61	40.288.539,16
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(145.964,08)	(142.213,00)	(2.483.634,95)	(997.330,67)	-	(3.769.142,70)
Valor líquido	**-**	**5.324,30**	**27.319.984,46**	**9.154.049,09**	**40.038,61**	**36.519.396,46**
Adições	-	24.684,13	-	24.217,43	39.200,00	88.101,56
Transferências e abates	-	35.720,71	-	23.517,90	(59.238,61)	-
Imparidade - exercício	-	-	-	-	-	-
Amortização - exercício	-	(17.126,47)	(993.453,98)	(348.146,77)	-	(1.358.727,22)
Valor líquido	**-**	**48.602,67**	**26.326.530,48**	**8.853.637,65**	**20.000,00**	**35.248.770,80**
31 DEZEMBRO 2018						
Custo de aquisição	145.964,08	207.942,14	29.803.619,41	10.199.115,09	20.000,00	40.376.640,72
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(145.964,08)	(159.339,47)	(3.477.088,93)	(1.345.477,44)	-	(5.127.869,92)
Valor líquido	**-**	**48.602,67**	**26.326.530,48**	**8.853.637,65**	**20.000,00**	**35.248.770,80**

	PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS COMPUTADOR	DIREITOS DE CONCESSÃO	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
A 1 JANEIRO 2017						
Custo de aquisição	145.964,08	145.759,30	29.803.619,41	10.139.941,01	36.338,61	40.271.622,41
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	[145.964,08]	[118.187,98]	[1.490.180,97]	[659.361,11]	-	[2.413.694,14]
Valor líquido	**-**	**27.571,32**	**28.313.438,44**	**9.480.579,90**	**36.338,61**	**37.857.928,27**
Adições	-	1.778,00	-	11.438,75	3.700,00	16.916,75
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-
Imparidade - exercício	-	-	-	-	-	-
Amortização - exercício	-	[24.025,02]	[993.453,98]	[337.969,56]	-	[1.355.448,56]
Valor líquido	**-**	**5.324,30**	**27.319.984,46**	**9.154.049,09**	**40.038,61**	**36.519.396,46**
31 DEZEMBRO 2017						
Custo de aquisição	145.964,08	147.537,30	29.803.619,41	10.151.379,76	40.038,61	40.288.539,16
Imparidade acumulada	-	-	-		-	-
Amortizações acumuladas	[145.964,08]	[142.213,00]	[2.483.634,95]	[997.330,67]	-	[3.769.142,70]
Valor líquido	**-**	**5.324,30**	**27.319.984,46**	**9.154.049,09**	**40.038,61**	**36.519.396,46**

I) Direito de concessão – o valor registado nesta rubrica refere-se ao valor presente do preço de aquisição que a Empresa se comprometeu a pagar ao Estado Português, na sequência da celebração do contrato de concessão. Este valor foi reexpresso com referência a junho de 2015, de forma a incorporar a responsabilidade assumida pelo pagamento de uma renda fixa atualizada pelo IPC ao concedente durante um período de 30 anos.

II) Ativos intangíveis em curso – referem-se essencialmente ao projeto de arquitetura de 20.000 euros relativo ao Projeto de Expansão do Oceanário de Lisboa, em 2018 e a um "Upgrade do Sistema de gestão técnica" no montante de 35.721 euros em 2017.

8. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

O detalhe dos movimentos registados em 2018 e 2017, relativamente aos investimentos em associadas, é como segue:

	2018	2017
1 JANEIRO	**893.378,65**	**861.886,75**
Aquisições		
Ganhos / (Perdas) por equivalência patrimonial	-	-
Conversão de financiamentos em instrumentos de capital próprio	265.065,82	256.312,54
Distribuição de Dividendos	(261.226,09)	(224.820,64)
31 DEZEMBRO	**897.218,38**	**893.378,65**

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os investimentos em associadas referem-se ao investimento na Telecabine de Lisboa, Lda., conforme segue:

				31 DEZ 2018				
Designação	**Atividade**	**País de domicílio e principal localização de negócio**	**% detida**	**Participação financeira**	**Perda imparidade**	**Prestações suplementares/ acessórias**	**Total investimento**	**Goodwill incluído**
Telecabine	49310	Passeio das Tágides, Estação Norte 1990-280 Lisboa	30%	897.218,38			897.218,38	291.698,38
				897.218,38	**-**	**-**	**897.218,38**	**291.698,38**

				31 DEZ 2017				
Designação	**Atividade**	**País de domicílio e principal localização de negócio**	**% detida**	**Participação financeira**	**Perda imparidade**	**Prestações suplementares/ acessórias**	**Total investimento**	**Goodwill incluído**
Telecabine	49310	Passeio das Tágides, Estação Norte 1990-280 Lisboa	30%	893.378,65			893.378,65	291.698,38
				893.378,65	**-**	**-**	**893.378,65**	**291.698,38**

Os ativos e passivos, os rendimentos e gastos gerados no exercício, conforme reconhecidos nas demonstrações financeiras da Telecabine, são como segue:

	31 MAR 2018	31 MAR 2017
	TELECABINE	TELECABINE
Ativos		
Não correntes	195.328,21	292.401,66
Correntes	2.098.574,33	1.829.233,79
	2.293.902,54	**2.121.635,45**
Passivos		
Não correntes		
Correntes	223.148,92	172.233,33
	223.148,92	**172.233,33**
Capital Próprio	2.070.753,62	1.949.402,12
	2.070.753,62	**1.949.402,12**

	2018	2017
	TELECABINE	TELECABINE
Atividade no ano	**ABR-DEZ**	**ABR-NOV**
Rendimentos	2.040.838,69	1.887.246,00
Gastos	(995.200,87)	(847.761,00)
Imposto s/ rendimento	(235.268,51)	(233.884,09)
Resultado líquido	**810.369,31**	**805.600,92**
Outros rendimentos integrais	-	-
Rendimentos integrais totais	**810.369,31**	**805.600,92**

A reconciliação da informação financeira selecionada com o valor contabilístico dos investimentos em associadas é como segue:

	2018	2017
	TELECABINE	TELECABINE
Ativos líquidos a 1 de janeiro	1.200.000,00	1.200.000,00
Resultado líquido	810.369,31	805.600,92
Ativos líquidos a 31 de dezembro	**2.010.369,31**	**2.005.600,92**
% participação	30,00%	30,00%
Participação financeira nas associadas	603.110,79	601.680,27
Goodwill	291.698,38	291.698,38
Outros ajustamentos	2.409,21	-
Valor líquido apurado	**897.218,38**	**893.378,65**
Valor líquido contabilístico*	**897.218,38**	**893.378,65**
Diferenças de reconciliação	-	-

A atividade do ano refere-se ao período de abril a dezembro da Telecabine, no entanto os proveitos reconhecidos na Entidade são alusivos ao período de janeiro a dezembro.

9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

As categorias de ativos e passivos financeiros definidas de acordo com as categorias da IAS 39 foram alocadas da seguinte forma:

31 DEZ 2018	CUSTO AMORTIZADO	ATIVOS/ PASSIVOS AO JUSTO VALOR POR VIA RESULTADOS	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADO INTEGRAL	TOTAL
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	2.882.898,13	-	-	-	2.882.898,13
Clientes	320.872,60	-	-	-	320.872,60
Outras contas a receber	2.592.953,47	-	-	-	2.592.953,47
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	5.994,23	-	-	5.994,23
Total ativos financeiros	**5.796.724,20**	**5.994,23**	**-**	**-**	**5.802.718,43**
Passivos					
Financiamentos obtidos	-	-	7.464.989,42	-	7.464.989,42
Fornecedores	-	-	1.806.276,63	-	1.806.276,63
Outras contas a pagar	-	-	31.555.093,07	-	31.555.093,07
Total passivos financeiros	**-**	**-**	**40.826.359,12**	**-**	**40.826.359,12**

31 DEZ 2017	CUSTO AMORTIZADO	ATIVOS/ PASSIVOS AO JUSTO VALOR POR VIA RESULTADOS	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADO INTEGRAL	TOTAL
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4.851.065,54	-	-	-	4.851.065,54
Clientes	250.468,23	-	-	-	250.468,23
Outras contas a receber	2.300.653,36	-	-	-	2.300.653,36
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3.188,86	-	-	3.188,86
Total ativos financeiros	**7.402.187,13**	**3.188,86**	**-**	**-**	**7.405.375,99**
Passivos					
Financiamentos obtidos	-	-	8.290.669,58	-	8.290.669,58
Fornecedores	-	-	938.403,83	-	938.403,83
Outras contas a pagar	-	-	32.354.819,81	-	32.354.819,81
Total passivos financeiros	**-**	**-**	**41.583.893,22**	**-**	**41.583.893,22**

10. JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

31 DEZEMBRO 2018	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
Ativos financeiros				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	5.994,23			5.994,23
	5.994,23	**-**	**-**	**5.994,23**

31 DEZEMBRO 2017	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
Ativos financeiros				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3.188,86			3.188,86
	3.188,86	**-**	**-**	**3.188,86**

Estes montantes, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, referem-se aos valores pagos para o fundo de compensação do trabalho (FCT) ao abrigo da Lei 70/2013 de 30 de agosto.

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica de Outros contas a receber, é como se segue:

	31 DEZ 2018			31 DEZ 2017		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Acréscimos de rendimentos i)	69.330,38		69.330,38	27.552,50		27.552,50
Estado e outros entes públicos ii)	114.342,66		114.342,66	5.870,84		5.870,84
Diferimentos ativos iii)	45.732,22	28.889,33	74.621,55	23.364,14	28.889,33	52.253,47
Outros devedores iv)	51.799,36	2.100.000,00	2.151.799,36	2.136.707,05		2.136.707,05
Adiantamento a fornecedores	182.859,52		182.859,52	78.269,50		78.269,50
Pessoal						
	464.064,14	**2.128.889,33**	**2.592.953,47**	**2.271.764,03**	**28.889,33**	**2.300.653,36**
Imparidade	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	**464.064,14**	**2.128.889,33**	**2.592.953,47**	**2.271.764,03**	**28.889,33**	**2.300.653,36**

I) Acréscimos de rendimentos – o detalhe desta sub-rubrica é como segue:

	31 DEZ 2018			31 DEZ 2017		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Juros a Receber	12.104,19	-	12.104,19	18.812,50	-	18.812,50
Outros Rendimentos	57.226,19	-	57.226,19	8.740,00	-	8.740,00
Acréscimos de rendimentos	**69.330,38**	**-**	**69.330,38**	**27.552,50**	**-**	**27.552,50**

II) Estado e outros entes públicos – nesta rubrica são registados os saldos de tributos a receber / a recuperar junto do Estado. O detalhe desta sub-rubrica é como se segue:

	31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
IVA	114.342,66	5.870,84
Outros impostos	-	-
	114.342,66	**5.870,84**

III) Diferimentos ativos – a decomposição dos diferimentos ativos a 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

	31 DEZ 2018			31 DEZ 2017		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Gastos com fornecimentos e serviços externos	25.363,54	28.889,33	54.252,87	21.036,50	28.889,33	49.925,83
Gastos com o Pessoal	1.854,05	-	1.854,05	0,01	-	0,01
Outros gastos	18.514,63	-	18.514,63	2.327,63	-	2.327,63
Diferimentos ativos	**45.732,22**	**28.889,33**	**74.621,55**	**23.364,14**	**28.889,33**	**52.253,47**

IV) Outros devedores – a decomposição dos outros devedores a 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

	31 DEZ 2018			31 DEZ 2017		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Outros devedores - grupo	17.646,77	2.100.000,00	2.117.646,77	2.102.348,84	-	2.102.348,84
Outros devedores - não grupo	34.152,59	-	34.152,59	34.358,21	-	34.358,21
Outros devedores	**51.799,36**	**2.100.000,00**	**2.151.799,36**	**2.136.707,05**	**-**	**2.136.707,05**

O montante de 2.100.000 euros de outros devedores – grupo, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 refere-se a um empréstimo concedido à acionista Fundação Oceano Azul, no valor de 2.100.000 euros, o qual vence juros à taxa Euribor 12M + 1,25% e tem uma maturidade de 2 anos. O empréstimo inicialmente concedido tinha maturidade de 2 anos com vencimento em janeiro de 2018 e nesta data foi prorrogado por mais 2 anos.

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, não estavam reconhecidas quaisquer perdas por imparidade sobre os saldos a receber de terceiros.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

12. INVENTÁRIOS

O detalhe de inventários, à data de 31 de Dezembro de 2018 e 2017, é o seguinte:

	31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
Mercadorias	250.673,72	185.428,74
Imparidade de inventários	-	-
Total inventários	**250.673,72**	**185.428,74**

As mercadorias detidas pela Empresa referem-se a artigos para venda na loja do Oceanário de Lisboa.

O custo dos inventários reconhecidos em resultados do exercício em 2018 e 2017, incluídos na linha "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas", ascendeu a 662.140,86 euros e a 367.377,04 euros respetivamente.

13. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados da Empresa correspondem às contribuições efetuadas para o Fundo de Compensação de Trabalho ("FCT").

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor posteriores registadas em resultados do exercício.

Os movimentos registados na rubrica de ativos financeiros ao justo valor através de resultados apresentados como segue:

	2018	2017
A 1 de janeiro	**3.188,86**	**1.379,48**
Dotações	2.625,34	1.809,38
Variações de justo valor	180,03	-
Utilizações	-	-
A 31 de dezembro	**5.994,23**	**3.188,86**

14. CLIENTES

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	31 DEZ 2018			31 DEZ 2017		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Clientes - Grupo	24.205,55	-	24.205,55	-	-	-
Clientes - Não-grupo	296.667,05	-	296.667,05	250.468,23	-	250.468,23
Clientes de cobrança duvidosa	31.864,25	-	31.864,25	31.864,25	-	31.864,25
	352.736,85	**-**	**352.736,85**	**282.332,48**	**-**	**282.332,48**
Imparidade Clientes	(31.864,25)	-	(31.864,25)	(31.864,25)	-	(31.864,25)
Total Clientes	**320.872,60**	**-**	**320.872,60**	**250.468,23**	**-**	**250.468,23**

A variação da rubrica de perdas de imparidade durante os períodos de 2018 e 2017 é como segue:

	2018	2017
A 1 de janeiro	**(31.864,25)**	**(31.864,25)**
Aumentos	-	-
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de dezembro	**(31.864,25)**	**(31.864,25)**

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade para os períodos apresentados é a seguinte:

	2018	2017
não vencidos	-	-
de 6 a 12 meses	-	-
de 12 a 18 meses	-	-
de 18 a 24 meses	-	-
superior a 24 meses	31.864,25	31.677,25
Total	**31.864,25**	**31.864,25**

A antiguidade dos saldos vencidos sem imparidade para os períodos apresentados é a seguinte:

	2018	2017
não vencidos	320.459,10	29.538,67
de 6 a 12 meses	413,50	210.566,14
de 12 a 18 meses	-	10.363,42
de 18 a 24 meses	-	-
superior a 24 meses	-	-
Total	**320.872,60**	**250.468,23**

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO A RECEBER/ A PAGAR

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos referentes a imposto sobre o rendimento corrente são como segue:

	31 DEZ 2018		31 DEZ 2017	
	DEVEDOR	CREDOR	DEVEDOR	CREDOR
Imposto s/ rendimento - IRC	-	183.443,10	55.645,91	-
	-	**183.443,10**	**55.645,91**	**-**

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2018	2017
Imposto Corrente		
Pagamentos por conta	361.902,00	491.952,00
Retenções na fonte	43.212,51	76.629,20
Estimativa de IRC	(588.557,61)	(512.935,29)
Total	**(183.443,10)**	**55.645,91**

16. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
Caixa	41.530,80	57.813,59
Depósitos bancários	2.841.367,33	4.793.251,95
Caixa e equivalentes de caixa	**2.882.898,13**	**4.851.065,54**

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
Caixa	41.530,80	57.813,59
Depósitos bancários	2.841.367,33	4.793.251,95
Caixa e equivalentes de caixa (Ativo)	**2.882.898,13**	**4.851.065,54**
Descobertos bancários	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (Passivo)	**-**	**-**
	2.882.898,13	**4.851.065,54**

17. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 200.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	NÚMERO DE AÇÕES	CAPITAL SOCIAL
Capital Social	200.000,00	1.000.000,00
	200.000,00	**1.000.000,00**

O Capital da Oceanário de Lisboa, SA é detido na totalidade pela Fundação Oceano Azul.

18. RESERVAS LEGAIS

De acordo com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social. A reserva legal não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do Código das Sociedades Comerciais). A reserva legal da Empresa encontra-se totalmente constituída.

19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

A classificação dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	31 DEZ 2018			31 DEZ 2017		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Empréstimos bancários i) Santander Totta	826.374,36	6.638.615,06	7.464.989,42	825.679,49	7.464.990,09	8.290.669,58
	826.374,36	**6.638.615,06**	**7.464.989,42**	**825.679,49**	**7.464.990,09**	**8.290.669,58**

I) O empréstimo bancário foi contraído junto do SantanderTotta, a 28 de setembro de 2015, no montante inicial de 10.000.000 euros, com o prazo de 12 anos, vencendo juros às taxas de Euribor 6M e spread 2,75%, necessário para o cumprimento do pagamento inicial, contrapartida financeira prevista no contrato de concessão celebrado com o Estado Português

Adicionalmente a Empresa contraiu um financiamento a curto prazo no montante de 3.000.000 euros, o qual ainda não foi utilizado.

EMPRÉSTIMOS

As maturidades dos financiamentos da Empresa são como segue:

	2018	2017
Até 1 ano	826.374,36	825.679,49
Entre 2 e 5 anos	3.312.836,82	3.356.818,88
Superior a 5 anos	3.325.778,24	4.108.171,21
	7.464.989,42	**8.290.669,58**

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	31 DEZ 2018			31 DEZ 2017		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Fornecedores de investimentos i)	706.395,70	28.647.681,83	29.354.077,53	818.586,66	28.993.216,07	29.811.802,73
Acréscimos de gastos ii)	2.014.334,72	-	2.014.334,72	2.250.694,51	-	2.250.694,51
Estado e outros entes públicos iii)	120.878,82	-	120.878,82	241.383,61	-	241.383,61
Adiantamento de Clientes	8.157,96	-	8.157,96	1.038,32	-	1.038,32
Diferimentos passivos iv)	7.116,43	-	7.116,43	20.794,20	-	20.794,20
Outras operações com o pessoal	12,48	-	12,48	30,50	-	30,50
Outros credores	50.515,13	-	50.515,13	29.075,94	-	29.075,94
Outras dívidas a pagar	**2.907.411,24**	**28.647.681,83**	**31.555.093,07**	**3.361.603,74**	**28.993.216,07**	**32.354.819,81**

I) Fornecedores de investimentos – o saldo desta rubrica inclui o passivo financeiro associado à obrigação contratual de efetuar o pagamento de uma renda fixa atualizada pela inflação durante os 30 anos do contrato de concessão. O valor registado corresponde ao valor descontado das rendas a pagar considerando uma taxa de juro incremental que a Empresa obteria num financiamento para o mesmo prazo, valor e colateral.

Os movimentos registados nos exercícios de 2018 e 2017 relativamente à mensuração do direito da concessão registados como ativo intangível é como segue:

	VALOR
Saldo a 01/01/2017	**29.509.884,88**
Juro do período	1.051.556,12
Reembolso	(1.321.782,09)
Atualização por inflação	2.936,70
Saldo a 31/12/2017	**29.242.595,61**
Juro do período	1.104.619,03
Reembolso	(1.353.998,57)
Atualização por inflação	18.713,29
Saldo a 31/12/2018	**29.011.929,36**

II) Acréscimos de gastos – o detalhe desta sub-rubrica é como segue:

	31 DEZ 2018			31 DEZ 2017		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Gastos com o pessoal	714.853,42	-	714.853,42	582.298,77	-	582.298,77
Gastos fornecimentos e serviços externos	1.267.482,76	-	1.267.482,76	1.617.400,36	-	1.617.400,36
Outros gastos	31.998,54	-	31.998,54	50.995,38	-	50.995,38
Acréscimos de gastos	**2.014.334,72**	**-**	**2.014.334,72**	**2.250.694,51**	**-**	**2.250.694,51**

III) Estado e outros entes públicos – a decomposição da rubrica do Estado e outros entes públicos a 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

	31 DEZ 2018		31 DEZ 2017	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Retenções imposto sobre o rendimento	35.320,80	-	26.555,25	-
IVA	37.762,23	-	174.357,50	-
Contribuições para a segurança social	47.795,79	-	40.470,86	-
	120.878,82	**-**	**241.383,61**	**-**

IV) Diferimentos passivos – a decomposição dos diferimentos passivos a 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

	31 DEZ 2018			31 DEZ 2017		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Outros rendimentos a reconhecer	7.116,43	-	7.116,43	20.794,20	-	20.794,20
Diferimentos passivos	**7.116,43**	**-**	**7.116,43**	**20.794,20**	**-**	**20.794,20**

Os valores reconhecidos como rendimentos a reconhecer referem-se a serviços faturados e ainda não prestados. De acordo com a nova IFRS 15, a 31 de dezembro de 2018, as vendas antecipadas perfazem o montante de 6.516,42 euros.

21. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe da rubrica de Fornecedores é como segue:

DESCRIÇÃO	2017	2017
Fornecedores - Não-grupo	1.806.276,63	938.403,83
Fornecedores - Grupo	-	-
Total saldo fornecedores	**1.806.276,63**	**938.403,83**

22. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O montante de vendas e prestação de serviços reconhecido na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em 2018 e 2017 é detalhado como segue:

	2018	2017
Vendas de Produtos		
Mercadorias	1.928.886,98	1.139.996,25
Sub-total	**1.928.886,98**	**1.139.996,25**
Prestação de Serviços		
Bilheteira	15.928.284,75	14.902.514,98
Patrocínios	115.000,00	187.439,02
Arrendamentos / Concessões	257.381,54	541.507,70
Aluguer de espaços	84.618,02	60.015,34
ACE / Sieocean	29.400,00	29.400,00
Outras prestações de serviços	70,00	3.196,96
Sub-total	**16.414.754,31**	**15.724.074,00**
Vendas e prestação de serviços	**18.343.641,29**	**16.864.070,25**

23. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em 2018 e 2017 é detalhado como segue:

	2018	2017
Existências iniciais	185.428,74	-
Compras	755.986,34	554.040,12
Regularização de existências	(28.600,50)	(1.234,34)
Existências finais	(250.673,72)	(185.428,74)
	662.140,86	**367.377,04**

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos incorridos nos exercícios de 2018 e 2017 é como segue:

	2018	2017
Trabalhos especializados	2.604.488,53	1.626.191,58
Publicidade e propaganda	528.239,68	541.507,13
Vigilância e segurança	392.040,90	317.231,88
Honorários	428.269,33	290.637,72
Comissões	131.853,87	109.650,62
Conservação e reparação	1.097.839,41	1.143.963,97
Materiais	52.206,88	45.186,29
Energia e fluídos	1.332.619,41	1.250.423,28
Deslocações, estadas e transportes	279.091,47	77.628,78
Rendas e alugueres	1.136.851,34	971.003,81
Comunicação	39.035,88	30.905,27
Seguros	64.387,75	61.716,80
Contencioso e notariado	792,50	105,00
Despesas de representação	46.250,18	51.240,31
Limpeza, higiene e conforto	351.062,07	287.429,31
Outros serviços	457.253,44	538.583,84
Fornecimentos e serviços externos	**8.942.282,64**	**7.343.405,59**

A rubrica de rendas e alugueres, a 31 de dezembro de 2018 e 2017 inclui o montante de 917.182,06 euros e 840.802,47 euros, respetivamente relativamente à contrapartida financeira variável de 5% sobre as receitas da concessão, nos termos do contrato.

25. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2018 e 2017, foram como segue:

	2018	2017
Remunerações		
Orgãos sociais	233.869,55	174.705,38
Pessoal	1.848.398,96	1.697.524,54
Sub-total	**2.082.268,51**	**1.872.229,92**
Outros encargos		
Indeminizações	83.778,01	-
Encargos sobre remunerações	387.745,54	345.647,07
Seguros de acidentes de trabalho	24.878,65	16.876,96
Gastos de ação social	12.830,00	18.344,36
Outros	122.752,19	121.445,18
Sub-total	**631.984,39**	**502.313,57**
Gastos com o pessoal	**2.714.252,90**	**2.374.543,49**

O número médio de empregados da Empresa em 2018 foi de 68 (2017: 62).

No exercício de 2018, o aumento dos gastos com remunerações deveu-se essencialmente à contratação de novos colaboradores e aos aumentos de vencimentos.

A rubrica de gastos de ação social refere-se a cheques-creche atribuídos aos colaboradores neste exercício.

26. VARIAÇÕES DE JUSTO VALOR

A rubrica de variações de justo valor, no exercício de 2018 no montante de 180,03 euros refere-se à atualização da valorização do Fundo de compensação de Trabalho ("FCT") (nota 13).

27. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de Outros rendimentos em 2018 e 2017 pode ser apresentada como segue:

	2018	2017
Diferenças de câmbio favoráveis	4.533,84	2.464,65
Ganhos na alienação de ativos tangíveis	-	9.002,66
Descontos pronto pagamento obtidos	253,82	41,54
Correções de períodos anteriores	28.804,57	23.764,93
Outros não especificados	18.378,06	15.384,13
	51.970,29	**50.657,91**

28. OUTROS GASTOS

O detalhe da rubrica de Outros gastos em 2018 e 2017 é apresentado no quadro seguinte:

	2018	2017
Impostos	17.960,62	12.614,81
Abates de investimentos não financeiros	12.877,18	2.202,20
Donativos	281.956,48	244.768,27
Quotizações	26.031,42	24.333,28
Diferenças de câmbio desfavoráveis	12.410,62	3.604,97
Perdas em inventários	19.246,28	360,00
Outros não especificados	50.530,65	32.036,05
Perdas na alienação de ativos tangíveis	1.246,31	-
	422.259,56	**319.919,58**

29. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros em 2018 e 2017 é como segue:

	2018	2017
Gastos financeiros		
Juros suportados		
Empréstimos bancários	209.866,75	237.721,84
Outros gastos financeiros	1.104.619,08	1.051.556,12
	1.314.485,83	**1.289.277,96**

	2018	2017
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos		
Empréstimos a empresas do Grupo	26.877,11	36.225,00
	26.877,11	**36.225,00**

30. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento do exercício, reconhecido nos resultados de 2018 e 2017 é conforme segue:

	2018	2017
Imposto s/ rendimento corrente	585.299,24	558.569,71
Imposto s/ rendimento diferido	-	280.891,39
Imposto sobre o rendimento	**585.299,24**	**839.461,10**

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	2018	2017
Resultado antes de Imposto	2.464.189,06	3.333.800,58
Taxa de Imposto	21,0%	21,0%
	517.479,70	**700.098,12**
Gastos não dedutíveis	75.458,80	52.310,76
Mais/menos valias contabilisticas/fiscais	-	(123,00)
Anulação efeitos método equivalência patrimonial	(55.663,82)	(53.825,63)
Diferenças temporárias dedutíveis s/ imposto diferido	(1.656,75)	(1.656,75)
Benefícios fiscais	(16.419,81)	(11.795,28)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do justo valor	(37,81)	-
Variações patrimoniais positivas - transição IFRS	-	424.639,82
Variações patrimoniais negativas - transição IFRS	-	(663.503,00)
Tributação autónoma	18.337,44	16.303,24
Derrama	63.568,26	50.582,13
Insuficiência/excesso de estimativa IRC	(3.258,37)	45.634,42
Outros	(12.508,40)	(95,12)
	585.299,24	**558.569,71**
Imposto s/ rendimento corrente	585.299,24	558.569,71
Imposto s/ rendimento diferido	-	280.891,39
Imposto s/ rendimento	**585.299,24**	**839.461,10**
Taxa efetiva de imposto	**23,8%**	**25,2%**

A taxa de imposto utilizada na determinação do montante de imposto sobre o rendimento corrente é conforme segue:

	2018	2017
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual	3,00%	3,00%
	25,50%	**25,50%**

De acordo com a legislação, a taxa de derrama estadual é aplicável ao Lucro tributável acima de 1.500.000 euros.

31. COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pela Entidade, à data do relato financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são como segue:

31.1 OBRIGAÇÕES DA EMPRESA DECORRENTES DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA VARIÁVEL REFERENTE AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO OCEANÁRIO DE LISBOA

Na sequência da celebração do referido contrato de concessão adicionalmente ao pagamento do ativo intangível (ver notas 3.4 e 7), a Empresa assumiu a obrigação contratual de pagamento de uma contrapartida financeira variável calculada sobre 5% sobre as receitas da concessão, nomeadamente as receitas da bilheteira e outras atividades comerciais, comparticipações em taxas ou outros tributos que a Empresa tenha direito por lei e juros ou remunerações de capitais e de aplicações financeiras efetuadas pela mesma.

Pelo facto de o seu cálculo ser variável, esta obrigação não está registada nas demonstrações financeiras da Empresa.

31.2 COMPROMISSOS COM LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de dezembro de 2018 e 2017:

2017	< 1ANO	1 - 5 ANOS	> 5 ANOS
Viaturas	6.468,09	14.061,52	-
	6.468,09	**14.061,52**	-

2018	< 1ANO	1 - 5 ANOS	> 5 ANOS
Viaturas	15.225,15	8.242,96	-
	15.225,15	8.242,96	-

32. CONTINGÊNCIAS

32.1 PASSIVOS CONTINGENTES

A Entidade tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

BENEFICIÁRIO	OBJETO	INÍCIO	2018	2017
Estado Português	Contrato de Concessão	28-09-2015	2.000.000,00	2.000.000,00
			2.000.000,00	**2.000.000,00**

A Empresa prestou uma garantia bancária no montante de 2.000.000 euros ao Estado Português, para garantir o cumprimento exato e pontual das suas obrigações legais e contratuais, incluindo as relativas a penalidades contratuais, no âmbito do contrato de concessão celebrado com o Estado Português.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa não tinha quaisquer outros passivos contingentes para além dos apresentados no quadro acima.

32.2 GARANTIAS PRESTADAS POR TERCEIROS

A Entidade tem as seguintes garantias bancárias prestadas por terceiros, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2018	2017
Cerger	Obrigações Contratuais	08-02-2011	24.000,00	24.000,00
Engitetra	Obrigações Contratuais	31-01-2011	16.930,44 €	16.930,44
FCM	Obrigações Contratuais	12-02-2015	5.127,80	5.127,80
2GM	Obrigações Contratuais	23-09-2014	6.599,30	6.599,30
Prestibel	Obrigações Contratuais	09-11-2016	46.425,60	46.425,60
Saniambiente	Obrigações Contratuais	07-08-2012	29.773,58	29.773,58
Siemens	Obrigações Contratuais	16-01-2016	15.763,13	15.763,13
Sogefran	Obrigações Contratuais	17-12-2013	20.000,00	20.000,00
Solidecrew	Obrigações Contratuais	01-07-2012	64.750,95	64.750,95
			229.370,80	**229.370,80**

32.3 ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa não tinha quaisquer ativos contingentes.

33. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Empresa é controlada pela Fundação Oceano Azul, que detém 100% do capital da Entidade.

REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da Empresa ascenderam a 221.107,52 euros, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (31 de dezembro de 2017: 161.072,90 euros).

REMUNERAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

A remuneração auferida pelo Fiscal Único ascendeu a 12.200,03 euros, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (31 de dezembro de 2017: 12.800,48 euros).

TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas:

| Fundação Oceano Azul

Partes relacionadas por via de acionistas:

| Pingo Doce

| Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE

| Fundação Francisco Manuel dos Santos

| Unilever Fima

Associadas:

| Telecabine de Lisboa, Lda.

Outras entidades - Participação ACE:

| Sieocean

(b) transações e saldos pendentes

I) Acionistas

Vendas e compras de serviços

Durante o exercício, a Empresa efetuou as seguintes transações com a acionista:

RENDIMENTOS	2018	2017
Rendimentos financeiros		
Fundação Oceano Azul	26.877,11	36.225,00
	26.877,11	**36.225,00**

RENDIMENTOS	2018	2017
Serviços prestados/Outros rendimentos		
Fundação Oceano Azul	19.898,06	-
	19.898,06	**-**

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2018 e 2017, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

SALDOS DEVEDORES	2018	2017
Clientes		
Fundação Oceano Azul	24.205,55	-
Outros créditos a receber		
Fundação Oceano Azul	17.646,77	2.348,84
	41.852,32	**2.348,84**
Empréstimos concedidos		
Fundação Oceano Azul	2.100.000,00	2.100.000,00
	2.100.000,00	**2.100.000,00**
Juros a receber		
Fundação Oceano Azul	12.104,18	16.187,50
	12.104,18	**16.187,50**

II) Partes relacionadas por via dos acionistas

Vendas e compras de serviços

Durante o exercício, a Empresa efetuou as seguintes transações com as partes relacionadas por via dos acionistas:

RENDIMENTOS	2018	2017
Serviços prestados/Outros rendimentos		
Pingo Doce	115.000,00	183.523,74
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE	13.815,00	12.300,00
Fundação Francisco Manuel dos Santos	3.515,53	360,00
Unilever Fima	116.197,35	15.325,00
	248.527,88	**211.508,74**

GASTOS	2018	2017
Compras de serviços/Outros gastos		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE	20.600,00	20.600,00
Unilever Fima	60.817,30	-
	81.417,30	**20.600,00**

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2018 e 2017, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

SALDOS DEVEDORES	2018	2017
Clientes		
Unilever Fima	28.754,19	-
Fundação Francisco Manuel dos Santos	1.506,75	-
Outros créditos a receber		
Unilever Fima	-	14.100,00
	30.260,94	**14.100,00**

SALDOS CREDORES	2018	2017
Outras dívidas a pagar		
Unilever Fima	498,93	15,10
	498,93	**15,10**

III) Associadas

Vendas e compras de serviços

Durante o exercício, a Empresa efetuou as seguintes transações com a Telecabine:

GASTOS	2018	2017
Compras de serviços/Outros gastos		
Telecabine	1.050,03	639,60
	1.050,03	**639,60**

IV) Outras entidades - Participação ACE

Vendas e compras de serviços

Durante o exercício, a Empresa efetuou as seguintes transações com a Sieocean:

RENDIMENTOS	2018	2017
Serviços prestados/Outros rendimentos		
Sieocean	33.999,44	61.830,77
	33.999,44	**61.830,77**

GASTOS	2018	2017
Compras de serviços/Outros gastos		
Sieocean	929.051,56	901.370,22
	929.051,56	**901.370,22**

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2018 e 2017, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

SALDOS DEVEDORES	2018	2017
Clientes		
Sieocean	-	20.949,83
	-	**20.949,83**

SALDOS CREDORES	2018	2017
Fornecedores		
Sieocean	248,31	-
	248,31	**-**

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, quaisquer eventos subsequentes ocorridos a partir de 1 de janeiro de 2019, que sejam do conhecimento do Conselho de Administração e que, de acordo com a IAS 10, devam ser reconhecidos contabilisticamente ou divulgados nas presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

João Pedro Eloi Lopes Banza
(número 37215)

O Conselho de Administração

José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos

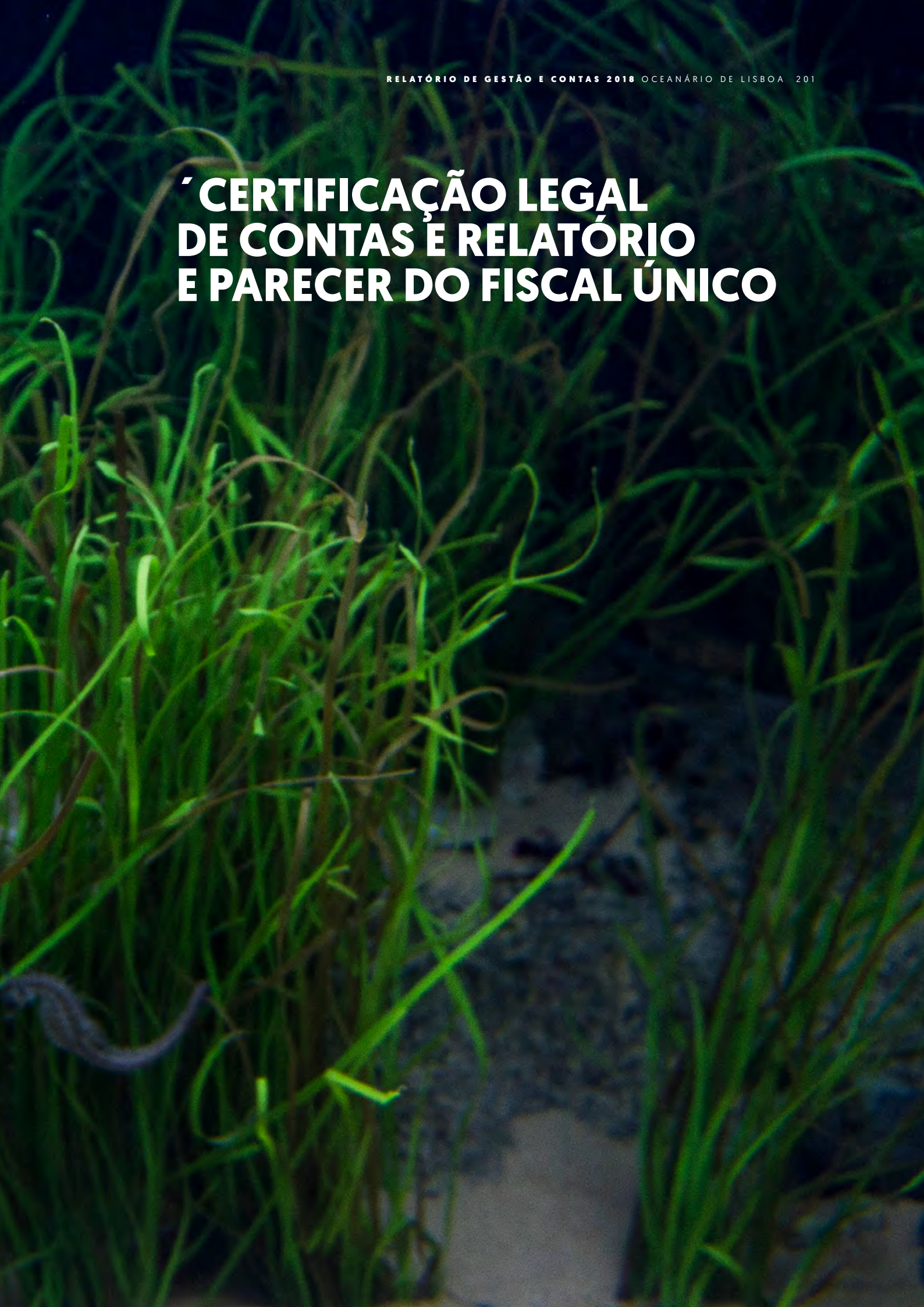
João Miguel Meister Falcato Pereira

Tiago Filipe Olavo de Pitta e Cunha

Pedro Miguel de Frias Torres Curto Simões

David José Ferreira Azevedo Lopes

´CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Oceanário de Lisboa, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 50.069.327 euros e um total de capital próprio de 9.059.525 euros, incluindo um resultado líquido de 1.878.890 euros), a Demonstração dos Resultados e do Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Oceanário de Lisboa, S.A. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 19 de março de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)
Registado na CMVM com o nº 20160515

Building a better working world

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Oceanário de Lisboa, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Desde a data em que fomos nomeados, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos e dos sistemas de controlo interno;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o anexo às demonstrações financeiras, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Building a better working world

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Oceanário de Lisboa, S.A. (a Entidade) nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

(a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2018 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;

(b) O Relatório de Gestão do exercício de 2018 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e

(c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de Caixa e o anexo às demonstrações financeiras do exercício de 2018, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 19 de março de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)
Registado na CMVM com o nº 20160515

OCEANO AZUL
fundação

Oceanário de Lisboa